

A – INTRODUÇÃO

São 8 da noite e o Dr. X, médico veterinário de pequenos animais, prepara-se para sair do consultório, depois de mais um dia de trabalho, quando a sua assistente entra e lhe diz que acabou de entrar na clínica um senhor com um animal numa caixa de cartão – “Diz que partiu uma pata e que está a sangrar muito!” O médico voltou a vestir a bata e mandou o senhor entrar, passando o pensamento rápido na ideia de que controlaria a hemorragia, estabilizaria a fractura, medicaria o animal, com analgésicos, antibióticos e, provavelmente ficaria internado durante a noite. Pensou também que no dia seguinte de manhã se debruçaria nos aspectos ortopédicos, efectuando um estudo radiográfico e planeando a abordagem cirúrgica do problema. Mas para o momento preocupar-se-ia só com a estabilização do paciente, até porque já era tarde e tinha uma reunião familiar inadiável dentro de 30 minutos.

Quando o proprietário do animal entrou no consultório, pousou a caixa de cartão na mesa de consulta, abriu-a e disse: “Aqui tem o meu bichinho de estimação, Doutor.” O veterinário olhou para o seu interior, à procura de um gato, ou de um cão de pequeno porte, mas só encontrou uma ave, uma ave de rapina. “Já não vou chegar a tempo à reunião!” – pensou. Cumprimentou o cliente, pediu para esperar um momento, e saiu para a sala de tratamentos, para buscar algum material e para ser assaltado por uma série de questões, que nunca haviam surgido antes:

“Que ave será esta?”

“Serei capaz de tratar um animal destes?”

“Para que colega ou instituição deveria referir o caso?”

“Será agressivo e perigoso para mim?”

“Será perigoso para o proprietário e para a população em geral?”

“Deverei recusar-me a atender este animal, já que estou atrasado para a reunião familiar e, provavelmente, não conseguirei resolver este caso em pouco tempo?”

“Será legal ter um animal destes em casa?”

“Será um animal em perigo de extinção?”

“Terá sido furtado da Natureza?”

“Deverei chamar as autoridades e expor a situação?”

“O que é que aconteceria ao animal se fosse levado pelas autoridades?”

“Ficaria melhor com o proprietário?”

“O que é que terá levado este senhor a adquirir um animal destes?”

“Terá condições para o ter em casa?”

“Deverei tratá-lo?”

“Poderei estar a compactuar com e a incentivar uma ilegalidade?”

Assumindo a função de qualquer outro código deontológico, o da Ordem dos Médicos Veterinários (OMV) “integra um conjunto de regras de Natureza ética e deontológica que, com carácter de permanência e a necessária adequação aos princípios universais contemporâneos, o Médico Veterinário (MV) deve observar no exercício da sua actividade profissional” (OMV, 1998, p.3).

No Artº.2.º do mesmo código enumeram-se os deveres impostos ao MV para a prestação do seu serviço na sociedade: “exercer a sua actividade com os adequados conhecimentos científicos e técnicos, o respeito pela vida e bem estar animal, a prossecução da sanidade animal, a conservação, o melhoramento e a gestão do património animal, incluindo o da fauna selvagem, a salvaguarda da saúde pública e a protecção do meio ambiente” (OMV, 1998, p.3).

Voltando ao nosso caso da rapina ferida numa pata, o Dr. X vê-se claramente numa situação de dilema ético. O facto de estar a formular as questões referidas prova-o. E prova também que está preocupado com a sua decisão, que lhe está a atribuir uma dimensão ética, e que não está a conseguir encontrar respostas satisfatórias, pois a situação parece-lhe demasiado nova, contendo aspectos contraditórios, e abrangendo valores distintos difíceis de preservar em conjunto. Com tais questões, o que o MV fez, inconscientemente, foi recapitular o enunciado nos primeiros artigos do código deontológico da sua ordem profissional. Na verdade, *adequados conhecimentos científicos e técnicos* foram postos em causa pelas questões “Que ave será esta?”, “Serei capaz de tratar um animal destes?” e “Para que colega ou instituição deveria referir o caso?”. *O respeito pela vida e bem estar animal e a prossecução da sanidade animal*, foram ponderados com as questões “O que é que aconteceria ao animal se fosse levado pelas autoridades?”, “Ficaria melhor com o proprietário?”, “Terá condições para o ter em casa?” e “Deverei tratá-lo?”. *A conservação, o melhoramento e a gestão do património animal, incluindo o da fauna selvagem, ... e a protecção do meio ambiente*, não foram excluídos pelas questões “Será um animal em perigo de extinção?”, “Terá sido furtado da Natureza?” e “Deverei chamar as autoridades?”. *A salvaguarda da*

saúde pública, através da questão “Será perigoso para o proprietário e para a população em geral?”, também não foi esquecida. E ainda outros valores foram postos em jogo pelo Dr. X: a sua própria segurança, através da questão “Será agressivo e perigoso para mim?”; a sua própria qualidade de vida e usufruto de tempo livre para descanso e ocupações não profissionais, com a questão “Deverei recusar-me a atender este animal, já que estou atrasado para a reunião familiar e, provavelmente, não conseguirei resolver este caso em pouco tempo?”, a legalidade e a consonância com o senso comum e os documentos normativos da sociedade, através das questões “Será legal ter um animal destes em casa?”, “Poderei estar a compactuar e a incentivar uma ilegalidade?” e “Deverei chamar as autoridades e expor a situação?” e, por último, os interesses, por parte do proprietário, em possuir um animal destes em casa, com a questão “O que é que terá levado este senhor a adquirir um animal destes?”.

Outro dever que assiste ao médico veterinário, referido no seu Código Deontológico, nos Artº.22 e 23, é o dever do segredo profissional. Segundo estes artigos, este valor que o Médico Veterinário é obrigado a proteger, *abrange o conjunto de factos de carácter reservado referentes a assuntos profissionais que lhe tenham sido revelados pelo cliente ou conhecidos no exercício da profissão, ou no desempenho de cargo na Ordem dos Médicos Veterinários*; a sua obrigação não está limitada no tempo, e só cessará se a lei o determinar; o interessado o autorizar; sejam ameaçados a dignidade, direitos e interesses legítimos do Médico Veterinário, desde que tal seja reconhecido pelo Conselho Profissional e Deontológico; e estando em causa factos cujo conhecimento adveio da titularidade de órgão da OMV, se tal for reconhecido pelo respectivo órgão ou, sendo este singular, pelo Conselho Profissional e Deontológico. Também este dever de proteger o segredo profissional foi questionado pelo Dr. X: “Deverei chamar as autoridades e expor a situação?” (OMV, 1998, p.14).

Aqueles artigos do Código Deontológico Médico-Veterinário descrevem os deveres que o médico veterinário tem para com a sociedade. Esses deveres, que correspondem a valores que se pretendem defendidos, são, normalmente, claros e, no dia-a-dia normal de um MV de clínica de animais de companhia, convivem em harmonia, não existindo sobreposição dos mesmos. Quando aquela ave de rapina entrou no consultório do Dr. X, foi isso que deixou de acontecer – os deveres éticos que encerrava no seu subconsciente (bem como no seu Código Deontológico) sobrepuseram-se. E tornou-se necessário encontrar uma decisão plausível, que levasse a uma acção, ou conjunto de acções, eticamente correctas.

Na escolha de uma acção eticamente correcta, normalmente, acabamos por utilizar uma (ou mais) das várias correntes éticas contemporâneas. Muitas vezes de uma forma inconsciente, e por rotina, praticamos juízos éticos que pertencem a estas correntes éticas, mesmo que não as tenhamos sistematizadas no nosso pensamento. Podemos usar uma visão ética consequencialista, em que nos preocupamos mais com o resultado da acção a tomar, tendo como principais exemplos de defensores desta corrente, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e, mais recentemente, Peter Singer. Podemos basear-nos numa corrente deontológica, alicerçada nas regras e deveres, inspirada em Immanuel Kant (1724-1804), ou, numa perspectiva menos ortodoxa, em Ross e nos seus deveres *prima facie*. Podemos ainda optar por uma corrente das virtudes, em que o carácter do agente moral é central na resolução do conflito, independentemente dos deveres e das consequências; por uma ética do cuidado, por uma ética feminista, por uma ética casuística, ou pelo equilíbrio reflectivo de John Rawls, fechando as hipóteses entre as correntes mais preponderantes na Bioética da actualidade (Mappes & DeGrazia, 2001). Há quem defenda que uma decisão ética só pode ser consistente se forem utilizadas as várias perspectivas, das várias teorias. Na Figura A1, vemos representado o mapa mental que, segundo John S. Buckeridge, deve ser usado para escolher uma acção eticamente correcta, de entre várias (Buckeridge, 2006). Independentemente da forma de pensar, devemos sempre identificar as partes afectadas pela decisão, os factores a pesar e os valores que estão a ser postos em jogo.

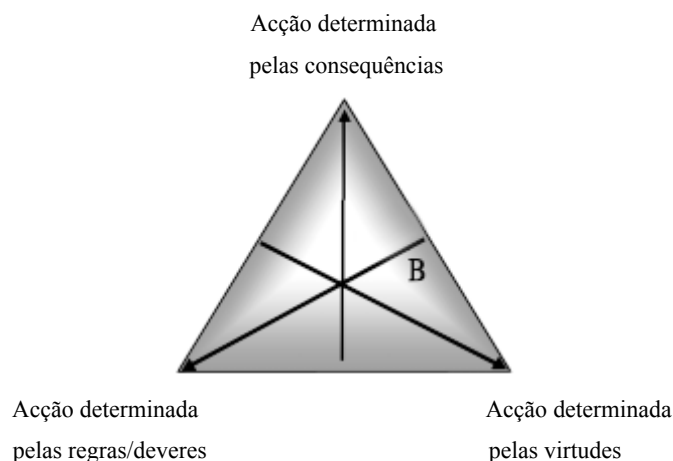


Figura A1: Mapa para avaliação moral. O ponto B corresponde a uma decisão ética que foi tomada tendo em vista a virtude do sujeito e as consequências da acção, mas não as regras ou deveres. (Buckeridge, 2006)

Dos valores postos em jogo no exemplo do Dr. X e da ave de rapina, bem como na generalidade dos problemas éticos encontrados na relação entre o MV e o proprietário de um animal selvagem de estimação, consideramos que os de maior importância, conflito e permanência são os seguintes: o **bem-estar animal**, a **conservação da Natureza** e o **interesse do proprietário em possuir um animal selvagem**. As partes que seguirão a introdução deste trabalho vão focar cada um destes valores em separado. Não queremos afirmar que os restantes, referidos anteriormente – saúde pública, a segurança no trabalho, a qualidade de vida do médico veterinário, a legalidade, o segredo profissional – e outros que não tenham sido mencionados, não devam ser alvo de preocupação. Pelo contrário, acreditamos que cada um destes valores se reveste de uma importância única. Simplesmente propusemo-nos a estudar estes três que consideramos preponderantes, constituindo, então, o nosso objecto de trabalho.

Porventura, se esta tese se debruçasse sobre a relação do médico veterinário com o proprietário de um cão ou um gato, provavelmente iríamos centrar-nos no valor do bem-estar animal *versus* o valor dos interesses do proprietário. Como o nosso trabalho se depara com o animal selvagem, e não com o cão ou o gato, impõe-se também o estudo do valor da Natureza.

A profissão médica, humana, sofre de conflitos éticos bem conhecidos e bem antigos. Exemplos disso são as questões em torno da eutanásia, dos cuidados paliativos, da confidencialidade, da interrupção voluntária da gravidez, do consentimento informado, da notificação de doenças transmissíveis, da clonagem, ou da reprodução medicamente assistida. Todas estas problemáticas são comumente abordadas na ética aplicada aos cuidados de saúde. Mas a Bioética é mais abrangente. Centra-se nos dilemas éticos da vida em geral pelo que extravasa os conflitos éticos gerados pela biomedicina.

A medicina veterinária está pois ligada à Bioética. Uma diferença fulcral existe, no entanto, se compararmos o tipo de dilemas aqui existentes com os relacionados com os cuidados de saúde à pessoa humana. Nestes últimos temos uma relação dialéctica entre o prestador de serviço – o profissional de saúde, e o seu cliente – o paciente. Na medicina veterinária temos antes um triângulo de relações, em que o cliente e o paciente não correspondem ao mesmo indivíduo. Os interesses do cliente nem sempre vão ao encontro dos interesses do paciente; a autonomia do paciente nem sempre é respeitada,

sendo muitas vezes considerada inexistente; a beneficência e a não maleficência relativamente ao paciente é frequentemente ultrapassada, para benefício do cliente; noções de justiça e equidade, tantas vezes relevadas na ética médica humana, são de difícil aplicação na medicina veterinária. Enfim, na medicina veterinária, se ao mesmo tempo estamos a lidar com um ser vivo, de um ponto de vista médico, tentando proteger os valores da vida e do bem-estar, à semelhança do que se passa na medicina humana, estamos também a atender um cliente que possui *algo* que, na maior parte das vezes, é encarado como um objecto. Aliás, mesmo nos textos legais isso acontece. No Código Civil português, de 1966, os animais não humanos são considerados coisas, ficando destituídos da dignidade e protecção que talvez merecessem, não fosse a dicotomia que herdámos do antigo Direito romano que considera que ou se é pessoa ou se é coisa, pondo de lado qualquer situação intermédia para os animais não humanos, (assim como para o embrião, ainda que humano) (De Melo, 1997). Para alguns proprietários, o interesse na vida e no bem-estar do seu animal aproxima-se do interesse que teria se fosse ele próprio o paciente. Noutras vezes, o proprietário não está com a intenção de gastar muito dinheiro, perder muito tempo, ou preocupar-se demasiado com a saúde do seu animal. Como é referido por Bernard E. Rollin, a imagem que um proprietário atribui ao médico veterinário, quando leva o seu animal a uma consulta, situa-se *algures entre a de um médico pediatra e a de um mecânico de automóveis* (Rollin, [1996] 2006, p.17)

Assim, quando dizemos relação entre o médico veterinário e o proprietário de um animal selvagem, estamos na verdade a fazer uma simplificação deste triângulo, desta dupla dialéctica que o profissional mantém com o proprietário e com o animal. Por um lado atende ao cliente, por outro atende ao animal. E fazemo-lo por dois motivos. Por um lado, porque a ética médica veterinária está, de certa forma, contida na ética médica (só de certa forma), sendo mais fácil utilizar os caminhos e as estruturas de pensamento pré-existentes na Bioética e na Ética Médica para melhor compreendermos e interpretarmos as problemáticas encontradas nesta relação. Por outro lado, por se tratarem de animais e não de seres humanos, é impossível encarar o paciente, na medicina veterinária, como se faz na medicina humana. Não podemos fazer com que ele se expresse quanto ao facto de o proprietário não dispor de capacidade financeira para suportar um tratamento; não podemos questioná-lo sobre a preferência entre um tratamento paliativo ou uma cirurgia de elevado risco; não podemos pedir-lhe que assine um documento em que manifeste o seu consentimento sobre determinado procedimento;

entre muitas outras coisas que faz com que nos tenhamos que *virar* para o proprietário, e estabelecer uma relação parecida com a relação médico - paciente, da medicina humana.

De qualquer forma, é importante não esquecer que a relação do MV com o proprietário de um animal tem em si implícita uma outra, que é a relação entre o MV e o próprio animal. E que grande parte da dialéctica posta em prática entre o MV e o cliente está, na verdade, a representar a dialéctica que se estabeleceria entre o MV e o animal (um pouco à semelhança do que acontece em pediatria).

A – 1 Definições e conceitos

No título desta tese falamos de animal selvagem de estimação. Mas afinal, o que é um animal selvagem de estimação?

Esta denominação parece, de facto, contraditória, mas não é. O que queremos dizer com ela é que se trata de um animal pertencente a uma espécie selvagem e que está a ser mantida como animal de estimação.

A pertinência desta tese parece-nos surgir com a expansão recente deste tipo de animais, nas lojas e nas casas das pessoas, e sua correspondente chegada às consultas de animais de companhia. Por motivos variados, que veremos mais à frente, animais diferentes do cão e do gato começaram a ser adoptados com grande frequência como animais de companhia. Desde espécies selvagens mais raras, como algumas aves tropicais, a espécies domésticas mais comuns, como o coelho, uma grande panóplia de animais começou a ser encontrada em casa das pessoas, dentro de gaiolas, jaulas, aquários e terrários. A classe médica veterinária, ao ser confrontada com estes novos animais de companhia, viu-se na obrigação de oferecer uma resposta. E essa resposta foi o surgimento de uma nova área de estudo e de trabalho – a Clínica de Animais Exóticos. Esta denominação de animais exóticos parece também contraditória, já que muitas das espécies tratadas nesta área não são exóticas quanto à sua proveniência. Por exemplo, uma pessoa que leve uma raposa a uma clínica veterinária, provavelmente vai ser encaminhado para um *especialista* em animais exóticos, mesmo que a raposa seja um animal autóctone, ou seja, natural da região onde se encontra. Mas o termo animal exótico tem razão de ser. O que é normal ou, pelo menos, o que era normal ser visto numa clínica de animais de companhia era um cão ou um gato. Assim, qualquer outro animal que aí surgir vai parecer diferente, fora do comum, estranho, invulgar, por outras palavras, exótico.

Para entendermos melhor estas definições, resolvemos incluir neste capítulo as respostas do Professor Doutor João Loureiro, coordenador da Unidade de Aplicação de Convenções Internacionais do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), integradas no questionário que constitui a componente prática desta tese. Esse questionário e respectivos resultados e conclusões serão abordados no final desta tese. Para já vamos só usá-lo para esclarecer os conceitos de que falamos. Segundo João Loureiro, animal selvagem refere-se a qualquer exemplar de uma espécie que ocorra naturalmente em habitats naturais. Pode ser exótico ou autóctone. E animal

exótico refere-se a qualquer exemplar de uma espécie de fauna que não é originária de um determinado território, em oposição a animal autóctone. No caso português, trata-se de qualquer espécie que não ocorra naturalmente no território nacional, embora em termos de aplicação das directivas comunitárias seja qualquer espécie que não ocorra em território comunitário.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (Infopedia, 2008):

Selvagem significa selvático; da selva ou próprio dela; inculto; bravio; que nasce e cresce sem cultura; sem cuidado especial; silvestre; que evita o contacto social; feroz; rude; entre outros sinónimos.

Autóctone significa nascido na própria terra que habita; aborígene; indígena.

Exótico significa que é de país ou clima diferente daquele em que se vive; vindo de fora; estrangeiro; que trata de coisas ou costumes estrangeiros; esquisito; extravagante; e deriva do grego *exotikós*, que significa *de fora*.

Pela confusão gerada pelas diferentes noções de exótico – a biológica, a literária e a corrente na clínica de animais de companhia – parece-nos mais precisa a denominação usada pelos franceses de clínica de NAC's – *Nouveaux Animaux de Compagnie* (Novos Animais de Companhia).

De qualquer forma, neste texto, adoptaremos os conceitos de:

- **Animal selvagem**, como pertencente a uma espécie selvagem;
- **Animal selvagem de estimação**, como pertencente a uma espécie selvagem e mantido como animal de estimação;
- **Animal autóctone**, como pertencente a uma espécie selvagem e que se encontre no território onde a espécie ocorre naturalmente e originariamente;
- **Animal exótico**, como pertencente a uma espécie selvagem mas que não se encontre no território onde a espécie ocorre naturalmente e originariamente;
- **Clínica de animais exóticos**, como área da clínica médica veterinária dedicada a animais mantidos para companhia, ou estimação, pertencentes a espécies diferentes da do cão e do gato, independentemente de serem selvagens ou domésticas, autóctones ou exóticas.
- **Animal de estimação**, como sinónimo de animal de companhia, incluindo todos os animais que sejam alojados em casas onde as pessoas os mantenham por razões recreativas, estéticas, relacionais, ou outras quaisquer que não sejam directamente relacionadas com o comércio ou a produção de algo, como leite, carne, lã, mel ou ovos.

Dentro desta área da clínica de animais *exóticos*, é muito comum surgirem espécies domésticas, como a pomba, a galinha, ou o coelho. Mas essas não serão incluídas no âmbito deste trabalho. Apesar de compartilharem com as espécies selvagens alguns pontos comuns nas várias problemáticas da relação entre o MV e o seu proprietário, vão ser deixadas de lado, já que nos interessam agora somente os animais pertencentes a espécies selvagens (independentemente de serem exóticos ou autóctones).

Chamemos a atenção para o facto de grande parte dos animais selvagens vistos em *clínica de animais exóticos*, em Portugal, pertencerem a espécies selvagens exóticas em território português, mas autóctones se chegassem a uma clínica veterinária na sua terra natal. Isto serve para lembrar que são sempre animais selvagens e que estão sempre relacionados com um meio ambiente natural, que pode ou não estar ameaçado. A título de exemplo, em Portugal, é permitido manter um papagaio cinzento africano em cativeiro, como animal de estimação, mas já qualquer ave de rapina autóctone do nosso país, é de detenção ilegal. Devotamos grande preocupação às nossas espécies autóctones e condenamos, independentemente da lei, a posse de um milhafre ou de um cágado português, mas já achamos aceitável a posse de um agapornis, africano, ou de uma tartaruga da Florida. No entanto, tratam-se sempre de espécies selvagens, exóticas para nós, mas autóctones no seu território natural, e integradas num habitat que deve ser protegido.

Esta constatação serve também para salientar que os territórios não existem separados uns dos outros. Se uma espécie é comercializada e enviada para um lugar fora da sua distribuição natural vai alargar o problema da sua conservação, e dos habitats onde se encontra inserida, a outros territórios. Esses territórios vão, então, tornar-se co-responsáveis na missão de protecção dessas mesmas espécies e habitats. Além disso, poderão também estar a importar outro tipo de problema ambiental – o das espécies invasoras, a explorar na secção C deste trabalho.

A – 2 Formação do médico veterinário em espécies selvagens

Antes de avançarmos mais no nosso texto, vamos aproveitar este espaço introdutório para nos debruçarmos ainda sobre um valor ao qual não daremos relevo nas secções que se seguem – a formação do médico veterinário. Apesar de não ser um valor que tenda a entrar em conflito com os outros, na relação do MV com o proprietário de um animal selvagem de estimação, é um valor que tem sido pouco considerado pela classe médica veterinária, no que diz respeito às espécies selvagens. E é um valor que é necessário para que o bem-estar animal e a conservação da Natureza sejam compreendidos e integrados na prática de um MV que lide com estes animais.

Voltando ao Código Deontológico da OMV, quer-se que o MV exerça a sua missão com *adequados conhecimentos científicos e técnicos* (OMV, 1998, p.3). Ora, já que os cursos de medicina veterinária em Portugal não integram, no seu currículo, disciplinas de clínica de animais exóticos, ou selvagens, essa demanda não será fácil de concretizar. Recentemente, estes cursos começaram a introduzir nas disciplinas preexistentes, alguma matéria, ou mesmo aulas separadas, dedicadas a estas espécies, o que indica um esforço positivo no sentido de colmatar a lacuna.

Mas, e quanto aos MV's já formados?

João Loureiro, na resposta ao nosso questionário (que abordaremos mais tarde), sugere, (nomeadamente no que diz respeito ao conhecimento das espécies que podem ser mantidas em cativeiro, bem como das normas legais associadas à sua posse e ao seu transporte, e no que diz respeito à missão de conservação da Natureza), que a OMV poderia articular-se com o ICNB da seguinte forma:

“O ICNB é a Autoridade Administrativa Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e o principal responsável por esse tema. A responsabilidade da OMV é apenas colateral. A responsabilidade indirecta da OMV poderá ser potenciada em termos formativos e informativos transmitindo novos conhecimentos aos seus associados. O ICNB poderá ser o formador e um protocolo de colaboração poderá ser assinado.”

Somos da opinião que esta formação por parte do ICNB, sugerida por João Loureiro, é essencial, durante o curso e durante a actividade profissional, para que o MV de animais de companhia saiba reconhecer a espécie selvagem que lhe entra no consultório, bem como saber das implicações ecológicas e legais associadas, dos

procedimentos que devem seguir e das entidades a que pode recorrer para qualquer esclarecimento sobre o assunto.

Junto desta formação, apontada sobretudo para a biologia e para a ecologia, seria necessária outra, a clínica, efectuada, não pelo ICNB, mas por MV's da área. Essa formação deveria focar os aspectos de diagnóstico, tratamento e prevenção, à semelhança no que se passa nas disciplinas de clínica de espécies pecuárias e clínica de animais de companhia.

Pensamos que a OMV deveria promover os dois tipos de formação referidos, já que o seu Código Deontológico pressupõe, por parte do MV, uma capacidade, e uma obrigatoriedade em lidar com esta problemática da conservação da Natureza e do bem-estar de todos os animais, onde devem estar incluídos os selvagens.

As secções seguintes do presente trabalho vão, então, explorar os três valores que considerámos mais importantes na relação triangular entre o MV, o animal selvagem de estimação e o seu proprietário. Os outros valores e questões aqui referidos, por aqui irão ficar, esperando que não sejam esquecidos por completo, e que um dia venham a ser lembrados, noutros âmbitos e noutros trabalhos.

A secção B atenderá ao Animal; a secção C atenderá à Natureza e a secção D atenderá ao Homem, como proprietário do animal. O objectivo destas secções será a compreensão de cada um dos valores postos em jogo; situar-nos no contexto das principais teorias que se debruçam sobre o tema, tentando recordar as preponderantes, historicamente e contemporaneamente. Tratar-se-ão, assim, de revisões bibliográficas, com o intuito principal de contextualização.

Seguir-se-á, por último, o trabalho prático, objectivo primeiro desta tese. Na forma de um questionário, esse trabalho prático tentará chegar às opiniões dos principais grupos relacionados, sobre os problemas éticos que surgem na prática clínica da medicina de animais selvagens de estimação.

Apoiados na interpretação dos resultados deste questionário, e contextualizados nas correntes ideológicas actuais, esperamos conseguir mostrar novas directrizes para as decisões éticas dos médicos veterinários que trabalhem de perto com estes animais selvagens de estimação, ou para aqueles que, como o Dr. X, venham, de repente, a ser confrontados com a selva dentro do consultório.

B – O ANIMAL –

INTERESSES (BEM-ESTAR) E VALOR DA VIDA

Esta secção aborda o animal, um dos intervenientes do triângulo composto em conjunto com os outros dois vértices que são o MV e o proprietário. O principal valor que vamos querer pesar nesta secção é o seu bem-estar, que consideramos ser o culminar dos seus interesses. Falamos em interesses porque achamos que a melhor forma de lidar com o bem-estar animal é utilizar uma visão utilitarista sobre o assunto, como veremos adiante. Tentaremos então, numa perspectiva utilitarista, encontrar uma base de compreensão, se não de preocupação, pelo animal, comparando-o com o Homem, buscando semelhanças no que respeita os seus interesses. Abordaremos, ainda, o conceito de valor da vida.

B – 1 CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES E VALOR DA VIDA

Introdução à igualdade

A discussão sobre a igualdade entre seres vivos leva-nos a extremos opostos. Por um lado, é óbvio que existe uma semelhança entre todos os seres vivos. No que toca, por exemplo, à sua constituição bioquímica, na base são todos idênticos, encontrando-se quase sempre as mesmas reacções moleculares, seja no homem, na execução de um elaborado raciocínio, como na árvore, no *trabalho* árduo de revestir de folhas a sua imensa copa. Estão presos às mesmas necessidades de água, energia, oxigénio, enfim, poderíamos dizer que as bases para a vida são comuns a todos os seres vivos e desde sempre. E isto parece verdade quer numa perspectiva ontológica (desde o embrião até ao animal adulto), quer numa perspectiva filogenética (desde as formas mais primárias de vida unicelular até ao organismo mamífero mais complexo). Assim como o embrião se torna adulto, numa escala ontológica, o ser unicelular torna-se mamífero superior, numa escala filogenética. É quase como se o que mais distanciasse os seres vivos e as espécies todas fosse simplesmente o factor tempo, possuindo todos uma estrutura de qualidade idêntica, variando só a quantidade de cada factor.

Por outro lado, podemos-nos maravilhar com as peculiaridades de cada espécie de ser vivo, encontrando tão extravagantes diferenças entre as formas de vida na água, na terra e no ar. Podemos ainda admirar-nos com as enormes discrepâncias no aspecto e na cultura de seres humanos provenientes de áreas geográficas distantes. Mas para nos espantarmos de verdade, basta-nos concentrar no abismo de diferenças que já existe entre dois seres humanos nascidos no mesmo local, à mesma hora, enfim, entre dois gémeos verdadeiros, cada qual seguindo o seu rumo por entre um leque vasto de opções.

Assim se poderia resumir que é tão certo afirmarmos que todos os seres vivos são diferentes como o é afirmar que todos os seres vivos são iguais. Dependerá sempre do contexto e do propósito de cada comparação.

Aqui, vamos tentar encontrar uma base de partida, uma forma mínima de tratar ou reagir a todos os seres vivos, à luz de uma conduta eticamente aceitável e justificável, que reconheça as suas semelhanças, aceitando as suas diferenças. Seguir-se-á uma corrente ética utilitarista. Peter Singer será a referência que seguiremos. Este autor

defende uma bioética centrada no animal, de uma perspectiva utilitarista. Mais à frente tentar-se-á mostrar outros tipos de ética animal, atendendo a outras correntes actuais.

Introdução ao Utilitarismo

O Utilitarismo pertence a um conjunto de teorias denominadas consequencialistas. Estas teorias baseiam-se na lógica de que uma acção é considerada correcta ou incorrecta em função do equilíbrio entre as suas boas e más consequências. Uma acção será, eticamente, a mais correcta, se as suas consequências forem as melhores possíveis, considerando todas as partes afectadas (Mappes & DeGrazia, 2001; Beauchamp & Childress, 2002).

Dentro destas teorias, o Utilitarismo é a que mais sobressai, historicamente. Como consequência relevante, o Utilitarismo reconhece a utilidade, ou seja, a razão entre o benefício e o malefício de cada acção. Classicamente, esta teoria originou-se nos textos de Jeremy Bentham (1748- 1832) e John Stuart Mill (1806-1873). Estes autores concebem a utilidade inteiramente em função da felicidade ou prazer. Outros autores mais recentes *procuram* como últimas consequências a amizade, o saber, a saúde, a beleza, a autonomia, os lucros, o êxito pessoal, a compreensão, entre outros bens intrínsecos. Outros autores, os utilitaristas das preferências, limitam-se a considerar as preferências de cada indivíduo (Mappes & DeGrazia, 2001; Beauchamp & Childress, 2002).

Igualdade na consideração de interesses

Apesar de historicamente recente, a noção de igualdade está bem assente na mentalidade do ser humano actual. Como principais exemplos de casos em discussão sobre este tema temos a igualdade entre as raças e a igualdade entre os sexos. Hoje em dia, quase todas as pessoas aceitam essas igualdades. Mesmo que não concordem com elas, acabam por ter que aceitá-las para poderem ser, elas próprias, aceites pela maior parte das sociedades (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002).

Em relação à *definição* do conceito de igualdade é que tem sido levantada mais controvérsia. De facto, todos os homens são diferentes. O que se tenta admitir é que haja algo em comum a todos os seres humanos, alguma base humana comum. Segundo John

Rawls, na sua obra *Uma Teoria da Justiça* de 1971, todos os seres humanos são iguais porque têm uma propriedade de base geral que, segundo ele, se trata da *personalidade moral*, que todos os seres humanos terão e na mesma *quantidade*. As críticas levantadas a esta teoria baseiam-se na possibilidade de existirem variados graus de consciência moral para diferentes indivíduos, existindo pessoas provavelmente destituídas de qualquer senso moral, como o caso dos recém-nascidos e certos indivíduos com deficiências mentais severas (Singer, [1993] 2002).

Outros autores, seguidores de várias correntes católicas, afirmam a igualdade entre seres humanos considerando a sua mesma origem à imagem de Deus, encontrando-se também assim justificado o seu valor e a sua dignidade.

Segundo Peter Singer, a igualdade entre seres humanos deverá assentar numa igualdade na consideração de interesses. Todas as pessoas serão diferentes e terão interesses diferentes, mas a consideração a tomar por esses interesses deverá ser a mesma para cada indivíduo. Assim, cada interesse deve ser considerado da mesma forma, independentemente de quem o possua. Por exemplo, tanto fará se um africano ou um europeu sentir dor, a dor deverá ser tratada da mesma forma, assim como sendo sentida por um homem ou por uma mulher, por um indivíduo com um nome começado por uma vogal ou por um indivíduo com um nome começado por uma consoante. Se a dor é a mesma, e partindo do princípio que o interesse em que a dor desapareça é o mesmo, deverá ser igualmente considerada, independentemente de quem a sente (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002).

Aceitando esta base de igualdade para os seres humanos, poderemos aceitar que o que há a considerar é a propriedade de possuir interesses; havendo preferência por um caminho a tomar em relação a um outro, dependendo dessa escolha um diferente grau de prazer ou sofrimento, será moralmente correcto atender a essa preferência, independentemente de quem a tem ou sente (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002).

Sendo os animais não humanos, ou parte deles, capazes de preferir e optar por um caminho em detrimento de um outro, daí advindo a satisfação de um interesse e um conseqüente aumento de prazer ou diminuição de sofrimento, não deverá esse interesse ser considerado?

Na sequência do ponto anterior, somos levados à possibilidade de considerar os interesses dos animais não humanos e dos animais humanos de forma igual. Segundo a teoria da igualdade na consideração de interesses, um interesse é sempre um interesse, independentemente de quem o possua. Assim, se uma acção X levar a um sofrimento,

por parte de um animal, superior ao sofrimento, por parte de um ser humano, se a mesma acção não se realizar, não será moral realizar a acção X (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002).

Apesar desta noção de igualdade alargada aos animais parecer estranha para muitos dos seres humanos de hoje, as críticas ao sexismo e ao racismo não deverão ter parecido menos bizarras aos olhos dos nossos antepassados, há 100 ou 200 anos atrás.

Possivelmente, é o facto de ainda existirem muitas desigualdades entre seres humanos que leva as pessoas a rejeitarem qualquer teoria de igualdade comum aos animais. Nem sempre se tratará de uma aversão pelos seres inferiores mas sim por uma noção de injustiça, já que muitos dos *nossos* problemas ainda estão por resolver. No entanto, por esta ordem de ideias, também se deveria condenar a satisfação das necessidades secundárias de uns, enquanto as necessidades primárias de outros não estivessem resolvidas, o que não é prática comum nos dias de hoje. Por exemplo, muitos de nós vão ao cinema, sabendo que o dinheiro gasto podia ser utilizado para combater a fome de alguém (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002).

Na tradição do pensamento filosófico ocidental toda a Natureza, incluindo todos os animais, existe para usufruto do Homem (tradição hebraica e grega antiga). O Homem é o centro do Universo e todos os pecados do mundo só existem se o atingirem a ele. Todas as acções que acabem por danificar a Natureza e os seus animais e plantas, não passam de meras acções, sem qualquer tipo de revestimento pecaminoso, se não atentarem contra o bem pessoa. Assim, já de raiz, no nosso pensamento filosófico, somos inclinados para desconsiderar os interesses dos animais (Singer, 2002).

O facto de se considerarem menos os interesses dos animais baseia-se também, muitas vezes, na ideia de estes serem menos inteligentes que os seres humanos. Esta fundamentação pode facilmente remeter para a seguinte questão: se os humanos de raça branca tiverem um QI inferior aos de raça negra, deverão os interesses dos primeiros ser menos considerados que os dos segundos? Provavelmente não haverá nenhum estudo que nos leve a afirmar com segurança que os brancos são menos inteligentes que os negros mas, se houvesse, não nos pareceria moralmente correcto que se considerassem menos os interesses do indivíduo branco do que os interesses do indivíduo negro. Assim, numa perspectiva utilitarista, o factor inteligência, bem como qualquer outra variável relacionada com uma capacidade, não deverá interferir na avaliação dos interesses, para se atingir uma igualdade entre seres (Singer, [1993] 2002).

Esta ideia de alargar o princípio moral da igualdade na consideração de interesses aos animais não humanos foi sugerida já por Jeremy Bentham, o pai do utilitarismo moderno, numa época em que, nas possessões britânicas, os homens negros possuíam um nível de desconsideração similar ao dos animais dos dias de hoje:

“Talvez chegue o dia em que a restante criação animal venha a adquirir os direitos de que só puderam ser privados pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o negro da pele não é razão para um ser humano ser abandonado sem remédio aos caprichos de um torcionário. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do *os sacrum*, são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. Que outra coisa poderia traçar uma linha insuperável? Será a faculdade da razão ou, talvez, a faculdade do discurso? Mas um cavalo adulto é, para lá de toda a comparação, um animal mais racional, assim como mais sociável que um recém-nascido de um dia, de uma semana, ou mesmo de um mês. Mas suponhamos que não era assim; de que serviria? A questão não está em saber se eles podem *pensar* ou *falar*, mas sim se podem *sofrer*.” (Bentham *in* Singer, [1993] 2002, pp.77)

Esta fronteira da consideração moral poderia ser alargada com os conhecimentos mais recentes da ciência da cognição. Na verdade, a par das descobertas de cada vez mais complexas faculdades intelectuais da mente animal não humana, a etologia cognitiva vai interpretando e mapeando esses avanços. Como um dos últimos patamares atingidos pelos investigadores desta área encontra-se a faculdade de possuir sentimentos e pensamentos morais (Gruen, 2002).

Bentham defende assim que é a capacidade de sentir sofrimento e/ou prazer que confere a um ser o direito à consideração igualitária. Singer chamou a esta capacidade de sofrer e/ou ter prazer de *senciência*, como termo abreviado. Segundo a UK Animals (Scientific Procedures) Act (1986), *senciência* é a capacidade de sentir dor, sofrimento ou *stress*, que existe nos vertebrados e em alguns invertebrados (ex: lagostas). Nesta definição está excluída a noção de sentir prazer, dando-se só relevância à capacidade de sofrer (Animals Act, 1986). Alguns autores criticam o facto desta *senciência* ser um ponto de partida para a consideração moral, por não implicar uma *consciencialização*, por parte do ser *senciente*, do prazer e do sofrimento. Peter Carruthers, por exemplo,

refuta a ideia de, por uma formiga ter interesses em não sofrer, e por alguma empatia que isso crie em nós, sermos obrigados a tecer considerações morais relativamente a essa formiga. E usa o exemplo de formigas, e aranhas, para mostrar a fragilidade do argumento da empatia ou da simpatia. Pois, não é preciso grande proximidade filogenética para sermos *tocados*, empaticamente, por um ser vivo. Mas essa empatia, segundo Carruthers, não se deve revestir de considerações morais. Esse autor vai mais longe, achando que essas considerações seriam, moralmente, perversas (Carruthers, 2006).

Assim, se esta sciência não for levada em conta para um determinado grupo de seres, só por não pertencerem ao grupo de quem tece a consideração, estar-se-á a proceder de forma imoral, segundo esta linha de pensamento. Se um presidente da câmara estiver a considerar mais relevante o conforto e a riqueza da sua casa, condomínios próximos ou a rua onde mora, estará a tomar uma atitude facilmente compreensível, porém imoral, e numa outra linguagem, *bairrista*. Se um homem branco achar que a fome e a miséria num país africano não têm tanto significado como a fome e a miséria que ocorresse no seu país ou continente, seria facilmente chamado de racista. Tudo isto acontece no dia-a-dia, muitas vezes de uma forma natural, já quase inconsciente, normal, porém, imoral. Se um indivíduo da espécie humana dá mais relevância ao prazer da sua espécie que ao de uma outra espécie, estará a assumir um comportamento *especista*, segundo a terminologia de Peter Singer (Singer, [1993] 2002; Singer, 2002). Neste seguimento de ideias, Kenneth Goodpaster chama Peter Singer, com tom irónico, de vertebrado-chauvinista. Apoiando esta crítica, Maria José Varandas lembra que 96% dos animais são invertebrados. Muitos estudos científicos actuais têm ajudado a alargar as barreiras morais, que passam a abranger grupos de animais cada vez mais *inferiores* na escala filogenética. Thomas S. Collett e Matthew Collett, no seu artigo *Memory use in insect visual navigation*, exploram e caracterizam semelhanças de certos processos cognitivos entre mamíferos e insectos. Já Charles Darwin, em 1881, refere algum tipo de inteligência em vermes da terra que escolhiam com precisão os pedaços de matéria vegetal com que tapavam as entradas das suas galerias subterrâneas (Crist, 2002). Este tipo de estudos, em que se descobrem semelhanças nas capacidades mentais de grupos tão longínquos, neste caso relacionadas com a memória, faz-nos pensar e repensar as fronteiras morais do reino animal (Varandas, 2004; Collett & Collett, 2002).

Muitas críticas são levantadas a esta extrapolação da igualdade para os animais. “Os animais não sofrem tanto com certas coisas como as pessoas, e não se apercebem de certas coisas...”. Concordamos inteiramente com estas afirmações, considerando que realmente todas as espécies devem sentir de forma diferente e que certas acções implicam grande sofrimento para um ser humano, não produzindo o mínimo desprazer a um cavalo. Por exemplo, uma palmada num cavalo pode não lhe causar incómodo algum e, no entanto, pode levar um humano a sofrer e a sentir dor, física, psicológica, moral. Voltando à noção de igualdade de Peter Singer, o que tem que ser avaliado é o interesse e não a acção. O interesse em não apanhar um estalo, em princípio, será maior para uma pessoa do que para um cavalo, logo, deverá ser mais considerado. Já o interesse, por parte de um cavalo, em não sentir a dor associada à fractura de uma pata deverá ser maior do que o interesse, por parte de um ser humano, em não sentir a dor associada a levar um estalo, então este deverá ser menos importante, de um ponto de vista moral (Singer, [1993] 2002).

Outra crítica a este utilitarismo é o de ser muito difícil de avaliar com precisão a quantidade de sofrimento sentida por um animal, e que será impossível compará-la com a do sofrimento de um ser humano. Porém, é possível fazê-lo, com alguma probabilidade de erro, a um nível que talvez nos sirva para julgar algumas acções do nosso Presente. Além do mais: será possível comparar com precisão a dor ou o sofrimento de dois seres humanos diferentes?

Situações práticas actuais – exemplos de *especismo*

Animais para alimentação

Historicamente, desde os primórdios da origem do Homem, os animais são encarados como fonte de alimento, entre outras propriedades também de uso humano. Com o passar do tempo, este uso dos animais continua em prática, por vezes por necessidade, outras por tradição. Os animais, hoje em dia, são principalmente explorados para alimentação, vestuário e, em menor escala, para entretenimento ou outros empregos de menor importância (Singer, [1993] 2002).

Em relação à utilização de animais para alimento, Peter Singer defende ainda que deve ser tomado um juízo moral, comparando e considerando os interesses que se confrontam. Não há dúvida que há vários interesses inerentes à ingestão de produtos de

origem animal por parte do homem. Normalmente podem resumir-se à satisfação do apetite e à aquisição de nutrientes, imprescindíveis à saúde (entre outros de menor relevo, como factores sociais inerentes a uma refeição, ou factores económicos relacionados com a exploração e produção animal). Pela parte do animal, o interesse está em não sofrer, em nenhuma parte da sua exploração. A questão do valor da vida será abordada mais tarde neste trabalho. Temos assim em jogo os interesses dos dois intervenientes principais: o que come e o que vai ser comido. Em certas condições, à luz desta teoria utilitarista, a utilização de animais para alimentação poderá ser moralmente aceitável. Por exemplo, se um esquimó necessita de comer uma foca para sobreviver, num Inverno em que é impossível adquirir alimento de qualquer outra fonte, os interesses em jogo serão o de sobreviver, sem sofrimento associado à fome, por parte do esquimó, e o de não sofrer no acto da caça, por parte da foca (Singer, [1993] 2002).

No caso das sociedades industrializadas, esta tese pode já não ser tão bem defendida pelo consumidor. Na verdade, existe um número considerável de indivíduos que optaram pelo vegetarianismo e têm uma vida saudável e longa (o que, contudo, não prova que são mais saudáveis e longevos que os seres humanos omnívoros). Muitos estudos e argumentos a favor e contra os hábitos vegetarianos têm sido publicados, não sendo, porém, do intuito deste texto destrinchá-los. É sim do intuito deste texto referir a distância que vai desde o esquimó, que mata por necessidade estrita, ao Homem industrial que produz intensivamente as espécies pecuárias para poder ingerir uma grande quantidade de carne em todas as refeições, chegando mesmo ao extremo de sofrer de patologias inerentes a essa exagerada ingestão de carne, como é o caso da obesidade, da gota e das doenças cardiovasculares. Parece evidente a diferença na avaliação de ambos os interesses. Se é quase universalmente aceite a ideia de matar um animal para não morrer de fome no dia seguinte, a ideia de matar animais para saboreá-los todos os dias não é, geralmente, tão universalmente aceite. São certamente situações distintas que levam a uma distinta consideração de interesses quando opostos aos da *presa* (Singer, [1993] 2002).

Além dos interesses em matar para a alimentação serem diferentes, nas sociedades industrializadas, o processo pelo qual o animal é usado para a alimentação implica, muitas vezes, uma vida inteira em condições miseráveis, com pouca obediência ao senso de bem-estar, dentro das explorações de pecuária intensiva. Na caça, nas situações em que ela é necessária à sobrevivência dos homens, o animal tem uma vida

natural, integrada no seu meio selvagem, acabando por sofrer só no momento da sua morte, geralmente rápida (Singer, [1993] 2002).

Nos dias de hoje, as formas de considerar o interesse dos animais usados para alimentação não passam obrigatoriamente por deixar de comê-los. Pensando no sofrimento por que passam normalmente os animais antes de chegarem ao nosso prato, será um bom contributo, para diminuir o sofrimento geral, a diminuição do consumo de carne e derivados, bem como a selecção desses alimentos com proveniência de produções mais pequenas, com um tipo de exploração menos intensiva, explorações que primem mais pela qualidade do produto e pelo bem-estar animal durante a sua curta vida e menos pela quantidade e lucro imediato (Singer, 2002).

Experiências com animais

Tentando aplicar a mesma consideração de interesses, alguns casos de experimentação em animais, poderão ser moralmente aceites para um utilitarista. Partindo do princípio que o sofrimento causado ao grupo de animais utilizados numa determinada experiência científica será inferior ao sofrimento evitado ao grupo de pessoas que beneficiará dos seus resultados, essa experiência pode ser considerada eticamente correcta para os utilitaristas. Agora, se os mesmos interesses (relativos à quantidade de sofrimento) não forem considerados, correndo-se o risco de estar a causar um sofrimento maior no grupo de animais utilizados na experiência do que o sofrimento a evitar na população que beneficiaria da mesma, então, poderemos estar diante um acto imoral (Singer, [1993] 2002).

Na verdade, na nossa história recente, podemos encontrar vários exemplos de experimentação animal em que não devem ter sido avaliados todos os interesses em jogo. Seguem-se alguns (Singer, [1993] 2002, p.86):

- Teste de Draize: testa novos champôs e cosméticos, aplicando fortes concentrações do princípio activo nos olhos de coelhos
- Teste DL50: usados muitas vezes para testar corantes e conservantes, experimentando doses progressivamente maiores para determinar aquela que mata 50% dos animais da amostra
- Teste sobre o efeito de um ataque nuclear: usado no passado pelas Forças Armadas dos E.U.A., obrigando (com choques eléctricos) grupos de macacos a

correrem até ao desfalecimento, após terem sido bombardeados por quantidades crescentes de radiação nuclear

Outros casos de especismo

Aparentemente com menor controvérsia ou, pelo menos, mais fáceis de rebater pelo utilitarismo, outros casos de *especismo* da actualidade são o comércio de peles, a caça, o circo, a tourada, alguns parques zoológicos, ou algumas facetas de alguns parques zoológicos e o comércio abusivo de animais selvagens de estimação (Singer, [1993] 2002).

Respostas de Peter Singer a objecções à sua teoria da igualdade

a) Como sabemos que os animais sentem dor?

Peter Singer sugere duas justificações:

- Filogeneticamente, as regiões do sistema nervoso relacionadas com a percepção da dor já são muito antigas. As estruturas neurológicas e a fisiologia da dor são muito semelhantes entre os vertebrados (Singer, [1993] 2002).

- Pelas reacções a um estímulo físico intenso, podemos inferir que o animal sente dor; se, após uma pancada um cão chora ou gane, toca ou mexe no lugar traumatizado, assume posturas anti-álgidas (ex: claudicação), deixa de ter estas mesmas reacções após a toma de um analgésico e tenta evitar repetir o episódio, será mais lógico assumir que a pancada provocou dor, do que assumir que a pancada não teve qualquer efeito traumático no animal (Singer, [1993] 2002).

b) Diferenças categóricas entre seres humanos e animais.

Desde muito cedo se mantêm a convicção de que as diferenças entre homens e animais são suficientes para colocá-los em categorias distintas e distantes. Porém, e desde a teoria evolucionista de Darwin, surgiu uma nova noção de continuidade entre as espécies, considerando a humana, simplesmente, como um grau diferente da categoria animal. Várias linhas divisórias têm sido propostas por vários autores, linhas que tentam afastar os restantes animais da espécie humana: o facto de utilizarem ou não ferramentas, o facto de fabricá-las, o facto de usarem linguagem; todas elas têm sido rebatidas com maior ou menor eficácia. Mas, mesmo que estas linhas dividissem e afastassem o ser

humano dos seus antepassados filogenéticos, seria prática moral deixar de considerar os interesses dos menos evoluídos? Alguns filósofos alegam que essa grande distância se deve ao facto dos animais não humanos não possuírem nenhum conceito de si próprios, nenhuma auto-consciência. Peter Singer admite que esta diferença poderá ser importante numa atribuição de valor à vida humana, face ao valor da vida animal, mas que não deve implicar uma desigualdade na consideração de interesses (Singer, [1993] 2002).

Muitas pessoas sentem uma grande proximidade sentimental relativamente aos seres da sua espécie. Justificam com isso o facto de considerarem mais os interesses dos seres humanos do que os dos animais. Este argumento dos sentimentos é perigoso pois, sendo aceite, terá também que se aceitar que um negro confira menos valor aos interesses de um branco, por se sentir mais próximo e empático com outro negro. Terá também que se aceitar que um dono de um gato considere mais os interesses do seu animal do que os de uma outra pessoa por quem não sinta tanto afecto e que, numa situação de conflito, aja no sentido de melhorar o bem-estar do gato, mesmo que isso implique deixar o homem em sofrimento. O facto de as pessoas possuírem sentimentos não implica que os deixem de sentir aquando dos seus juízos éticos, simplesmente não deverão servir de argumentos morais para as ajudar na decisão ética (Singer, [1993] 2002).

c) Se os animais se comem uns aos outros, porque razão não os devemos comer?

Uma vez mais mostra-se importante a consideração de interesses antes de se colocar a questão anterior: na maioria das vezes, quando os animais matam para comer, fazem-no por estritas razões de sobrevivência (como visto anteriormente para os esquimós). Há que notar também que, ao colocarmos esta questão, estamos a comparar os nossos juízos morais com os dos animais, seres normalmente considerados desprovidos de moral. Torna-se curioso o facto desta questão ser colocada muitas vezes por pessoas que não aceitam qualquer tipo de raciocínio por parte dos animais inferiores, muito menos do tipo moral. De facto, os animais não humanos são incapazes de efectuar qualquer tipo de considerações éticas sobre as alternativas alimentares de que dispõem, por isso não fará qualquer sentido pensar que temos todo o direito moral de matá-los para comê-los só porque eles fazem o mesmo (Singer, [1993] 2002).

Por outras vezes, esta questão assume um princípio *darwinista*, isto é, os animais comem-se uns aos outros e nós devemos também comê-los porque faz parte da evolução natural das espécies, em que os mais fortes vingam. Peter Singer refuta esta ideia: se, por um lado, o complexo processo pelo qual utilizamos animais para nos alimentar (*from stable to table*) já pouco de *natural* mantém, mesmo que mantivesse, não implicaria que estivesse moralmente correcto, ou mesmo obrigatório. É *natural* as pessoas com apendicite aguda morrerem se não forem operadas de urgência; é *natural* cada mulher ter um filho cada 1 a 2 anos, desde a puberdade até à menopausa. O facto de um acontecimento ser natural não o torna nem moralmente correcto, nem tão pouco obrigatório (Singer, [1993] 2002).

A contrariar esta noção de que não podemos esperar nenhum tipo de juízo moral por parte dos animais estão as ideias de Frans de Waal. Este autor, que passou longos períodos de tempo a observar o comportamento de primatas, defende que o comportamento ético se encontra em muitas espécies animais não humanas, à semelhança do uso de ferramentas, linguagem e autoconsciência. No seu livro *Good Natured*, dá vários exemplos de altruísmo entre indivíduos da mesma espécie e defende que esse mesmo altruísmo pode ter um papel importante na preservação e evolução das espécies, segundo um prisma darwinista (Hawkins, 2002). Mark Bekoff, um pioneiro da etologia cognitiva, aponta também para uma moralidade que ultrapassa as barreiras dos primatas superiores. Num estudo sobre a importância do comportamento de brincadeira em alcateias de lobos, refere a importância da noção de justiça para a integração social (Bekoff, 2002).

d) Ética e reciprocidade

Muito do que existe hoje nos fundamentos éticos deriva da noção de reciprocidade entre sujeitos. Já desde *A República* de Platão (séc. IV a.C.), passando pelos conceitos de justiça contratualista mais actual de John Rawls, David Gauthier, até aos dias de hoje, muitas correntes éticas assentam no princípio de um contrato, nomeadamente, o de não fazer mal se não nos fizerem mal; o de praticar o bem quando o bem é praticado connosco. É um conceito que implica a dualidade dos deveres e dos direitos: só poderá deter direitos o ser que cumprir respectivos deveres. Nesta ordem de pensamento, os animais são excluídos à partida, pois não será lógico esperar que os animais aprendam e cumpram qualquer tipo de deveres morais (Singer, [1993] 2002).

As críticas apontadas por Peter Singer a esta ética da reciprocidade são as seguintes. Além dos animais, os recém nascidos, as crianças mais novas, os muito idosos e os portadores de patologias ou anomalias que impeçam a compreensão e o cumprimento de quaisquer deveres, deveriam, então, ser desconsiderados como sujeitos éticos, o que normalmente não é bem aceite por quem segue estas correntes. Outra questão é a de basear a conduta ética numa perspectiva *interesseira*, isto é, temos o dever de fazer o bem junto àqueles que também nos fazem bem. Isto parece justificar uma conduta ética só quando traz e por trazer algum benefício para um determinado grupo. É quase um *eu não faço mal ao meu vizinho só porque ele me pode fazer o mesmo, mas se ele fosse incapaz de o fazer já poderia eu fazer-lhe*. Indo mais longe, que deveres éticos deveríamos ter relativamente às gerações humanas vindouras? Se elas não existirem enquanto formos vivos, que reciprocidade poderão elas manter connosco (Singer, [1993] 2002)?

O Valor da Vida

Muitas vezes ouvimos dizer que a vida é sagrada, estando-se normalmente a referir à vida humana, não incluindo outra vida animal. Apesar de existirem diferenças culturais no modo de aceitar e permitir a morte, existe um consenso actual nas nossas civilizações ocidentais, mais ou menos abrangente, na condenação de qualquer tipo de morte humana voluntária, salvo excepções com direito a dúvidas, como a guerra, a legítima defesa, a pena capital, a interrupção voluntária da gravidez, ou a eutanásia (Singer, [1993] 2002).

Como muito sucede às discussões sobre o aborto, a questão assenta nos conceitos de *ser humano* e *vida humana*. Através de um teste genético pode-se averiguar a que espécie pertence determinado ser vivo, derivando daí que desde a concepção do embrião este é ser humano, se nos prendermos a questões biológicas e genéticas. O mesmo poderemos dizer de um ser humano com severa incapacidade mental (Singer, [1993] 2002).

Outra perspectiva, adoptada por Joseph Fletcher (1905-1991), diz-nos que ser humano implica conter certas características que determinam a *humanidade* de cada um: a auto-consciência, o auto-domínio, sentido do passado, sentido de futuro, capacidade

de se relacionar com os outros, preocupação pelos outros, comunicação e curiosidade. Chamou a estas qualidades indicadores de humanidade (Singer, [1993] 2002).

Parece-nos que a primeira definição remete para o termo *membro da espécie humana*, e a segunda para o termo *pessoa*. John Locke (1632-1704) explica este último termo, pessoa, como “um ser inteligente e pensante dotado de razão e reflexão e que pode considerar-se a si mesmo aquilo que é, a mesma coisa pensante, em diferentes momentos e lugares”. Aqui ressaltam, mais do que outras, a ideia da racionalidade, da auto-consciência e do tempo, características sem as quais um ser não será considerado pessoa (Singer, [1993] 2002).

Sobre esta temática do conceito de pessoa e dos seus direitos fundamentais têm sido levantadas questões sobre o seu alargamento a outras espécies. O trabalho *The Great Ape (Primates Superiores) Project*, que constitui um estudo, uma equipa multidisciplinar e um livro, propõe uma abrangência do conceito e dos direitos fundamentais da pessoa para os gorilas, os chimpanzés e os orangotangos. Os argumentos utilizados foram principalmente a proximidade filogenética e a similaridade entre estes macacos e o ser humano. Outro importante argumento, proveniente da antiga dualidade da Ética e do Direito, diz-nos que uma entidade só pode ser considerada ou coisa ou pessoa. Ora, como o conceito de coisa está muito associado à sua passividade e inconsciência, estes animais encaixariam melhor na segunda categoria (Cavalieri & Singer, 2002).

Assim, o valor atribuído à vida dos animais, seres humanos ou não, parece ser muito dependente do estatuto que esses animais possuem. O estatuto máximo, a que corresponde o valor máximo da vida, será o de pessoa, podendo chegar a alguns animais para além do Homem, dependendo da perspectiva em uso.

Valor da vida: pessoa *versus* animal não-pessoa

Historicamente, a pessoa tem um valor sagrado, desde os gregos e romanos, passando por toda a doutrina do cristianismo, até aos dias de hoje (Singer, [1993] 2002).

Mas, pondo de parte uma santidade, por vezes difícil de provar ou acreditar, como é que conseguimos explicar um valor para a vida de uma pessoa, maior que a de um caracol?

Uma explicação possível vem da definição de Fletcher, que inclui nos seus indicadores de humanidade a noção de passado e a noção de futuro. Se uma pessoa tem aspirações e se se integra num passado, tirar-lhe a vida seria um frustrar desses objectivos, desses projectos de vida. Ora, como um caracol, em princípio, não aspira a nada, tirar-lhe a vida não implicaria esse mal (o mesmo se poderia deduzir, perigosamente, relativamente a um recém-nascido) (Singer, [1993] 2002).

No entanto, se uma pessoa morre, os seus interesses num futuro concretizado deixam de ter sentido, pois a morte não vai contribuir para aumentar o sofrimento do indivíduo, nem para lhe diminuir o prazer. Vai antes findar com qualquer tipo de interesses. Isto, para um utilitarista clássico, significa que o mal de matar não está inerente ao facto de se matar um ser com perspectivas futuras ou não. Por outro lado, se pensássemos na morte como algo que pudesse acontecer facilmente e sem protecção a qualquer pessoa, isso traria bastante insegurança às pessoas vivas. Ou seja, apesar de não haver um interesse em não morrer para a pessoa que já morreu, existe um interesse geral em não morrer para as pessoas que estão vivas. Este argumento, ainda que indirecto, pode explicar a um utilitarista clássico que a noção de si no futuro é relevante para o mal de matar (Singer, [1993] 2002).

No entanto, se uma pessoa fosse assassinada com total ausência de conhecimento, por terceiros, esta razão indirecta já não se consideraria, argumento que abala um pouco o anterior, principalmente se se pensar na hipótese de essa morte aumentar a quantidade de prazer da população em geral (Singer, [1993] 2002).

Mas para um utilitarista das preferências, matar em segredo absoluto, mesmo que diminuísse o sofrimento da pessoa, não seria aceite, a não ser que essa fosse a sua preferência. Ou seja, não interessaria se o sofrimento diminuísse, ou se o prazer aumentasse, nem para a pessoa assassinada nem para terceiros, mas sim que fosse concedida a sua preferência, considerado o seu interesse. Nesta ordem de ideias, é indistinto matar um ser consciente do seu futuro e um ser que não tem planos nem anseios para o dia de amanhã. Segundo o utilitarismo das preferências, é mau matar uma pessoa porque não estamos, presumidamente, a respeitar a sua preferência em manter-se viva; já matar um animal que, presumidamente, não tem interesses nesse sentido, não implica nenhuma condenação moral, desde que seja respeitada a sua preferência de não sofrer que, essa sim, presumidamente, existe (Singer, [1993] 2002).

Esta presunção de que um animal não tem interesses em manter-se vivo pode ser rebatida pela famosa luta pela sobrevivência. Realmente, todas as espécies *lutam* para

sobreviver, mas a questão está precisamente no sentido que é dado à expressão lutar. Será este lutar, uma acção consciente, planificada, uma revelação de alguma preferência? Ou será antes um instinto comum a todos os seres vivos? O instinto de sobrevivência? Se sim, pensamos que deva ser considerado de forma distinta da vontade de não morrer de um ser humano. Ou seja, o peso moral do instinto de sobrevivência de um arbusto, ou de um vírus, não deve ser pesado na mesma balança que pesa a preferência de um mamífero superior em manter-se vivo.

No seguimento do ponto anterior, é levantada uma questão delicada que, aliás, pode ser usada para rebater com alguma consistência todo o utilitarismo. Se a preferência de um ser em continuar vivo for menor que a preferência de muitos em que ele morra, essa morte será moralmente correcta? Segundo a intuição mais rápida e segundo muitos autores, tem que haver algum argumento que confira um direito à vida de uma pessoa, rejeitando esta ideia enunciada por um utilitarismo das preferências. Talvez seja incontornável que cada indivíduo deva ser considerado como um todo, importando avaliar os seus interesses, independentemente dos do grupo em que se encontra inserido (Singer, [1993] 2002).

Michael Tooley introduz ainda o conceito de direito à vida associado a uma vontade, ainda que passada, ou nem sempre presente. Ou seja, independentemente de num dado momento um ser possuir um interesse objectivo em continuar vivo ou não, o facto dessa vontade ter já existido e poder assumir-se que continuaria, não fosse uma condição do momento (ex: estado de coma), deverá ser suficiente para protegê-lo da morte (Singer, [1993] 2002).

Outro conceito que também é muitas vezes levantado por alguns autores em questões sobre o mal de matar é o da autonomia. Exaltada por Kant e seus seguidores, a autonomia entende-se pela capacidade para efectuar escolhas, tomar decisões e agir nesse pressuposto. No geral, diz-se que os seres autónomos podem escolher de entre as várias alternativas, exercendo a sua racionalidade e auto-consciência. No que diz respeito à morte, só os seres autónomos é que podem decidir se preferem continuar a viver ou morrer. Logo, o valor da vida de um ser autónomo que prefira viver poderá ser considerado maior que o de um ser incapaz de escolher entre os dois destinos. Por outras palavras, seria moralmente correcto salvar uma vida de um ser autónomo, que não quisesse morrer, em detrimento da de um ser não autónomo (Singer, [1993] 2002).

No fundo, pensamos que o utilitarismo e a deontologia de Kant convergem neste ponto, curiosamente. Não será parecido dizermos que são os interesses e as preferências

em viver de um indivíduo que possuem peso moral para o valor da vida; ou dizermos que o que tem peso moral para o valor da vida é a autonomia, possuída por alguns seres, para exercer a sua vontade, se essa vontade for viver?

Concordamos com ambos os pontos de vista, achamos que convergem e tentamos resumi-los da seguinte forma: se um ser é capaz de optar pela vida, e se essa é a sua vontade, então essa vida terá um valor moral superior ao de um ser que não possua essa vontade, ou a capacidade de possuir essa vontade.

Tom Regan e os direitos dos animais – Uma outra Ética Animal

Este autor começa por criticar as várias correntes filosóficas, que não nos conferem deveres morais para com os animais, ou só conferem deveres indirectos. Critica-as, de forma semelhante à usada por Peter Singer e a sua visão utilitarista. Depois, critica o utilitarismo. Para Regan, o utilitarismo *peca* por não conferir valor nenhum aos sujeitos, sejam humanos ou animais não humanos. Aquilo que tem valor moral para Peter Singer são antes os interesses que um determinado sujeito possui, e não o sujeito em si (Regan & Singer, [1976] 1989).

Por outro lado, o utilitarismo pode ser acusado de ser agregativo, não valorizando os interesses de um indivíduo, mas sim a soma de todos os interesses de todos os indivíduos existentes. Na interpretação do utilitarismo, por este autor, se for um bem maior para um grande número de pessoas assassinar um indivíduo, então esse indivíduo terá que ser morto, para satisfação da maioria.

Regan defende uma ética que assente sobre o valor do indivíduo, um valor intrínseco e inviolável, que não pode ser ultrapassado pelo bem da maioria. Assim, cada indivíduo revestir-se-á de direitos, que nunca poderão ser subjugados a outros valores.

E que indivíduos serão alvo destes direitos?

“... We are each of us experiencing subject of a life ...”

Para Regan, esta noção de *sujeito-de-uma-vida* representa uma criatura que experimenta o seu próprio bem-estar, e que esse bem-estar, específico de cada um, é importante para ele próprio, independentemente da *utilidade* que represente para terceiros. Esse bem-estar depende das coisas que cada um prefere, acredita, sente, recorda e espera. Estas propriedades intelectuais, quando presentes, implicam um *experiencing subject of a life*, que, segundo Regan, se estende também a muitos dos

animais que usamos, na nossa sociedade, pensando unicamente no seu valor útil para nós. E é essa particularidade de *subject of a life* que confere os tais direitos ao indivíduo, segundo Tom Regan (Regan & Singer, [1976] 1989).

Mary Midgley – entre a defesa dos animais e o *especismo*

Outra autora conceituada na temática da defesa dos animais, tomando uma posição mais moderada, comparando com Singer ou Regan, é Mary Midgley. Esta autora começa por se diferenciar dos anteriores na consideração do dito *especismo*. Estes defendem, cada um à sua maneira, que existe uma igualdade que se estende a outros animais além do Homem, e que lhes confere valor intrínseco, sendo que a negação desta igualdade cairá no campo do *especismo*, tão condenável como o sexismo e o racismo (Hursthouse, [2000] 2007).

Para Midgley este especismo não é necessariamente imoral. Considera que, assim como num *familismo*, em que os membros de uma família se preocupam e devem preocupar mais com os interesses dos seus familiares, também os membros de uma espécie se devem preocupar mais com os interesses dos membros que lhe pertencem. Para a autora é antes imoral e inconcebível que uma mãe, por exemplo, valorize tanto o bem-estar do seu filho como o bem-estar de um desconhecido. Criticando Singer, sugere que uma sociedade que atenda só aos interesses, de uma forma imparcial relativamente aos sujeitos, será uma sociedade desprovida de emoções. Cada indivíduo pesaria os interesses em jogo, de uma forma desprendida e, estoicamente, deliberaria decisões éticas independentes dos interesses dos seus amigos ou familiares. Singer, que costuma ser alvo deste tipo de acusações, assente que é normal e aceitável que as pessoas se preocupem mais pelos seus amigos e familiares, simplesmente considera que essa preocupação não se encontra no domínio da ética. E questiona, se é moralmente correcto dar prioridade aos membros da nossa espécie, e aos membros da nossa família, *sangue do nosso sangue*, porque não será moralmente correcto dar prioridade aos membros da nossa raça, já que a raça representará uma forma de agrupamento intermédio entre a família e a espécie? (Hursthouse, [2000] 2007)

Hoje em dia, numa era de globalização em que as várias raças humanas se encontram bem misturadas, será mais difícil pensar nas raças como algo estanque. Mas, há relativamente pouco tempo atrás, pensamos que, de facto, se pudessem considerar um

agrupamento intermédio, entre a família e a espécie. É legítimo aceitar que existe algo de comum aos povos mediterrâneos, por exemplo, e mais particularmente às cidades portuguesas, que crie uma identidade de grupo, e que essa identidade leve a uma aproximação entre os indivíduos nele incluídos. Ora, parece haver uma semelhança entre argumentos que aceitem a parcialidade, na consideração de interesses, no âmbito da família, do povo, da raça, e da espécie. E aceitar o *especismo* e o *familismo* sem aceitar o racismo parece-nos tarefa difícil. No entanto, Midgley defende que são decisões distintas. Para a autora existem diferenças significativas entre espécies diferentes e entre famílias diferentes, o mesmo não acontecendo ao nível das raças. Existirão razões naturais que levem à preferência pela família e pela espécie mas, no caso da preferência pela raça, só existirão, para a autora, razões culturais (Hursthouse, [2000] 2007).

Apesar deste *especismo* moderado, Midgley é das personalidades mais importantes nas correntes da defesa dos animais. Simplesmente optámos por salientar aqui os aspectos em que se diferencia mais dos argumentos de Singer e Regan.

B – 2 INTERESSES – O BEM-ESTAR ANIMAL

Introdução

Nos últimos 10 anos, vários factores contribuíram para um desenvolvimento maior na área do bem-estar animal:

- Aumento da expressão da preocupação pública pelo bem-estar animal,
- Aumento de trabalhos científicos sobre bem-estar animal,
- Acções políticas em novas legislações para a salvaguarda do bem-estar animal,
- Desenvolvimento de esquemas de produção animal tendo em vista o bem-estar,
- Avanços na biotecnologia que, tornando possível quase todo o tipo de *desenho* de animais, levantam questões quanto ao bem-estar destes novos *formatos* (Webster, 2005, pp.3-4).

À parte do valor que for atribuído ao bem-estar animal, e independentemente da abordagem e da importância que lhe for dada, ele será sempre o resultado das decisões tomadas pelo ser humano (Singer, [1993] 2002). Já há muito foi quebrado o equilíbrio ancestral em que o Homem e os animais viviam na Natureza, em que a espécie humana não passava de um elo numa corrente. E já há algum tempo que foi quebrado o *contrato ancião* em que, para o Homem explorar o animal, tinha que zelar pelo seu bem-estar. Se os animais fossem criados em situações que não respeitassem o seu bem-estar, simplesmente a exploração fracassaria (Rollin, [1996] 2006). O Homem dependia largamente da Natureza. Hoje, a Natureza depende também, largamente, do Homem, assim como todos os seres vivos à face da Terra. Por conseguinte, não podemos encarar os outros animais como seres independentes de nós e auto-suficientes num meio natural. Quer queiramos tomar a responsabilidade sobre o seu bem-estar ou não, teremos, pelo menos, que admitir que ele depende das nossas acções e decisões. Somos nós que decidimos colocar um hamster numa gaiola e acarinhá-lo como animal de estimação e somos nós que decidimos envenenar um rato que constitua uma ameaça à higiene e segurança dos nossos alimentos. Somos nós que decidimos caçar uma lebre, por desporto ou para obtenção de alimento e somos nós que decidimos adoptar um coelho como *companheiro de quarto*. Dizer que o bem-estar de todas as espécies animais *é da nossa responsabilidade* levantará muitas questões. Mas, por enquanto, limitar-nos-emos

a dizer que o bem-estar de todas as outras espécies animais *depende* da espécie humana (Webster, 2005).

Senciência e valor intrínseco

Normalmente, a preocupação pelo bem-estar de um animal depende do significado que tem no contexto da sua relação com o ser humano. Por exemplo, um proprietário de um cavalo de corrida ou de um cão de companhia pode preocupar-se muito com o bem-estar do seu animal, mas não demonstrar nenhuma preocupação pelo bem-estar de uma galinha poedeira. Isto, porque atribui diferentes valores a cada um dos animais. Ou seja, o que vai implicar uma maior ou menor preocupação pelo bem-estar animal vai ser o valor atribuído – valor extrínseco – e não um valor intrínseco do animal. Quando decidimos quais os animais que vamos tratar bem, baseando-nos no seu valor extrínseco, não estamos a tomar uma atitude moral ou ética; não estamos a trabalhar numa dimensão moral ou ética (Singer, [1993] 2002). John Webster refere um exemplo curioso de um indivíduo que entra numa dispensa, em casa de uns amigos, e se depara com uma ratazana a passear entre as embalagens de comida. A primeira reacção foi de nojo, olhando para um ser que ameaçava a sanidade daquela casa e devia ser eliminado rapidamente. Entretanto, os donos da casa aproximaram-se e chamaram pelo roedor – “Cordelia!”, verificando-se que afinal se tratava de um meigo animal de estimação que até respondia pelo nome. O valor extrínseco da ratazana acabava de mudar por completo (Webster, 2005).

Por outro lado, podemos considerar o valor intrínseco da vida animal. Para isso, toma-se muitas vezes por critério a sentiência. Como visto na secção anterior, por definição, só os animais sencientes possuem interesse em sentir prazer e não sentir sofrimento. Ora, a noção de bem-estar está intimamente ligada ao prazer e à ausência de sofrimento, pelo que muitas vezes se limita a discussão sobre o bem-estar animal aos seres sencientes, apesar de não ser a única forma de abordar o tema. Como veremos adiante, esta preocupação exclusiva pelos seres sencientes é considerada muito pouco abrangente por diversos autores que propõem alargá-la, por exemplo, a todos os seres vivos.

Podemos estabelecer uma comparação entre o dever moral de ajudar outros seres humanos a atingir bem-estar, e o dever moral de ajudar outros animais, não humanos, a atingir bem-estar. Da mesma forma, parece óbvio que não podemos sentir um dever

moral de ajudar seres inanimados, como um lápis ou uma pedra, a atingir bem-estar, porque estes objectos não são capazes de sentir prazer ou sofrimento; não são seres sencientes. Entre estes dois opostos encontram-se os seres vivos não sencientes. Se está claramente comprovado cientificamente que todos os macacos possuem capacidade e interesse em sentir prazer, em detrimento do sofrimento, o mesmo não se poderá dizer em relação a uma bactéria. Serão necessários esforços grandes, no futuro, para estabelecer uma fronteira entre os seres vivos sencientes e os não sencientes. Mas, para já, refiramos que existem outros animais além dos humanos com interesse e capacidade de atingir bem-estar, e que esse bem-estar é um valor que existe e deve ser considerado (Singer, [1993] 2002). E para além desse bem-estar animal, que outros interesses poderão surgir?

Bem-estar e outros interesses

Quando estudamos uma situação em que nos preocupamos com o bem-estar de um animal senciente, surgem, para conflito, outros interesses e outros valores, além do interesse do animal pelo próprio bem-estar. Para estabelecermos um juízo ético sobre as condições em que um animal vive, temos que colocar nos pratos da balança esses outros interesses e valores. Por exemplo, em oposição ao interesse dos animais pecuários em terem boa qualidade de vida, sem sofrimento e com boa quantidade de prazer, aparece o interesse dos consumidores em terem acesso a uma boa quantidade de carne, todos os dias e ao preço mais baixo possível. Também em oposição ao bem-estar animal encontram-se os interesses dos utentes em usufruir de novos, mais seguros, ou mais eficazes medicamentos que são validados, muitas vezes, após experimentação em animais (Webster, 2005).

Para pesar todos os interesses que estão em jogo, vamos seguir o exemplo que John Webster propõe para a produção animal: a construção de uma tabela que oponha as partes afectadas e os princípios éticos fundamentais (Tabela B1). Segundo Beauchamp & Childress, os princípios éticos fundamentais, que devem estar impregnados em qualquer corrente bioética são a Beneficência (que visa alcançar o bem para a maioria das partes), a Não Maleficência (que visa evitar o mal para a maioria das partes), a Autonomia (que visa o respeito pela manifestação dos direitos, preferências ou opções

de cada uma das partes) e a Justiça (que visa uma distribuição equitativa dos bens, ou valores, em jogo, pelas diversas partes) (Beauchamp & Childress, 2002).

	Beneficência	Não maleficência	Autonomia	Justiça
Animais				
Proprietários				
Produtores				
Consumidores				
Cientistas				
Utentes				
Ambiente				
...				

Tabela B1: Partes afectadas por uma decisão ética e princípios éticos fundamentais. (adaptado de Webster, 2005, p.17)

Esta tabela serve como *cábula* para não esquecer e para medir cada uma das células da mesma. Por exemplo, um esquema de produção de suinicultura que permita uma grande beneficência relativamente aos animais e aos produtores mas que não se preocupe com o preço do produto final, fazendo com que só uma percentagem muito pequena da população possa consumi-lo, estará a falhar quanto à beneficência e justiça relativas aos consumidores. Assim, qualquer programa onde sejam integrados animais (podendo tratar-se de explorações pecuárias, centros de atendimento veterinário de animais de companhia, circos, investigações científicas, parques zoológicos, comércio de animais de estimação, entre outros) que se descure algum destes princípios éticos fundamentais, seja relativamente aos animais, ou a qualquer outra das partes intervenientes, não será um programa correcto ou aceitável, do ponto de vista ético (Webster, 2005).

Bem-estar animal e atitudes do ser humano

O ser humano moderno toma atitudes muito variadas face ao bem-estar animal. Por vezes mais racionalmente, por outras mais emotivamente. Desde o ser humano que respeita o animal, prescindindo de algumas coisas para evitar o seu sofrimento, até

certos comportamentos desmesurados de certos movimentos pelos direitos dos animais, que os colocam em *pedestais* que os próprios animais seriam incapazes de identificar ou *agradecer*, a preocupação do Homem pelos interesses dos animais varia entre diversos níveis. No entanto, para melhorar o bem-estar animal, os altos níveis de preocupação não são suficientes. Nos últimos anos a atitude do ser humano tem vindo a modificar-se bastante, mas o seu comportamento não tem acompanhado o mesmo ritmo. Constatou num estudo inglês recente que, apesar da preocupação crescente do povo britânico, cada cidadão em Inglaterra até aos 70 anos *gasta* 550 aves, 36 porcos, 36 ovelhas, 8 vacas, 2 ratos e meia ratazana. Da intenção ao acto vai uma grande distância (Webster, 2005).

O ser humano parece reger-se mais por motivos emocionais do que pela lógica, no que diz respeito, por exemplo, a não comer carne. Muitas pessoas não comem carne de vaca, porque imaginam uma vitela no pasto ao sol e sentem-se cativados pela imagem, não conseguindo desprenderem-se dessa imagem quando se deparam com o bife no prato. No entanto, se for uma coxa de frango, já não se incomodam tanto pois, geralmente, a imagem de uma galinha a bicar no chão não é tão apelativa, para a maior parte das pessoas. Além disso, o revestimento de uma galinha são penas, e de uma vaca são pêlos, algo com que nos identificamos mais. Ou seja, antes de pensar se uma galinha tem mais ou menos interesse em passar por todo o processo que vai desde o seu nascimento até à linha de abate no matadouro, a maior parte dos seres humanos já decidiu, emotivamente, que a galinha *deve ir* primeiro que a vaca.

Também em relação aos regimes de produção animal, as pessoas dificilmente mudam o seu comportamento. Quase todas as pessoas se impressionam ao verem imagens do dia-a-dia numa exploração animal intensiva, em que os animais são mantidos em espaços reduzidos onde não conseguem dar um ou dois passos, limitando-se a poderem levantar-se ou deitar-se, comer, beber e defecar. Mais ainda, comentarão: “Isto não devia ser permitido!” No entanto, sabendo da existência de produtos de origem animal oriundos de produções animais extensivas, como por exemplo o *frango do campo*, a maior parte não deixa de preferir o outro, por ser mais barato. E continuará a culpabilizar os produtores pelo modo como os animais são criados. Os regimes de produção intensiva são mais rentáveis, conseguindo-se um melhor preço por kg de carne para o consumidor. Assim sendo, a atitude do consumidor, em particular, não vai ser decisiva na escolha do tipo de condições em que os animais são criados, se este continuar a preferir a carne mais barata. Para melhorar essas condições seria necessária uma mudança a nível de mercado que exigisse a qualidade de vida dos animais

enquanto explorados ou que, pelo menos, permitisse que as *carnes do campo* não se destinassem só a uma pequena parte da população com capacidade económica para esse tipo de produtos, considerados luxo para a maior parte da população (Webster, 2005).

John Webster propõe 4 passos fundamentais para o bem-estar de todo o animal senciente ser atingido:

1. Protocolos para perceber, definir e avaliar o bem-estar animal e providenciar o maneio necessário;

2. Estrutura ética que responsabilize os cidadãos pelo bem-estar da sociedade, dos animais e do ambiente;

3. Política geral que converta as atitudes e as intenções dos cidadãos em comportamentos reais (incluindo educação para quem lida com o maneio dos animais e fiscalização desse mesmo maneio (principalmente na produção animal));

4. Estratégias eficientes e bem definidas para melhorar o bem-estar animal, ao mesmo nível de outras aspirações sociais. (Webster, 2005, p.22)

Bem-estar animal – o que é?

As definições de bem-estar animal variam com os tempos e com os autores. Uma das que foi considerada unânime na comunidade científica, proposta por Fraser & Broom em 1990, foi *o estado de um animal enquanto tenta interagir com o seu meio ambiente, evidenciando-se o estado físico e mental enquanto procura e atinge as suas necessidades fisiológicas e comportamentais* (Fraser & Broom in Webster, 2005, p.5).

A lacuna normalmente mais apontada nesta definição relaciona-se com a expressão estado físico e mental, que significará *como o animal se sente*. Ora, *como o animal se sente* é uma noção vaga, se não pretensiosa por parte de quem tenta traduzir o que é que um animal está a sentir. Da mesma forma, as definições ou as noções de senso comum sobre o bem-estar animal, caem sempre em interpretações emocionais, românticas e normalmente antropocêntricas, em que geralmente acabamos por nos colocar no lugar do animal, por tentar sentir o que ele sente como se fôssemos nós no lugar dele. Assim, será necessário colocar num plano mais objectivo a noção de *como o animal se sente*, bem como a definição de bem-estar animal (Webster, 2005).

Voltando à definição de Fraser & Broom, o seu maior mérito parece-nos ser o facto de apontar o bem-estar de um animal como um resultado das impressões que este recebe perante os estímulos exteriores do ambiente em que está inserido e do sucesso das suas reacções na tentativa de adaptação aos mesmos estímulos. Por exemplo, a descida da temperatura do ambiente causa-lhe frio, que o leva a procurar um refúgio, encontrá-lo e usá-lo. Uma vez dentro de um refúgio, protegido das intempéries, o animal deixa de sentir frio, atingindo o bem-estar, evitando o sofrimento (Webster, 2005). Mais recentemente, várias abordagens do bem-estar animal têm sido estudadas por vários autores, e normalmente debruçam-se sobre as 3 seguintes questões (Tabela B2):

LINGUAGEM COMUM	LINGUAGEM CIENTÍFICA
O animal está a viver uma vida natural?	O animal está a viver num ambiente consistente com aquele em que a sua espécie evoluiu e ao qual se adaptou?
O animal está adaptado e saudável?	O animal tem saúde e é capaz de atingir um crescimento e funções normais, desde o nascimento até à idade adulta?
O animal está feliz?	O animal está a experimentar uma sensação de satisfação mental ou, pelo menos, está livre de qualquer angústia mental?

Tabela B2: As 3 questões fundamentais em torno do bem-estar animal.

(adaptado de Webster, 2005, p.6)

John Webster acredita que o bem-estar de um animal só pode ser avaliado atendendo a estas 3 questões, embora atribua maior importância às duas últimas (Webster, 2005). Na nossa opinião, a primeira questão é igualmente importante. Se se encarasse vida natural como habitat natural, concordaríamos que esta questão seria de menor importância. Mas, querendo que *vida natural* signifique ambiente consistente com aquele em que a sua espécie evoluiu e ao qual se adaptou, então achamos que esta primeira questão compete com as outras duas, em grau de importância. Por exemplo, para um réptil, ter acesso a um esconderijo é vital. Esse esconderijo não precisa de ser uma raiz de uma árvore, nem uma fresta entre duas pedras, ou qualquer outro refúgio natural. Uma caixa de cartão serve perfeitamente para a função. Assim, acreditamos que um esconderijo seja fundamental, pois permite um comportamento natural

imprescindível para o animal, que é o fugir e esconder-se. Simplesmente, achamos que não tenha que ser uma parte do verdadeiro ambiente natural da espécie.

Vários autores, científicos ou filosóficos, dão prioridade a uma destas questões em particular, chegando mesmo a excluir uma ou outra. Vamos analisar cada uma das três questões em particular, tentando compreender as suficiências e as insuficiências de cada.

O animal está a viver uma vida natural?

Poderá considerar-se natural a imagem de um gato doméstico a espreguiçar-se em frente a uma lareira? Provavelmente sim, se quisermos que *natural* signifique o que é suposto. Para o senso comum, pensamos que se considera natural o comportamento do gato doméstico procurando o prazer no calor duma lareira, ou numa latinha *gourmet*. Contudo, na versão mais científica desta questão “o animal está a viver uma vida natural?”, algumas dúvidas podem restar. O “ambiente consistente com aquele em que a sua espécie evoluiu” pressupõe um habitat natural, que poderá não estar a ser contemplado para a maioria dos gatos domésticos. Mas não será este o destino de todas as espécies não selvagens, incluindo o Homem? Poderemos chamar natural à vida de algum ser humano? Se sim, provavelmente também poderemos fazê-lo em relação a muitas vidas de muitos animais domésticos. Será um *natural* diferente do *natural* de um leão a caçar uma gazela numa extensa savana, mas também a espécie gato doméstico, *Felis catus*, é diferente da espécie leão, *Panthera leo*. Talvez se possa considerar que o habitat natural do gato doméstico seja a casa de um ser humano, ou a rua, ou qualquer outro ambiente, rural ou urbano, em que o Homem já tenha alterado as características do meio (Webster, 2005).

Este argumento da vida natural como chave do bem-estar animal é dos mais utilizados hoje em dia para projectar o alojamento e o maneio geral de espécies selvagens em cativeiro. A maior parte dos parques zoológicos modernos procuram recriar o maior número de parâmetros que se igualem à Natureza de onde os animais provêm, como por exemplo o substrato, a alimentação ou a temperatura ambiente. Nestes parques, esta recriação tem por outros objectivos o entretenimento e educação dos utentes. Geralmente as pessoas gostam do contacto com o meio selvagem, e sentem-se mais atraídos pela imagem de um urso a sair duma caverna e pescar um peixe num lago do que pela imagem de um urso a sair de uma casota de madeira e *pescar* um peixe num

comedouro de plástico. Também na área da produção animal, os estudos de Wood-Gush, de 1989, procuraram criar um modelo de exploração pecuária, de suinicultura, inspirado no comportamento natural de famílias de porcos em liberdade em bosques escoceses. Neste modelo, foi procurado criar um ambiente que permitisse aos animais expressarem o seu comportamento natural, mais do que reproduzir detalhadamente o ambiente natural. Neste modelo não interessava o entretenimento nem a educação de quem quer que fosse. Só interessava permitir um comportamento natural, igual ao que existiria no habitat original. E isso mostrou-se possível mesmo com um ambiente artificial, bem diferente dos bosques escoceses. Muitas vezes é possível conciliar o bem-estar animal, através de uma vida natural, com soluções viáveis de manejo geral. Pois o importante para avaliar o bem-estar, segundo este argumento, é o resultado (ou seja, o comportamento natural), não os meios que o permitem (habitat) (Webster, 2005).

Uma questão levantada sobre este argumento é o de que nem sempre o natural implica melhor bem-estar. Por exemplo, em suinicultura, uma vez mais, nos regimes extensivos em que se criam porcos ao ar livre com muito espaço e condições para expressarem o seu comportamento natural, os adultos não expressam os comportamentos estereotipados de, por exemplo, roerem as grades, que provocariam lesões graves e traduzem sofrimento animal. No entanto, a taxa de mortalidade dos leitões aumenta consideravelmente, devido a um mais difícil controlo da higiene, temperatura e humidade (Webster, 2005).

O animal está adaptado e saudável?

Neste argumento tenta-se atender ao estado de saúde do animal, avaliando se este está livre de qualquer dano, físico ou mental, e capaz de crescer e manter-se capaz de exercer as suas funções vitais. Muitos produtores de animais preferem esta questão para avaliar o bem-estar dos seus animais. Crêem que se as galinhas põem muitos ovos e as vitelas crescem bem, não apresentando qualquer tipo de lesão, então é porque possuem bem-estar. Consideram os argumentos de manifestarem um comportamento natural ou de parecerem felizes muito vagos e pouco realistas. Este argumento defende que o estado de saúde do animal (medido pela ausência de lesões, pelo peso, crescimento, produtividade, entre outros parâmetros) é o principal indicador de bem-estar (Webster, 2005).

A principal fraqueza deste argumento é o facto de, muitas vezes, os animais conseguirem crescer muito bem, ou produzir muitos ovos, ou reproduzirem-se muito bem, mas *esconderem* sequelas pouco óbvias, que mais tarde podem vir a revelar-se. Exemplo disso são as canárias de muitos avicultores que, de tanto serem usadas para reprodução, atingem níveis de descalcificação e hipocalcémia severos, por tamanha mobilização de cálcio dos ossos para os ovos. Com valores de cálcio tão baixos, estas aves acabam por entrar em quadros clínicos graves que implicam, sem dúvida, sofrimento animal. Estas canárias, muitas vezes, já apresentam fraqueza óssea e muscular, e estão prestes a entrar num estado geral de apatia ou prostração, e continuam a pôr ovos. Outros exemplos são muitos dos animais de produção de carne, confinados a um espaço diminuto, em que não podem dar um passo para a frente e, no entanto, não apresentam lesões aparentes e crescem de dia para dia, produzindo carne em quantidades bem satisfatórias (Webster, 2005).

O animal está feliz?

Aqui, felicidade quer dizer satisfação mental ou, pelo menos, ausência de sofrimento mental. Este argumento apoia-se no modo como o animal se sente para avaliar o seu bem-estar. Ou seja, mais do que se está a viver uma vida natural, ou se está adaptado e saudável, o que interessa aqui é como o animal realmente se sente. Só se as duas primeiras questões afectam directamente o modo do animal se sentir é que se revestem de relevância, para avaliar o seu bem-estar. Como exemplo daremos as carências nutricionais de uma tartaruga que, ao ingerir uma dieta incorrecta, oferecida pelo proprietário, não está a viver uma vida natural nem está adaptada nem saudável. No entanto, e segundo este argumento, o seu bem-estar só será comprometido se isto afectar directamente o seu modo de se sentir. Grande parte das vezes, as tartarugas aquáticas são alimentadas com dietas pobres em vitamina A, o que pode levar a afecções oculares, entre outras, que as impossibilitam de se alimentar e provocam dor e desconforto. Nesse caso, o seu bem-estar estaria afectado. Para uma tartaruga nas mesmas situações e que, por qualquer razão intrínseca não desenvolvesse, entretanto, afecções de qualquer tipo, o seu bem-estar não se consideraria afectado (Webster, 2005).

De uma forma geral, este argumento é bem aceite no sentido de avaliar o bem-estar no momento. Se realmente bem-estar vem de estar bem, então o sentir-se bem aproxima-se do conceito e serve para o avaliar (Webster, 2005).

Como defeito, esta questão é muito difícil de pesar, já que o modo como um animal se sente é grandemente difícil de julgar e será sempre um julgamento subjectivo e, provavelmente, antropocêntrico. Ainda, este argumento de pouco serve para assegurar um bem-estar para o dia seguinte. Ou seja, se virmos um animal com um quadro clínico bem definido de doença incurável e que, dentro de poucos dias resultará em grande desconforto e dor, não interessa muito, para quem quiser assegurar uma situação de bem-estar animal, saber que momentaneamente ele ainda não tem dores, ou que está sobre o efeito de um analgésico que lhe retirará as dores durante umas horas. Esta questão, “O animal está feliz?”, só terá então interesse numa avaliação do bem-estar no imediato, e não numa avaliação da situação e das condições em que o animal vive (Webster, 2005).

Atingir o bem-estar: As 5 liberdades e provisões

Depois de pensarmos no que entendemos por bem-estar animal, num sentido de conceito e interpretação; depois de questionarmos os vários aspectos que fazem um animal sentir-se bem ou mal, isto é, “O animal está a viver uma vida natural?”, “O animal está adaptado e saudável?” e “O animal está feliz?”; depois de pensarmos, na teoria, qual destas, se alguma, é a questão fundamental, e depois de aceitarmos cada uma delas, total ou parcialmente, como bons pontos de partida para avaliar o bem-estar de um animal; está na altura de definirmos um plano, mais prático, para fazer com que esse mesmo bem-estar seja atingido, ou verificado. John Webster propõe, para isso, o princípio das 5 liberdades e provisões (Tabela B3). Estes 5 pontos são os pilares da filosofia usada pela *UK Farm Animal Welfare Council*. Esta fundação, reconhecida internacionalmente, debruça-se sobre o bem-estar, não só dos animais de produção, mas também dos animais de companhia, de laboratório e selvagens, em cativeiro ou no seu habitat (Webster, 2005). Estas, segundo este modelo, são as 5 premissas para garantir o bem-estar animal, e as 5 directrizes gerais, ou provisões, necessárias para garantir as 5 premissas. Apesar de destinado a espécies pecuárias, na área de produção animal, este modelo parece-nos poder ser aplicado a qualquer espécie animal, em qualquer situação (Aguilar *et al*, 2005).

	LIBERDADE	PROVISÃO
1	Livre de sede, fome e malnutrição	Acesso pronto a água fresca e a uma dieta apropriada
2	Livre de desconforto	Ambiente apropriado, incluindo esconderijo e área de descanso
3	Livre de dor, injúria e doença	Prevenção e rápidos diagnósticos e tratamentos
4	Livre de medo e <i>stress</i>	Condições que evitem sofrimento mental
5	Livre para expressar comportamento normal	Instalações próprias com espaço suficiente e presença de animais da mesma espécie

Tabela B3: As 5 liberdades e provisões para o bem-estar animal.
(adaptado de Webster, 2005, p.12)

A ideia das 5 liberdades veio de uma proposta antiga, de 1965: um ano antes, em Londres, Ruth Harrison publicou *Animal Machines*, um livro seminal na área do bem-estar de animais de produção. A resposta governamental britânica a este livro, que gerou grande preocupação na opinião pública, foi o Comité de Brambell de Averiguação sobre o bem-estar dos animais em explorações intensivas. Este comité técnico, formado em Inglaterra, havia de ter repercussões em todo o mundo, e representou o início da concretização prática de uma suposta preocupação política sobre o bem-estar animal. A decisão, face às condições de confinamento excessivo, que era o que mais se salientava nessas explorações, foi: “todos os animais pecuários devem ter, pelo menos, liberdade para se levantarem, deitarem, darem a volta, fazer o *grooming* e esticar as patas”. Este relatório, apesar de muito redutor, ao tentar alcançar o bem-estar animal, constitui um grande avanço para o seu objectivo: pela primeira vez fala-se na importância dos animais expressarem o seu comportamento natural. Ainda assim, refere só parte deste, relativa ao conforto físico, excluindo, por exemplo, o comportamento social (Webster, 2005).

Contudo, estas 5 liberdades representaram algo de memorável, para a UFAWC, pois consideram uma liberdade a mais do que as 4 prometidas por Franklin Roosevelt ao povo americano, na década de 40 do século passado. Assim, dentro da UFAWC, manteve-se o conceito das 5 liberdades, mas estas foram repensadas, com vista a

abrangerem os pontos vistos como necessários para garantirem o bem-estar animal (Webster, 2005).

Este esquema das 5 liberdades deve servir como *check-list* para desenhar qualquer instalação para alojamento de um animal.

Os 4 primeiros pontos falam-nos de liberdade relativamente a uma situação que provocaria *stress*. Mas em termos práticos, o que se tenta evitar não é a situação em si, mas sim o sofrimento que daí poderia advir, se a situação não fosse ultrapassada. Ou seja, é natural, e faz parte da relação com o meio, que o animal encontre uma situação de dificuldade, como por exemplo o frio ou a fome. O que este esquema pretende é que as condições de cativeiro permitam ao animal ultrapassar essa dificuldade, evitando assim o sofrimento (Webster, 2005).

Diferentes autores priorizam diferentemente as 5 liberdades. Mas, o importante é que todo o desenho de uma instalação para cativeiro animal não deixe de se preocupar com cada uma delas. O ideal, talvez, seria saber para cada caso específico, a qual das liberdades o animal daria prioridade. Por exemplo, saber se, para uma galinha, o factor medo é mais ou menos importante que o factor frio. Para isso, serão muito importantes os resultados de estudos sobre motivação animal, que se têm vindo a desenvolver (Webster, 2005).

Outro conceito ainda a ter em conta, o qual não é referido no princípio das 5 liberdades, é o conceito de exaustão: o animal estava adaptado ao ambiente de cativeiro, mas deixa de estar ao fim de algum tempo. Isto pode acontecer em instalações bem desenhadas e que permitam bem-estar animal até certo ponto, mas em que o factor tempo não foi pesado. Por exemplo, nas galinhas poedeiras, em que tudo corre bem até que o organismo deixa de ter reservas e capacidade para continuar a pôr ovos, levando-as à exaustão, e ao sofrimento (Webster, 2005).

Desafio e resposta

O ambiente e o maneio geral de um animal devem então, provê-lo das 5 liberdades fundamentais. Isto não significa que as 5 liberdades estejam presentes de uma forma constante e imutável. Significa antes que elas sejam alcançáveis, sem grande dificuldade. Assim, o ambiente em cativeiro, assim como a Natureza, deverá impor desafios, aos quais o animal responderá, através de comportamentos e mecanismos

fisiológicos, acabando por eliminá-los ou por se adaptar a eles. De uma maneira ou de outra tornar-se-á livre, com as 5 provisões fundamentais, e atingirá o bem-estar. Caso contrário surgirá sofrimento. Como exemplo daremos o frio: quando as temperaturas descem, o animal pode ter uma resposta fisiológica, que será, por exemplo, tremor muscular, ou vasoconstrição, e uma resposta comportamental, que será, por exemplo, escolher um lugar mais abrigado do vento. Desta forma, o animal ultrapassa o desafio imposto voltando a sentir-se bem. Se as temperaturas baixarem muito mais, o animal poderá não conseguir ultrapassar o desafio, por muito que se esforce, fisiológica e comportamentalmente, acabando por sofrer com o frio (Webster, 2005).

Neste exemplo do desafio do frio fizeram-se estudos para avaliar a intensidade da resposta do animal. Quanto mais o animal treme maior é o consumo de oxigénio (para permitir o tremor muscular), sendo um grande consumo associado a um grande desafio, ou a uma grande ameaça ao bem-estar animal. Contudo, estes estudos não dizem muito sobre como o animal se sente, ou como o frio interfere no seu bem-estar. Servem mais para medir a implicação do frio na capacidade de adaptação a um determinado ambiente, correspondendo portanto àquela pergunta, “O animal está adaptado e saudável?” (Webster, 2005).

Se o desafio for grande demais, o animal entrará em *stress*. Mas o que significa *stress*? É um termo muito usado nos dias de hoje e toda a gente percebe, mais ou menos, o que ele quer dizer, apesar de ser usado para situações bem diferentes umas das outras. Segundo Manser (1992), *stress* (biológico) significa *estado que ocorre quando um animal encontra condições adversas que levam a um distúrbio no seu equilíbrio fisiológico e emocional*. Outra definição, da Física e da Engenharia, descreve *stress* como *a imposição de uma força externa sobre um objecto, e esforço seria o termo para definir as suas consequências*. Apesar de ser pouco específico, o termo *stress* será aqui usado segundo a definição de Manser (Webster, 2005, p.26).

Hans Selye (1950) descreveu um conjunto de consequências gerais, por parte de um animal, a qualquer fonte de ***stress agudo***. Chamou-lhe de Síndrome Geral de Adaptação (*GAS, General Adaptation Syndrome*) e corresponde a uma **resposta de alarme** do organismo face a um estímulo agudo inespecífico. Após a percepção de um estímulo *stressante*, haverá activação do chamado eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA), o qual resultará na libertação da hormona adrenocorticotropina (ACTH), por parte da hipófise e para a corrente sanguínea. Essa hormona vai estimular as glândulas

adrenais a secretarem as moléculas de *stress*: os glucocorticoides periféricos (cortisol ou corticosterona), pelo córtex adrenal, e as catecolaminas (adrenalina e noradrenalina) pela medula adrenal. Estas vão depois despoletar outras reacções, por parte do organismo (como, por exemplo, aumento da glicose sanguínea) que, em conjunto com outras respostas específicas de cada fonte de *stress*, vai capacitar o animal para ultrapassar o estímulo nocivo. Se esse estímulo nocivo não for muito forte ou muito prolongado, o animal ultrapassa-o, adaptando-se à situação, e volta ao seu equilíbrio fisiológico e emocional. Por exemplo, a presença de uma tempestade repentina despoleta este GAS que leva o animal a ter reacções fisiológicas e outras comportamentais (mais específicas), que o levará a procurar um abrigo da chuva, a tremer para combater o frio, entre outras respostas que farão com que o estímulo *stressante* seja ultrapassado, ficando o animal adaptado à nova situação. Se, pelo contrário, esse estímulo for forte demais ou prolongado demais, a capacidade de resposta e de adaptação pode ser excedida, levando à exaustão, sofrimento e, continuamente, ao declínio até à morte (Webster, 2005).

Uma questão importante para a capacidade de adaptação a um determinado ambiente é a de que este GAS, quando activado por um qualquer estímulo, vai tornar o organismo menos capaz de aceitar um outro qualquer desafio (Webster, 2005).

Este GAS pode facilmente ser medido, através de vários parâmetros. Alguns desses parâmetros são resultado da própria activação do eixo HPA, como o aumento da concentração de glucocorticoides no sangue. Outros são a resposta directa do organismo a essa activação, como o aumento da temperatura ou da frequência respiratória (Webster, 2005) (Tabela B4).

Sem dúvida que a activação do eixo HPA é um teste muito sensível da resposta do animal face a um estímulo *stressante*, e qualquer estímulo agudo que provoque *stress* e sofrimento animal, vai produzir uma activação do eixo HPA. O problema é a sua especificidade. Efectivamente, também outros tipos de estímulos levam a uma activação deste eixo HPA e sequente GAS. Muitas situações consideradas agradáveis para um animal, como por exemplo, para um cão, ver o dono pegar na trela antes de o levar à rua, ou, para um coelho, ou porquinho-da-Índia, ouvir o barulho da porta do frigorífico onde se guardam os legumes abrir-se, produzem, muito comumente, uma resposta de excitação e bem-estar, que compartilha com as situações de *stress* agudo, a activação do eixo HPA e todo o GAS consequente. Assim, a medição desta resposta de alarme através, por exemplo, da medição de cortisol sanguíneo, só será útil se associado a

outras medições, a outros indícios de sofrimento animal como, por exemplo, os comportamentais (Webster, 2005).

CATEGORIA	INDICADOR
ACTIVAÇÃO DO EIXO HPA	Aumento da concentração de glucocorticoides no sangue e saliva
	Aumento da concentração de catecolaminas no sangue ou urina
	Aumento da concentração de ACTH ou β -endorfinas no sangue
	Função cerebral (ECG, neuroquímica)
RESPOSTA DIRECTA	Frequência cardíaca
	Taxa metabólica (consumo de oxigénio)
	Frequência respiratória
	Temperatura corporal
	Metabolitos no sangue (glicose, ácidos gordos livres)
	Enzimas na corrente sanguínea (ex: LDH)

Tabela B4: Indicadores fisiológicos para medir resposta de alarme a um desafio ambiental agudo.

(adaptado de Webster, 2005, p.31)

Quando associada a outros índices, a medição do GAS pode ser muito útil para calcular o grau de sofrimento que determinado estímulo produz sobre um animal. Mas é sobretudo nas situações de estímulos repetidos, ou persistentes, que esta medição ganha maior importância. Depois de uma **resposta de alarme** (descrita como GAS), se o estímulo continuar, o organismo vai adoptar uma **resposta adaptativa**, que vai, em maior ou menor grau, interferir na capacidade de atingir o bem-estar animal. A tabela seguinte (Tabela B5) expõe os principais indicadores do *prejuízo* dessa resposta adaptativa.

As duas primeiras categorias de indicadores são mais precisas na medição do sofrimento animal. A terceira, a dos marcadores indirectos, é muito inespecífica e, eventualmente, pode não estar associada a situações de sofrimento, mas sim de excitação do animal, como visto anteriormente. A vantagem destes marcadores indirectos é serem mais práticos e, normalmente, mais baratos (Webster, 2005).

CATEGORIA	INDICADOR
CUSTO DIRECTO DA RESPOSTA ADAPTATIVA	Aumento da taxa metabólica (consumo de oxigénio)
	Funções metabólicas dificultadas
	Alterações metabólicas e electrolíticas
ÍNDICES DIRECTOS DE PERDA DE BOA FORMA	Incapacidade reprodutiva
	Aumento da morbidade
	Redução do apetite
MARCADORES INDIRECTOS	Aumento da concentração de glucocorticoides no sangue e saliva
	Aumento da resposta à ACTH
	Supressão de hormonas anabólicas
	Marcadores neurobiológicos (neuropéptidos)
	Imunossupressão

Tabela B5: Indicadores para medir respostas fisiológicas, adaptativas ou não, a um desafio ambiental repetido ou persistente (adaptado de Webster, 2005, p.33)

Mas para uma medição mais pertinente do bem-estar animal, urge debruçarmos agora sobre outra área de estudo: o comportamento animal.

Resposta Comportamental ao Desafio

O comportamento normal de um animal, exposto a um determinado desafio, serve-lhe para modificar o ambiente, interna ou externamente, no sentido de restabelecer o seu bem-estar. Encontrar um esconderijo é um exemplo de modificar o ambiente externo; alimentar-se é um exemplo de modificar o ambiente interno (Webster, 2005).

O comportamento, não é uma característica dos animais sencientes, visto que até uma ameba afastar-se-á da presença de uma substância tóxica. O que distinguirá os animais sencientes será a capacidade que ele terá em interpretar e escolher, dentre várias opções, a mais adequada. Pelo contrário, a ameba agirá de forma reflexa, *programada* (Webster, 2005).

O desafio ambiental é percebido pelo animal de forma consciente ou inconsciente, dependendo da natureza desse desafio e da natureza do animal, que lhe é

ditada geneticamente, mas também modificada pela sua experiência. Tendo percebido e, em algum grau, tendo interpretado o desafio, o animal vai escolher uma das opções ao alcance e adoptar determinado comportamento. Entre essas opções, pode até não escolher nenhuma, e limitar-se a uma resposta fisiológica. Por exemplo, um veado que está a pastar quando começa a chover, pode abrigar-se nuns arbustos, se não quiser ficar com frio, mas também pode preferir continuar a comer e manter-se à chuva, podendo vir a ser accionada uma resposta fisiológica que envolva os tremores musculares ou a vasoconstrição. A Tabela B6 exemplifica diversas opções de respostas a desafios comuns, incluindo respostas fisiológicas e respostas comportamentais (Webster, 2005).

DESAFIO	SINAL	RESPOSTA CORRECTIVA	COMPORTAMENTO DE ANULAÇÃO
TEMPERATURAS BAIXAS	Sensação de frio	Tremer; Comer; Conservar calor	Procurar abrigo; Posturas corporais
AUSÊNCIA DE COMIDA	Fome	Comer; Conservar energia	Procurar comida
DESIDRATAÇÃO	Sede	Beber; Concentrar urina	Procurar água; Evitar o sol
DANO FÍSICO	Lesão; Dor	Cicatrização; Descanso	Evitar predadores
DOENÇA	Mal-estar geral	Resposta imune; Descanso	Higiene; Nutrição

Tabela B6: Exemplos de respostas a desafios ambientais (fisiológicas e comportamentais).
(adaptado de Webster, 2005, p.25)

Por vezes, quando o desafio é muito grande ou o animal não se encontra preparado, surgem respostas comportamentais inapropriadas. Um exemplo disso é o pânico, que é também uma resposta comportamental a um desafio, mas inapropriada, ou desproporcionada. Outros exemplos são os padrões anormais de comportamento que surgem quando o animal se encontra, continuamente, num ambiente diferente do que necessita. Estes resultam da frustração de sucessivas tentativas de responder aos desafios ambientais ou, simplesmente, da frustração resultante da ausência de estímulos

ambientais. Normalmente, estes padrões de comportamento são inúteis e, por vezes, prejudiciais, representando sempre um indicador de mal-estar animal (Webster, 2005).

ESTADO DO ANIMAL	TIPO DE COMPORTAMENTO	EXEMPLOS
BEM-ESTAR	Expressão total de comportamento normal (etograma) *	Comportamento de manutenção; Comportamento social; Descanso e brincadeira
	Expressão de prazer	Brincadeira; Hedonismo
RESPOSTA ADAPTATIVA	Comportamento de manutenção	Descanso; <i>Grooming</i> ; Procura de alimento e água
	Orientação e respostas a ameaças	Alerta; Resposta a novos objectos
	Comportamento normal de defesa	Fugir, lutar, Ficar estático (<i>congelar</i>) Respostas rituais
	Comportamento de anulação (evitar)	Procurar abrigo Evitar ameaças reconhecidas
RESPOSTA INAPROPRIADA	Movimentos e posturas anormais	Claudicação
	Comportamento injurioso	Arrancamento de penas; Auto-mutilação
	Estereótipos	Caminhar em sentidos alternados; Trincar gradeamentos
	Comportamentos redireccionados	Fingir ruminção; Fingir banho de areia
	Supressão de comportamentos normais	Inaptência; <i>Learned helplessness</i>

Tabela B7: Índices comportamentais de bem-estar e mal-estar animal.

(adaptado de Webster, 2005, p.41) * Etograma: catálogo do reportório dos comportamentos normais para uma determinada espécie animal (Behavioral Advisory Group, 2008)

Depois de atentarmos aos mecanismos da fisiologia e do comportamento segue-se um debruçar sobre outra área de estudo: a neurobiologia. Em conjunto, estas três áreas, deverão definir uma área mais certa onde o bem-estar animal poderá ser julgado e compreendido. Cada uma delas não deverá ser sobrevalorizada, em detrimento das outras. As três terão os seus pós e os seus contras, devendo interligar-se para uma melhor compreensão sobre o tema do bem-estar (Webster, 2005).

Neurobiologia e Sofrimento

Vai ser com a ajuda da neurobiologia que vamos responder às seguintes questões, usuais em debates sobre o sofrimento e bem-estar animal (Webster, 2005, p.46-7):

- Como é que um animal se sente ao interpretar uma informação chegada do ambiente externo, ou uma sensação vinda do ambiente interno?
- Qual a natureza e a intensidade das suas sensações, determinadas pela sua constituição genética e pela sua experiência individual?
- Até que ponto essas sensações interessam para o animal?
- Poderemos inferir que quando um animal não humano se sente mal, ele está, realmente, a experimentar sofrimento?

Para avaliar se um animal sofre ou não, muitos autores impõem como limite, por definição, a senciência. A forma como um ser senciente reage aos estímulos do ambiente é, segundo John Webster, descrita da seguinte forma:

- O Sistema Nervoso Central (SNC) do animal recebe (percepção) constantemente informação do ambiente externo e interno. Esta informação é interpretada, categorizada, e obriga a uma decisão por parte do organismo (por vezes inconsciente, como é o caso da propriocepção). Após a interpretação por parte do SNC, e em conjunto com a motivação, ambas acompanhadas por uma componente emocional e, em alguns casos, reforçadas por processos cognitivos, haverá uma resposta ao ambiente, que poderá consistir numa sensação e/ou numa acção (Webster, 2005, p.47-8).

A intensidade desta acção vai dar-nos uma indicação da motivação do animal, e vai dizer-nos, ou sugerir, como e quanto um determinado estímulo ambiental interessa ao animal, quer lhe traga uma sensação boa ou má, bem-estar ou sofrimento. Esta quantificação da motivação poderá ser difícil, por um lado, quando se trata de um

animal diferente do Homem, já que nunca nos responderá às questões que gostaríamos de lhe colocar. No entanto, ao contrário do ser humano, a maior parte dos animais não tem capacidade de fingimento, mentira ou dissimulação, pelo menos não tanto como o Homem, o que poderá consistir numa vantagem na hora de fazermos uma leitura de uma resposta ao ambiente (Webster, 2005).

Existem vários métodos usados para medir a motivação de um animal, incluindo o Homem. A tabela seguinte resume os mais importantes.

PRIORIDADES DE MOTIVAÇÃO
- Testes de preferência (ex: selecção de alimentos; alimento <i>versus</i> descanso)
FORÇA DE MOTIVAÇÃO
- Custo (para evitar algo, como o frio; para atingir algo, como o alimento)
- Sacrifício (para evitar algo; para atingir algo)
CONSEQUÊNCIAS DA PRIVAÇÃO
- Alterações de comportamento (ex: estereótipos)
- Alteração de estado mental (ex: diminuição do estado de alerta)

Tabela B8: Medidas da motivação.
(adaptado de Webster, 2005, p.52)

Sendo o sofrimento e o bem-estar propriedades mentais, atingíveis pelos seres ditos sencientes, poderão e deverão ser compreendidas através da neurobiologia. O âmbito da nossa abordagem ao tema do bem-estar não abrange o detalhe desta ciência. No entanto, debruçar-nos-emos um pouco mais, já que só a neurobiologia poderia completar a nossa compreensão e avaliação sobre o bem-estar animal, depois da fisiologia e do comportamento (Webster, 2005).

Keith Kendrick, em 1998, demonstrou caminhos neuronais através dos quais os estímulos são conduzidos, recebidos e interpretados como emoções, no cérebro de animais, através de registos electrofisiológicos. Kendrick usa estímulos olfactórios (odores sociais) com roedores e estímulos visuais (caras) com ovelhas (Kendrick, 2006). Este e outros estudos em muito contribuem para o concluir que estes e outros animais

sencientes se interessam pelo bem-estar, reagindo emocionalmente a uma série de estímulos. Mais do que isso, os resultados destes estudos podem ser inferidos para a neurobiologia humana, servindo, também, para compararmos e identificarmos as bases por que se regem as sensações de qualquer animal senciente.

No entanto, apesar da importância da neurobiologia, ela não pode ser vista isoladamente para avaliar o bem-estar. Exemplo do seu uso abusivo é a conclusão de que os peixes não sentem dor, uma vez que não se encontra uma unidade neuroanatômica associada à percepção da dor, no seu sistema nervoso, idêntica à que se encontra nos mamíferos. Se pela observação e estudo do comportamento, e da fisiologia, temos indícios do contrário, deveríamos, pelo menos, investigar outro tipo de unidade de percepção da dor, no sistema nervoso dos peixes, antes de concluirmos que eles não sentem dor (Webster, 2005).

Parte importante da neurobiologia, e associada à fisiologia, é a comunicação celular, entre neurónios entre si, e entre neurónios e outras células, através de neurotransmissores. Estas moléculas são grandemente implicadas, causa ou efeito, no bem-estar e sofrimento animal, e ajudam a compreender melhor como um animal se sente. A título de exemplo temos os estudos de farmacologia que testam fármacos análogos desses neurotransmissores em animais e em pessoas, em ensaios clínicos. Com eles podemos compreender melhor o que um animal é capaz de sofrer ou deixar de sofrer, com ensaios de analgésicos, ou de anti-depressivos, que actuam sobre muitas bases comuns, desde o homem ao papagaio, passando pelo cão e pelo gato. Podemos nos aperceber das semelhanças que existem no modo como sentimos as coisas, e da importância que atribuímos ao sofrimento e ao prazer, apesar de tantas diferenças e especificidades entre os vários seres sencientes (Webster, 2005). A título de exemplo, alguns problemas comportamentais em papagaios, como o arrancamento de penas e a auto-mutilação tratam-se com anti-depressivos ou anti-psicóticos usados na medicina humana, como o caso do haloperidol (Harcourt-Brown & Chitty, 2005).

Fontes de Sofrimento

Quando lidamos com animais sencientes, como a grande parte dos animais mantidos em cativeiro como animais de companhia, e quando o seu bem-estar é um alvo a atingir, é imperativo identificar as fontes de sofrimento. Ou seja, especificar, dentro

das 5 liberdades e provisões, qual o factor que está a ameaçar o bem-estar. O que é que pode fazer um animal sofrer? Quais os factores mais comuns?

1. Alimentação inadequada

Além do sofrimento directo da fome e da sede, por simples ausência de alimento e água, em certas situações, ele surge devido a dietas inadequadas. Este problema é muito frequente em animais selvagens mantidos em cativeiro. O sofrimento surge, muitas vezes, de desequilíbrios nutricionais. Exemplos disso são a hipovitaminose A em tartarugas, a hipomotilidade gastrointestinal em roedores ou a doença óssea metabólica em aves de rapina. O que acontece, normalmente, é que o proprietário não está informado sobre as condições de manejo e de alimentação adequados para o animal que tem a seu cargo. Outras vezes, não se trata de falta de informação mas sim de falta de disponibilidade, por exemplo, económica.

2. Dor

Segundo Iggo, e a sua definição de 1984, dor é uma desagradável experiência sensorial e emocional associada a dano tecidual (Webster, 2005). Apesar da dor ser extremamente importante para um animal, pois ajuda-o a identificar e a evitar estímulos prejudiciais à sua condição, se ela for intensa ou continuada, será uma evidente fonte de sofrimento. É difícil para nós saber a importância que um animal senciente atribui à dor mas, pela observação e estudo das suas reacções a estímulos dolorosos, parece óbvio que a dor lhe provoque um impacto negativo no seu bem-estar. A Tabela B9 identifica e interpreta as principais reacções à dor, que podem ser observadas num animal.

3. Medo e Ansiedade

O medo, tal como a dor, é uma capacidade que, nos seres sencientes serve o propósito de evitar o perigo, e estão muitas vezes associadas. Se uma experiência provocou dor, ou outra qualquer sensação desagradável, o animal senciente vai desenvolver medo relativo a essa experiência, e tentará evitá-la no futuro. Da mesma forma, os chamados medos inatos representam também uma vantagem evolutiva, como por exemplo o medo de predadores, ou do isolamento. Os seres humanos e os chimpanzés possuem um medo inato por serpentes. Outro tipo de medo é o da novidade. Em diferente escala, todos os seres sencientes sentem medo pelo desconhecido mas, todos também, sentem curiosidade pelo desconhecido. É o equilíbrio entre esse medo e

essa curiosidade que vai procurar a resposta certa ao ambiente. Outros tipos de medo são o medo resultante da aparência de medo em outros seres, como por exemplo os gritos de alarme em animais que vivem em grupos, e o medo do futuro. Este último medo pode ser chamado de ansiedade, e representa o medo do que pode acontecer e, normalmente, não está associado a uma causa imediata, mas sim a um estado mais continuado. Exemplo disso é a ansiedade de separação, que muitos animais sentem associada à ausência do seu dono (Webster, 2005).

REACÇÃO IMEDIATA
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Reflex withdrawal</i> (flexão inconsciente de todo o membro após estímulos <i>dolorosos</i>, como a pressão ou o calor; não consciente) - Alarme e fuga consciente (ex: um papagaio que foge e berra ao sentir a aplicação de uma injeção uma seringa aproximar-se)
ALTERAÇÃO DE COMPORTAMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças na locomoção e na estação (ex: um papagaio com pata levantada para não pousar um dedo partido no poleiro – posturas anti-álidas) - <i>Learned avoidance</i> (aprender a evitar determinados comportamentos, como por exemplo, um cão que evita entrar na sala de espera de uma clínica) - Redução de comportamentos positivos (ex: <i>grooming</i>, brincadeira, exploração do ambiente)
ALTERAÇÃO DO ESTADO GERAL E MENTAL
<ul style="list-style-type: none"> - Apatia - Anorexia - Aversão ou reduzida motivação perante estímulos comuns
RESPOSTA A ANALGÉSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Fármacos administrados - Auto-escolha (ex: estudos em que ratazanas preferem água ou comida medicada com analgésicos, em detrimento de outras não medicadas)

Tabela B9: Sinais de que a dor interessa, para os animais.

(adaptado de Webster, 2005, p.67)

4. Mal-estar geral

Quando na presença de certos danos físicos ou doenças, o organismo vai reagir para se defender, utilizando uma resposta imunitária que, apesar de agir no sentido de proteger o animal, provoca um mal-estar geral. As principais causas desse mal-estar são a febre, a sensação de frio, o enjoo, a perda de apetite, a sensação de cansaço, a fraqueza e a confusão mental. Normalmente, estes sintomas são benéficos para o animal, ou para a espécie a que pertence. Por exemplo, a febre faz com que certas bactérias não sobrevivam no organismo; o cansaço e a fraqueza fazem com que o animal doente se isole, evitando que a doença seja disseminada para os membros da mesma espécie (Webster, 2005).

Ao preocuparmo-nos com o bem-estar animal, particularmente nos cuidados médico-veterinários, devemos nos debruçar sobre estes sintomas, que poderão e deverão ser lidos através dos sinais dados pelo animal, e tentar anulá-los ou, pelo menos, controlá-los.

5. Frustração e Aborrecimento

Apesar de parecerem semelhantes, estes dois conceitos devem ser distinguidos. Frustração surge quando um animal não consegue ultrapassar um determinado obstáculo, ou não consegue atingir um determinado objectivo. Por exemplo, uma galinha poedeira que não consegue fazer a postura por não ter ninho. Aborrecimento surge quando um animal tem falta de estímulos ambientais que o levem a ter motivações num determinado sentido. Por exemplo, um papagaio num poleiro, o dia inteiro, com muito poucos estímulos ambientais, e que começa a arrancar as penas, como sinal de aborrecimento.

Até aqui, temo-nos debruçado no sofrimento, como estado a evitar para atingir o bem-estar. No entanto, apesar de ser mais difícil de provar, um animal para atingir bem-estar, também precisa de prazer. Ou seja, é importante evitar o sofrimento, mas também é importante assegurar, ou promover, o prazer. Muitos autores contrariam esta ideia, advogando que, não tendo auto-consciência, os seres sencientes não humanos (ou não primatas superiores, dependendo da corrente ideológica), não necessitam nem possuem capacidade de sentir prazer. Se assim fosse, ou assim sendo, torna-se estranho observar um gato de apartamento a ronronar com as carícias do dono, ou a *encostar-se* ao aquecedor durante tempo mais que suficiente para não sofrer de hipotermia, ou ainda,

duas crias de corço a brincarem aos saltos, uma atrás da outra, pelo meio de uma floresta.

Animais de estimação – Um caso particular de bem-estar

Muitos argumentos servem a causa de serem estes, também conhecidos por *pets*, ou animais de companhia, os que atingem maior bem-estar, ou que *levam* uma vida melhor. São eles o facto de possuírem maior longevidade, ultrapassando muitas vezes, no que toca a espécies selvagens, a esperança média na Natureza; o conforto de uma temperatura relativamente estável; a ausência de predadores; a desnecessidade de caçar; entre outros. Alguns autores comentam que a preocupação pelo bem-estar animal pode levar a um cuidado extremo que leve a considerar que o estado selvagem é mau, devido a todos os aspectos de perigo e desconforto, principalmente no caso da predação (Everett, 2001). Assim, um coelho, poderia estar melhor em cativeiro do que no seu habitat natural, rodeado de predadores.

Por outro lado, existem outros tantos argumentos contrários, que defendem serem os animais de companhia os que atingem menor bem-estar. Entre muitos, podemos fazer ressaltar os da privação de congéneres, e respectivas relações entre si e com o meio. O meio do cativeiro sofre de muitas falhas, comparando com o meio natural. Entre elas, encontra-se a falta de opções que, no meio natural parecem não se esgotar. Opções essas que gozam de uma qualidade difícil de reproduzir em cativeiro: a imprevisibilidade, que muitas vezes vem, imprevisivelmente, dar a resposta necessária às necessidades de um animal inserido no seu habitat.

Dependendo da espécie a que pertence o animal de estimação, distintos problemas de bem-estar vão surgir mais comumente.

Para avaliar o bem-estar de um animal de companhia, o princípio das cinco liberdades e provisões pode ser aplicado. A responsabilidade do proprietário de um animal de companhia é a de proporcionar um maneio geral que permita ao seu *pet* usufruir das cinco liberdades e provisões (explicadas anteriormente nesta secção). A Tabela 10 identifica as falhas resultantes do não cumprimento de cada uma das cinco liberdades e provisões, dando exemplos para cada uma destas falhas, em animais selvagens de estimação.

	FALHA	EXEMPLOS
1	SEDE, FOME OU MALNUTRIÇÃO	Hipovitaminose A em tartarugas; hipocalcémia em papagaios; fome ou anorexia por doença crónica em qualquer espécie
2	DESCONFORTO	Revestimento corporal anormal (penas danificadas, pêlo sujo, espinhos partidos); pododermatites traumáticas em porquinhos-da-Índia, por falta de substratos adequados; lesões por auto-mutilação; presença de parasitas
3	DOR, INJÚRIAS E DOENÇAS	Mixomatose em coelhos, por falta de vacinação; infecções respiratórias em aves, por falta de higiene e arejamento; traumatismos por queda, por mau acondicionamento de um terrário
4	MEDO E <i>STRESS</i>	Ansiedade associada à presença de seres humanos; ausência de esconderijo no terrário de uma serpente; presença de <i>predadores</i> para espécies consideradas presas, como o caso dos roedores
5	INCAPACIDADE DE MANIFESTAR COMPORTAMENTO NATURAL	Aquaterrário para tartarugas sem volume de água suficiente para natação; ausência de areia para banho, no caso das chinchilas; falta de espaço para voar, para as aves

Tabela B10: Falhas nas 5 liberdades e provisões para o bem-estar em animais selvagens de companhia.

Existem muitos mais trabalhos na área do bem-estar relacionados com a produção e a experimentação animal do que com a área dos animais de companhia, nomeadamente os selvagens (Rollin, 2001). Para Bernard E. Rollin este é um aspecto curioso, já que o sofrimento de um animal de companhia deveria ser mais inconcebível do que o sofrimento de um animal de produção ou de laboratório, pois o propósito da estimação de um animal prende-se mais a questões emocionais, de amizade, carinho, protecção. No caso da produção e da experimentação sabemos que existe algo a

justificar, suficiente ou insuficientemente, o sofrimento animal. Mas, e na estimação de animais, o que é que pode justificar o sofrimento? (Rollin, [1996] 2006)

C – A NATUREZA – VALOR E INTERESSES

Ao tentarmos estabelecer juízos éticos sobre a posse de animais selvagens como animais de estimação, não podemos dissociar o animal do seu meio natural. Quando o médico veterinário se depara com um proprietário, ou portador, de um animal selvagem, deve atender ao bem-estar animal, abordado no capítulo anterior, mas também à integridade da Natureza, que iremos agora abordar.

C – 1 Atitudes relativas à Natureza – Origens do pensamento no Ocidente

Dependendo da geografia, do tempo e do indivíduo, a atitude face à Natureza varia entre extremos. No que diz respeito às culturas preponderantes no mundo ocidental, as atitudes surgiram da mistura entre a cultura hebraica, bem representada na Bíblia, e a filosofia da Grécia antiga, em particular nas ideias de Sócrates, Platão e Aristóteles (Singer, [1993] 2002).

Ambas as culturas situam o Homem no centro do mundo, passando tudo o resto para um plano periférico, ou inferior. Toda a Natureza existe para servir o Homem. O Génesis relata a criação do mundo de forma a que poucas dúvidas restem:

“ Depois Deus disse: Façamos o ser humano à nossa imagem... para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra... Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a Terra. ” (Génesis *in* Singer, [1993] 2002, p.289)

Mais tarde, para castigar o Homem, Deus afogou quase todos os animais da Terra. Com esta história, os animais são encarados como meras ferramentas. E, depois, Deus restitui o domínio:

“ Sereis temidos e respeitados por todos os animais da Terra, por todas as aves do céu, ..., ponho-os à vossa disposição.” (Génesis *in* Singer, [1993] 2002, p.289)

Apoiado neste texto bíblico, qualquer ser humano poderia dominar a Natureza, dispondo de todos os seres vivos, causando temor, não deixando de agir moralmente bem (Singer, [1993] 2002).

Noutra passagem, do Novo Testamento, Jesus destrói uma figueira, só para provar que não traria implicações, só para mostrar o quanto o Homem devia dispor do ambiente. Noutra, ainda, provoca o afogamento de uma vara de porcos (Singer, [1993] 2002).

De uma forma geral, o cristianismo impõe a ideia do domínio do Homem sobre o animal. Excepções a esta linha geral foram poucas, podendo citar-se Basílio, João Crisóstomo ou Francisco de Assis, mas que não chegaram a ter expressão significativa na cultura ocidental de então (Singer, [1993] 2002).

Outros autores, como Holmes Rolston III, consideram errada esta visão depreciativa de que a Bíblia despreza a Natureza. Na mesma consideração, uma compilação de excertos das sagradas escrituras, publicadas por Peter Singer e Tom Regan revela, em algumas passagens, um carácter bíblico mais *amigo do ambiente*. Citemos dois exemplos:

“E então Deus criou os monstros marinhos e todas as criaturas vivas que se movem, ... e Deus viu que isso era bom.” (Genesis 1:20 *in* Regan & Singer, 1989, p.1)

“Não magoem a terra, nem o mar, nem as árvores” (Revelation 7:3 *in* Regan & Singer, 1989, p.3)

No entanto, somos do parecer que este respeito ou valorização do meio ambiente, é algo que se enquadra mais nas excepções do que na regra dos textos bíblicos.

Com o florescer do pensamento racional na Grécia, por volta do séc. V a.C., o Homem resplandece-se. A Natureza deixa de ser um pano de fundo mítico e elevado e passa a ser algo que pode vergar perante o Homem, cujo valor não parava de subir. O conceito de Natureza selvagem, ou *wilderness*, deixa de incluir a espécie humana. Com Sócrates, o campo deixa de ser importante, e é nas cidades que se concentram os pensamentos e os pensadores. Cria-se uma negação pela Natureza, considerada caótica, preferindo-se a ordem das cidades, a ordem das medidas certas, associadas à razão. A matemática chega como oponente do caos selvagem do ambiente (Varandas, 2004).

“ Eu aprecio muito o conhecimento. O campo e as árvores não me vão ensinar nada, e as pessoas na cidade sim. ” (Sócrates *in* Rolston, [1932], 1988, p192).

Uma excepção importante a esta tendência, na Grécia Antiga, era Pitágoras (571-496 a.C.), que valorizava a relação do Homem com a Natureza. Mais tarde, no pensamento europeu, outras excepções seguiram. Entre elas, podemos destacar Montaigne (1533-1592) e Voltaire (1694-1778), ambos filósofos franceses.

É na *polis* (cidade/estado) que o Homem assume controlo sobre si, afastando-se gradualmente da Natureza. A razão e a palavra, conjuntamente (*logos*), contrapõem-se ao pensamento mítico, em que o Homem era só uma parte pequena da Natureza. O Homem sente-se capaz de desobedecer às forças naturais, mais ainda, de fazer com que estas lhe obedeçam (Varandas, 2004).

Com o triunfo do cristianismo no Império Romano, as suas ideias de dominionismo fundiram-se com a filosofia grega. O cruzamento destas duas filosofias/religiões foi levado a cabo por vários pensadores, mas sobretudo por um dos maiores escolásticos medievais: São Tomás de Aquino (1224-1274). Este filósofo incorporou no cristianismo toda a obra de Aristóteles, que encaixou com pouco atrito (Singer, [1993] 2002):

“ ... as plantas existem para a subsistência dos animais, ... e os outros animais existem para o bem do Homem...Se a natureza nada faz de imperfeito nem em vão, então, necessariamente criou todos estes seres em função do Homem. ” (Aristóteles *in* Singer, [1993] 2002, p.290)

Na sua obra principal, a *Summa Theologica* (1265-1274), São Tomás de Aquino enumera e classifica os vários pecados. Nenhum deles atenta contra os animais nem contra a Natureza. Maltratar as plantas e os animais e destruir a Natureza só é condenado por Deus se, de alguma forma, afectar o ser humano. Caso contrário, não constitui um problema moral, já que os outros seres vivos e a própria Natureza não possuem valor intrínseco. De facto, podemos condenar, moralmente e segundo o cristianismo, o uso da energia nuclear, por esta apresentar uma grande ameaça ao meio ambiente. Mas o valor que está a ser protegido não se relaciona com a Natureza directamente, mas sim com o bem-estar ou a sobrevivência do Homem, que serão comprometidos se deixar de existir um ambiente propício (Singer, [1993] 2002).

Na mesma linha de pensamento e nos séculos XVII e XVIII, cientistas e filósofos como Isaac Newton e Descartes, sublinham a importância da razão no posicionamento do Homem na Natureza. Natureza essa que consistiria num conjunto de sistemas cujos elementos e ligações não passariam de ferramentas para sustento da espécie humana (Varandas, 2004).

Em suma, todo o pensamento ético ocidental descende de uma perspectiva antropocêntrica, sendo apoiada em ou em Deus ou na razão. No século anterior, há várias décadas atrás, vários factores congeminaíram novas perspectivas, chegando aos dias de hoje. A seguir abordaremos novas formas de ética – as actuais formas de olhar para o ambiente que rodeia o Homem.

C – 2 O Ambiente – principais correntes éticas actuais

Actualmente, podemos encontrar várias formas de olhar para o ambiente, correspondentes a várias correntes éticas. Por diversos factores, as principais correntes visam a protecção do meio ambiente, sendo raras as que não se preocupem com este tema. O que varia mais é a justificação que cada uma delas possui para o fazer.

Ética Humanista e Ética Animal

As correntes éticas que protegem o Homem ou o Animal, enquanto indivíduos, acabam por, em última análise, proteger o meio ambiente também. Devido à constatação de que a Natureza é substrato essencial para sustentar a vida do Homem e dos animais sobre os quais se debruce uma determinada corrente ética, protegê-la torna-se um imperativo ético. A Natureza é um bem para todos os animais, incluindo o Homem. Assim, éticas que se centrem no Homem, ou no Animal, acabam por, na maior parte das vezes, proteger o ambiente, mesmo que não se considerem éticas ambientais. No fundo, proteger o ambiente torna-se um dever ético, ainda que indirecto, ainda que não revestido de nenhum valor intrínseco (Rosa, 2004).

É por isto que abordaremos neste capítulo, ainda que de forma resumida, estes dois grandes grupos de éticas, e em conjunto. Relativamente à ética animal, no entanto, remetemos para o capítulo anterior, dedicado ao Animal.

Por vezes, a afirmação de que devemos proteger o meio ambiente para bem do ser humano, de hoje e do futuro, encontra algumas críticas, como por exemplo: “Como é que sabemos que as gerações futuras vão querer desfrutar de ambientes virgens, ou, simplesmente, naturais?”. De facto, não sabemos, mas a tendência tem sido a de cada vez mais as pessoas apreciarem a Natureza. Apesar de, com o avanço tecnológico, a Terra estar cada vez mais desfalcada de espaços verdes, as pessoas em geral têm vindo a procurar mais e preocuparem-se mais com a preservação do ambiente. Não só pela importância que ele tem para o bem-estar, saúde e sobrevivência da humanidade, mas também por motivos estéticos e recreativos. Estes últimos motivos parecem muitas vezes de pequena importância, mas se pensarmos no esforço, humano e material, que é disponibilizado para manter obras da antiguidade, como os quadros do Louvre ou as pirâmides do Egipto, então podemos perceber o quanto move a estética. Assim como as

pirâmides do Egito, os habitats virgens são testemunhos de um passado, só que muito mais remoto, e mesmo que não tivessem nenhuma utilidade, como poderiam ter as suas árvores se fossem abatidas para obtenção de madeira, têm sempre um valor estético e simbólico incomparáveis e insubstituíveis (Singer, [1993] 2002).

Por outro lado, apesar de não sabermos se as gerações futuras apreciarão os espaços naturais que, eventualmente, o Homem de hoje vai deixar para elas, é certo que a sua preservação é fundamental para a saúde e sobrevivência da humanidade. Ou seja, quer o Homem de amanhã aprecie ou não, ele vai precisar do ambiente natural para sobreviver. Isto, só por si, parece-nos suficiente para tornar o Homem de hoje responsável pela conservação da Natureza (Singer, [1993] 2002).

Alguns autores consideram que existe pouca diferença nos resultados entre uma ética centrada no ambiente em si e uma ética antropocêntrica, que considere e priorize a conservação do ambiente para benefício do Homem. Assim defende Bryan Norton, em 1991, numa visão antrópica. Para este autor, as duas hipóteses convergem para as mesmas atitudes éticas e políticas, servindo-se assim desta teoria convergente para elevar a visão antropocêntrica para uma dimensão mais abrangente e sustentável (Varandas, 2004). Já Martin H. Krieger, num artigo publicado na revista *Science*, em 1973, chama a atenção para o problema de, se a protecção do ambiente se dever à sua utilidade para o ser humano, então, se este obtiver o mesmo tipo de resposta por parte de um ambiente virtual, a destruição da Natureza já poderia ocorrer. Nesse artigo, *What's wrong with plastic trees?*, relewa o perigo de uma defesa do ambiente centrada unicamente na satisfação dos desejos ou interesses humanos (Varandas, 2004). Estes desejos humanos podem ser incertos e muito variáveis ao longo das décadas, pelo que uma ética alicerçada nesses desejos corre o risco de se tornar frágil, na função de salvaguardar um meio natural, que facilmente se torna irrecuperável (Varandas, 2004).

Com a destruição de um habitat natural, além do prejuízo para o Homem, (que é o único a pesar, eticamente, numa perspectiva antropocêntrica), existirá um grande prejuízo para todos os animais sencientes que existirem nesse habitat. O valor que representa o bem-estar animal, ameaçado por todo o sofrimento que antecederá a morte, deverá ser também considerado, se considerarmos que estes seres possuem interesses que, numa perspectiva utilitarista, deverão pesar igualmente na balança, em conjunto com os interesses do ser humano. E além dos interesses, deve ser pesado também o valor da vida dos animais. Neste caso, Peter Singer defende que é legítimo atribuir um valor mais baixo à vida de um animal não humano que à vida de um ser humano. Porém,

a vida animal também deverá ter valor, pois a sua ausência impedirá todas as eventuais experiências positivas que o animal poderia viver. Mas estas questões já foram abordadas no capítulo anterior (Singer, [1993] 2002).

Tom Regan, por seu lado, considera que a Natureza deve ser protegida no sentido de proteger todos os seres que possam considerar-se sujeitos-de-uma-vida (*subjects-of-a-life*). Isto é, todos os seres que possuam consciência de si, capacidade de crer, de desejar, de conceber um futuro e de agir deliberadamente. Assim, pelo menos os mamíferos mais evoluídos serão considerados sujeitos morais (Varandas, 2004).

E para além dos animais sencientes ou dos sujeitos-de-uma-vida? Devemos ter uma preocupação ética pelos seres vivos não sencientes? E pelas espécies? E pelo ecossistema em si, não como a soma das partes?

É improvável, segundo um pensamento humanista, ou utilitarista, encontrar um valor intrínseco na vida de uma árvore, assim como o é para uma formação rochosa. E criar uma ética que abranja, não só o Homem, não só os animais sencientes, mas todas as formas de vida, é uma tarefa muito difícil. As obras de Albert Schweitzer e Paul Taylor são dois exemplos dessa tentativa.

Ética Biocêntrica

A Ética Biocêntrica, ou Biocentrismo, centra-se na vida em geral, tomando como sujeito moral todo e qualquer ser vivo. Albert Schweitzer (1875-1965) e Paul Taylor foram os motores iniciais desta corrente (Rosa, 2004).

Albert Schweitzer, teólogo, médico, missionário e Prémio Nobel da Paz, proclama a expressão “reverência pela vida”. Os argumentos que usa para suportar essa ideia são muitas vezes metáforas e são por isso criticados por diversos autores. Refere uma vontade de viver existente em todos os animais e plantas, independentemente de se tratar de uma pessoa, com vontades facilmente reconhecíveis, ou de um arbusto, em que essas vontades permanecerão mudas, mas perenes (Singer, [1993] 2002). Uma das suas obras principais, em que figuram já estes princípios, data já de 1923 (*Philosophy and Civilization*) (Varandas, 2004). A sua ética assenta sobretudo em pressupostos místicos, metafísicos e românticos, ao contrário da de Paul Taylor, que assentará principalmente na Biologia (Rosa, 2004).

Mas um dos primeiros filósofos, se não o primeiro, a emprestar uma consistência firme à teoria de Schweitzer, foi Kenneth Goodpaster (Rosa, 2004). Num artigo de 1978, o autor defende que todos os seres vivos possuem interesses. E esses interesses deverão ser a base da moralidade, à semelhança do igualitarismo de Peter Singer. Apesar de não negar a importância das características psicológicas, como a racionalidade ou a sentiência, como definidoras da base da moralidade, Goodpaster considera antes que esses não deverão ser exclusivos (Goodpaster, 1978; Rosa, 2004).

“Nem a racionalidade nem a capacidade para sentir prazer e dor me parecem condições necessárias (embora possam ser suficientes) para a consideração moral. E só as nossas formas hedonistas e concêntricas de reflexão ética nos impedem de aceitar este facto. Nada menos que a condição de estar vivo me parece um critério plausível e não arbitrário.” (Goodpaster, 1978 *in* Rosa, 2004, p.115)

A grande diferença entre a abordagem biocêntrica de Schweitzer e a de Goodpaster é a de que o primeiro pode considerar-se um igualitário, atribuindo um valor moral semelhante a todos os seres vivos, ao passo que o segundo atribui valores morais diferentes a diferentes seres vivos, dispondo-os numa escala hierárquica, sendo então considerado um biocêntrico hierárquico ou pluralista. Goodpaster não nega a relevância da sentiência, como pressuposto moral. Simplesmente não o considera exclusivo, e convida a uma comunhão dos vários pressupostos morais, desde o ser humano até ao ser vivo, na construção de uma ética organizada em degraus, numa escalada de valores hierárquicos, propondo uma condição de vida hierarquizada na consideração moral (Rosa, 2004).

Outro biocêntrico, em continuidade com Goodpaster é Robin Attfield:

“ (As plantas e as bactérias) poderão ter estatuto moral, mas ter no entanto uma relevância moral quase infinitesimal, de tal modo que, em caso de conflito mesmo grandes agregados delas não ultrapassem a relevância dos seres sencientes. Poderá ser o caso de que a sua relevância moral só faça diferença quando todas as outras reivindicações e considerações sejam iguais (ou inexistentes).” (Attfield *in* Rosa, 2004, p.116)

Gary Varner e Nicholas Agar são outros nomes contemporâneos associados ao biocentrismo hierárquico, na continuação de Goodpaster. O primeiro contribuiu muito para uma solução de compromisso entre o antropocentrismo e o biocentrismo. Olhando para as noções e descobertas das ciências naturais com olhos de filósofo, Varner construiu uma ética em que a consideração moral reflecte, de forma muito sistemática, uma consideração biológica (Rosa, 2004).

“...os seres humanos são em geral mais importantes que outros animais que têm desejos, como as aves e pelo menos a maioria dos mamíferos não humanos, e estes são por sua vez mais importantes que os organismos sem desejos, como os insectos, as plantas e os microorganismos.” (Varner *in* Rosa, 2004, p.122)

Na verdade, Varner chama a atenção para as vantagens de um ambientalismo antropocêntrico poder trazer melhores resultados para a conservação do ambiente do que um ambientalismo biocêntrico ou ecocêntrico (Kirkwood, 2000).

Ao contrário deste pluralismo, e seguindo de perto o trilha do pioneiro Albert Schweitzer, encontra-se o monismo de Paul Taylor. No seu livro “Respect for Nature”, de 1986, Taylor defende que todo o ser vivo *procura o seu próprio bem à sua maneira única* e que, posto isto, devemos atribuir um valor intrínseco a todos os seres vivos porque, se procuram, devemos respeitar essa procura (Rosa, 2004).

“... cada organismo individual deve ser encarado como um centro teleológico de vida, perseguindo o seu próprio bem no seu próprio modo” (Taylor, 1986, p.100)

“... os seres humanos não são inerentemente superiores aos outros seres vivos.” (Taylor P, 1986, p.100)

Uma vez mais, surge um igualitarismo biocêntrico, monista, como em Schweitzer, mas desta feita com argumentos mais elaborados, ainda que por vezes também apelidados de metafóricos, por vários autores (Singer, [1993] 2002).

Paul Taylor defende então que todos os organismos vivos possuem um mesmo valor intrínseco, não instrumental, desde o mais ínfimo microorganismo (Varandas, 2004; Rosa, 2004). Todo o ser vivo deverá ser encarado como *portador de dignidade*

inerente, o que o torna sujeito moral. E todo o agente com capacidade de agir moralmente (ser humano) terá o dever moral de proteger estes sujeitos morais, portadores de uma dignidade. A questão colocada, para alargar a bioética a este nível, já não será “conseguem sofrer?” mas sim “são seres vivos?”.

Para Peter Singer, enquanto não é possível provar que certos seres vivos têm interesses, é difícil atribuir-lhes maior valor intrínseco do que aos seres inanimados. Porquê atribuir um valor intrínseco, consideração ou respeito a uma giesta e não a uma formação rochosa? E entre uma giesta de 1 ano de idade e uma sequóia de 2000 anos? A sequóia parecer-nos-á mais importante certamente pela estética, pela importância no habitat, pelo simbolismo, pela reverência natural pela idade mas, todos estes valores podem ser considerados extrínsecos. Enfim, para Peter Singer é difícil identificar uma lógica que explique que devemos respeitar mais uma sequóia velha do que uma giesta nova e, por sua vez, mais esta que uma formação rochosa, se nos concentrarmos unicamente no valor de cada uma das entidades, independentes dos interesses do Homem, ou de qualquer criatura senciente (Singer, [1993] 2002; Varandas, 2004).

Para Taylor, a senciência ou a racionalidade não possuem qualquer relevância moral, ao contrário da tese do hierárquico Goodpaster. Para Taylor, a racionalidade do ser humano é um bem para o ser humano, com igual peso moral que a velocidade para a chita, ou a visão para a águia. A igualdade do valor moral de uma característica adviria directamente da igualdade da sua importância para o sucesso evolutivo, ou para a sobrevivência (Rosa, 2004).

A ética de Taylor baseia-se muitas vezes, e extrapola os princípios de uma ética kantiana, de *fim-em-si*, *dignidade inerente*, *respeito* e *dever*. Este último princípio do dever, remete as teorias de Taylor para as éticas deontológicas, normalizando todos os seres vivos, numa escala de direitos e deveres. Neste prisma, o indivíduo portador de vida é um fim em si mesmo, e o seu valor não vem de pertencer a um determinado grupo. O grupo, aliás, sendo a espécie, a população, ou a Terra em geral, não possui valor algum, que não instrumental para o indivíduo, ser vivo (Varandas, 2004; Rosa, 2004).

Mikael Stenmark, em 2002, reforça este limite fronteiro da moralidade ao indivíduo:

“Assim, pelo menos algumas entidades vivas para além dos humanos terão valor intrínseco ou estatuto moral, mas uma vez que as espécies e os ecossistemas não são, *per se*, entidades vivas, não terão tal valor ou estatuto.” (Stenmark, *in Rosa*, 2004, p.113)

Consentâneo com Taylor, Gary Varner (1998), propõe também uma ética que se alicerce no conceito de individualismo biocêntrico (apesar de este último autor divergir do primeiro no facto de ser um biocêntrico hierárquico, e não monista) (Rosa, 2004).

Neste sentido individual, o Biocentrismo tende, segundo Humberto Rosa, para uma ética animal, mais do que para uma ética ambiental. Na verdade, temos nestas últimas ideias um alargar da fronteira do sujeito moral, sugerido por Singer ou por Regan, de forma a incluir, não só os sencientes ou os sujeitos-de-uma-vida, mas todos os seres vivos (Rosa, 2004).

Portanto, para Humberto Rosa, a comum dicotomia antropocentrismo/biocentrismo não fará tanto sentido como a dicotomia individualismo/holismo. Esta dicotomia oporia as éticas que se centram no indivíduo, seja ele o Homem ou um determinado patamar da unidade de vida, e as éticas que se centram no todo, seja ele representado pelas espécies, a biosfera, ou a ecosfera. Ainda segundo o mesmo autor, da mesma forma que Singer alarga as fronteiras da moralidade a todos os seres sencientes, os biocêntricos vão mais longe, mas na mesma óptica dos interesses. Para estes, os seres vivos em geral, e não unicamente os mais evoluídos, detêm interesses, e daí lhes chega o estatuto moral (Rosa, 2004).

Para outros autores, no entanto, como Nicholas Agar (2001), a separação das correntes éticas deveria colocar as antropocêntricas e as animais de um lado diferente, o das éticas orientadas sobre uma visão psicológica. De facto, quer uma quer outra corrente apoia-se, com argumentos diferentes, em aspectos científicos da área da psicologia – estados intencionais, crenças, desejos, motivação, sofrimento, prazer. Ao contrário, o biocentrismo, ou o ecocentrismo, que veremos a seguir, não possuem substrato psicológico para se apoiar. Não pressupõem a constatação de uma mente para considerar a existência de um valor (Rosa, 2004).

Sendo mais igualitaristas ou mais pluralistas, monistas ou hierárquicos, e destacando-se mais ou menos dos antropocêntricos, ou dos defensores dos animais *especiais* (sencientes ou sujeitos-de-uma-vida), os biocêntricos são muitas vezes apontados como atomistas. São acusados de não protegerem o ambiente em si, nem as

ligações entre este e cada um dos seres vivos, que constituem os ecossistemas, e de não irem muito além de uma teoria antropocêntrica, ao *protegerem os seus* (Varandas, 2004).

Ética Ecocêntrica

Aldo Leopold, em meados do séc. XX chama a atenção para a necessidade de uma nova ética, uma ética que se centre, não no Homem, não nos animais nem nas plantas, mas nas relações estabelecidas entre aqueles e o meio natural, orgânico e não orgânico, uma ética ecocêntrica, ou a Ética da Terra (Singer, [1993] 2002; Kirkwood, 2000). Esta ética já não se basearia na Biologia, mas sim na Ecologia. O indivíduo, animal ou vegetal, deixaria de ter um valor intrínseco. Passaria antes a integrar um todo, com os seus congêneres, juntamente com as relações entre esses, e entre esses e outros seres, vivos e não vivos, adquirindo o conjunto crescente valor, progressivamente até ao nível total e último da Terra (Varandas, 2004; Rosa, 2004). Segundo Aldo Leopold, uma acção é moralmente boa quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza de todo o ambiente. E é moralmente má quando tem tendência contrária (Singer, [1993] 2002).

Em 1973, no artigo *Is there a need for a new, an environmental ethics?*, Richard Sylvan coloca-nos perante a questão hipotética do *último homem*. Cria a situação imaginária em que, após uma extinção quase completa da espécie humana, um último sobrevivente se encontra sozinho no meio natural. Será que esse último homem teria o direito moral de aniquilar toda e qualquer forma de vida, derradeiramente, antes de morrer, se assim desejasse? Quem responder negativamente, provavelmente estará a atribuir um valor intrínseco aos seres vivos não humanos, e à Natureza em geral (Varandas, 2004).

Uma das mais representativas vozes desta corrente da Ética da Terra, no presente, e inspirado nos textos de Leopold, é Baird Callicott. Segundo este, a Natureza é a matriz de todas as partes, incluindo os seres vivos, sendo por isso, exuberantemente viva. A vida deverá ser entendida como simbiose: *bios is symbiosis*. A moralidade deixa de se limitar ao indivíduo que vive, mas alarga-se para a malha de relações entre os vários indivíduos e entre estes e o meio ambiente. Ser passa a *ser-com*. Callicott traz-nos uma ideia de afinidade pelo próximo, pelo semelhante, parecido com o de uma ética

humanista, ou *bairrista*, mas alargando essa afinidade a todos os seres vivos, já que podem todos ser considerados parentes, ou vizinhos, a habitar a mesma casa (*oikos*), que é a Terra. Refere o conceito de bio-empatia. Mas, como o mais importante para a tese deste autor é a afinidade, a relação e a dialéctica entre os seres, mais do que cada ser em si, apesar da bio-empatia por todos os seres, tenta que não se considere um egoísmo, mas sim um ambientalismo (Varandas, 2004; Rosa, 2004).

Muitos autores duvidaram sempre desta noção de um indivíduo global, que realmente exista, e que seja composto por todos os seres, vivos e não vivos, e por todas as relações que existem entre si. Condenam estas teorias ecocêntricas por protegerem algo que só existe num sentido teórico. Callicott chama a atenção para o tempo em que não se conseguiam ver os organismos unicelulares, mas já se tentava provar a sua existência. Uma unidade que existiria, mas que nós não conseguiríamos ver, por ser muito pequena. Com a invenção do microscópio, a sua existência foi provada. Da mesma forma, e defendiam já na altura os ecologistas e filósofos da época, talvez exista uma unidade que integre todos os seres e relações e que exista como um todo uno. Simplesmente, talvez nós não a consigamos ver, por ser muito grande. Com o avanço da tecnologia, e a chegada de fotografias espaciais, torna-se claro de ver, para Callicott, que essa unidade existe realmente, e que é a Terra (Callicot, 2008)

A Ética da Terra de Leopold e de Callicot é por vezes chamada de ecofascismo, principalmente pelos seguidores de e pelo próprio Tom Regan. Para este, trata-se de olhar para a força da Natureza como para um déspota que põe e dispõe dos seus súbditos (Varandas, 2004).

Outra corrente filosófica que também se centra no ambiente é a Ética Profunda (*Deep Ecology*). Apesar de também defender o ecocentrismo, como a Ética da Terra, esta corrente vai ainda mais longe nas fronteiras da moralidade (Varandas, 2004).

Nos anos 70, com a crescente preocupação pelos problemas ecológicos, o filósofo norueguês Arne Naess surge pela primeira vez com a expressão *The Shallow and the Deep Long Range Ecology Movement*. Naess distingue as tendências ambientalistas em dois tipos: ecologia superficial e ecologia profunda. O pensamento ecologista superficial concentrava-se num esforço de preservar a Natureza somente no âmbito de não ameaçar o Homem, enquanto o pensamento ecologista profundo debruçava-se sobre a protecção da Natureza pura e simplesmente, independentemente

dos benefícios que isso trouxesse para o ser humano e para os outros seres (Singer, [1993] 2002; Varandas, 2004).

Arne Naess e George Sessions, num artigo de 1984, estabelecem diversos princípios para uma bioética ecológica profunda. Os 3 primeiros são os seguintes:

“1. O bem-estar e o desenvolvimento da vida na Terra, humana e não humana, têm valor em si (sinónimos: valor intrínseco, valor inerente). Estes valores são independentes da utilidade do mundo não humano para finalidades humanas.

2. A riqueza e a diversidade de formas de vida contribuem para a realização desses valores e também são valores em si.

3. Os seres humanos não têm o direito de reduzir esta riqueza e diversidade excepto para satisfazer necessidades vitais.” (Naess & Sessions, 1984 *in* Singer, [1993] 2002)

Noutros princípios menos introdutórios, os autores relevam que estes princípios não se deverão limitar às formas de vida mas também aos rios, às montanhas, às paisagens, a todos os ecossistemas (Singer, [1993] 2002).

Todavia, as diferenças principais entre esta Ecologia Profunda e a Ética da Terra é que, aqui, o Homem não se limita a integrar os sistemas, e a Terra não se limita a uma definição ecológica resultante da interacção de vários ecossistemas. O Homem passa a ser um servo de uma força mística quase personificada que é a Terra. Em vez de uma corrente ética científica que assenta na biologia, e sobretudo na ecologia, a *Deep Ecology* é mais uma filosofia, ou uma religião, mais reflexiva do que de acção. Aqui, propõe-se uma abordagem mítica e cósmica. O *eu* do ser humano deixa de ter relevância, assim como o de uma pedra. Ambos passam a ser configurações tangíveis e efémeras de uma Alma Cósmica. Assim, nem o Homem nem a pedra, nem nenhum outro elemento representa maior nem menor valor ou dignidade, nem portará mais direitos do que o outro. Ambos se sujeitam à moralidade absoluta da Natureza. Tudo se integra em tudo. Por exemplo, Naess sugere que o sistema vascular do Homem inclui artérias, veias, rios e oceanos (Varandas, 2004).

A Ecologia Profunda é mais uma ontologia, e aponta um sentido para a vida do Homem, almejando a realização de si, mais do que propõe uma acção (Varandas, 2004).

Richard Sylvan e Val Plumwood, dois autores australianos, compartilham também destas fronteiras da ética, englobando o meio em geral, incluindo nela uma

obrigação de nem sequer atentar contra objectos sem razões prioritárias para o fazer (Singer, [1993] 2002).

Enfim, desde as éticas animais, de Peter Singer e de Tom Regan, à Ecologia Profunda, passando pelas diferentes correntes biocêntricas, muitos autores atacam o antropocentrismo, içado por tantos outros autores. Pois agora surge a vez de todas estas correntes serem atacadas em conjunto. Apesar de muito diferentes, todas são refutadas pelo Ecofeminismo.

Ecofeminismo

Opondo-se a todas as correntes vistas até agora neste texto, surge o Ecofeminismo. Esta corrente ética critica, não o Antropocentrismo, mas o Androcentrismo. E critica as éticas que criticam o Antropocentrismo por não estarem a identificar o *principal culpado* (Varandas, 2004).

Os autores desta corrente acreditam que a soberania ancestral do sexo masculino nas culturas ocidentais, proclama princípios que, no seu fim, levam à destruição da Natureza. Três desses princípios estão, segundo os autores, interligados e potenciam-se entre si: racionalidade, desvalorização da mulher e desconsideração pela Natureza (Varandas, 2004).

Na verdade, a história do Homem ocidental cultivou o conceito de racionalidade, incluindo-o na definição de humanidade, distanciando-a do meio ambiente. Características como o sentimento, a emoção e a sexualidade foram banidas do homem pensante, do homem racional, do homem moral. E como era no homem, masculino, que se concentrava mais esta virtude da razão, no dia a dia das culturas ocidentais, restam aquelas características excedentárias para a mulher, em oposição, e também para os animais não humanos. A própria noção de progresso do Iluminismo e do Positivismo, apoiava-se na racionalidade masculina, como fim a atingir, no decurso da evolução histórica do Homem (Varandas, 2004).

Esta representação androcêntrica do mundo, segundo o Ecofeminismo, assenta sempre na dualidade de dois pólos opostos: homem/mulher; razão/emoção; cultura/natureza. Esta dualidade terá um sentido hierárquico que prioriza o primeiro pólo, em detrimento do segundo. Prova destas tradicionais associações de conceito, e

reflexo da cultura do mito nas nossas sociedades, é a associação da mulher à Natureza: Mãe-Natureza, ou a utilização de termos como conquistar, explorar, violar e penetrar, relativamente, tanto à mulher, como à Natureza (Varandas, 2004).

Assim, o Ecofeminismo propõe uma desconstrução do conceito de humanidade. Propõe um regresso à relação primordial Homem-Terra, libertando o conceito de Homem do legado da razão, e reconhecendo os aspectos outrora excluídos, destinados aos animais e às mulheres, como qualidades inerentes a *ser* humano. Esta corrente enaltece e chama à acção o modo de ser feminino, propondo uma ética de amor e de cuidado, em oposição a uma ética do dever, reciprocidade ou justiça (Varandas, 2004).

C – 3 Necessidade de uma ética ambiental

Independentemente de optarmos por uma linha de pensamento ético que se centre nos interesses ou nos direitos dos animais, segundo a égide de Singer, ou de Regan, respectivamente; numa ética biocêntrica; numa ética ecocêntrica; ou no ecofeminismo, torna-se evidente, para a generalidade das correntes contemporâneas, que é forçoso construir uma bioética que se preocupe com a preservação da Natureza, e cada vez com maior urgência (Singer, [1993] 2002).

De certa forma, todo o pensamento ético de uma determinada sociedade tem que assentar sobre princípios que permitam a sobrevivência dessa mesma sociedade. Em última análise, poderíamos dizer que é por isso que existe o pensamento ético. Caso contrário, essa mesma sociedade deixaria de existir. Se não fosse considerado imoral maltratarmos-nos e matarmos-nos uns aos outros, com certeza deixaríamos de existir. Assim, as leis e os regulamentos, apoiados nos preceitos morais da nossa sociedade, evitam o crime, permitindo, assim, a sobrevivência. Noutras regiões e noutras culturas os princípios éticos, ou morais, são distintos, mas existem sempre, e conduzem à sobrevivência das sociedades. Por exemplo, para a cultura antiga dos esquimós, é eticamente aceitável, e recomendável, matar os parentes mais velhos, que se tornam incapazes de se defender das intempéries. Isto é, provavelmente, uma adaptação social ao rigor do tipo de vida a que leva um clima tão agreste. O pensamento ético adapta-se e evolui (Singer, [1993] 2002).

Preocupantemente, a exploração intensiva de todos os recursos naturais, associada a uma superpopulação humana, faz com que a exaustão da Terra possa dar-se mais rápido do que a evolução necessária do pensamento ético do Homem. Daí ser tão urgente construir uma ética que se debruce sobre a conservação do meio ambiente, uma ética ambiental, independentemente de ser ecocêntrica ou não (Singer, [1993] 2002).

Na segunda metade do século XX tornou-se evidente a crise ecológica para a qual se caminhava desde o pensamento grego e das culturas hebraicas. O poder do Homem sobre a Natureza começa a atingir o seu auge, mas também a ameaçar o seu fim (Varandas, 2004).

Juntamente com a Natureza em geral, outra coisa que assume importância similar é a biodiversidade. A biodiversidade significa diversidade de vida, e estende-se desde a diversidade genética contida num só indivíduo até à diversidade entre dois

ecossistemas distintos do globo, passando pela diversidade existente entre dois indivíduos da mesma espécie, ou de espécies diferentes do mesmo ecossistema.

Cada vez se distinguem mais estes dois conceitos, de Natureza e de biodiversidade. Se antigamente se falava numa coisa para implicar as duas, hoje em dia, e devido à importância que a biodiversidade, por si só, tem revelado, utiliza-se a palavra Natureza para se referir à totalidade dos indivíduos e dos sistemas naturais, e a palavra biodiversidade para se referir à sua diversidade. Em Portugal, a entidade pública responsável pela gestão e protecção do ambiente, antigamente chamada de ICN – Instituto de Conservação da Natureza, passou a chamar-se ICNB – acrescentando-se um B de Biodiversidade).

Apesar de encerrarem conceitos diferentes, e de ser importante entender a importância particular de cada uma, Natureza e biodiversidade convergem na maior parte das acções que visam a sua conservação, e a discussão da sua importância moral.

Por vezes, em conflitos de interesses e de valores, a prioridade da protecção da Natureza e da biodiversidade é questionada. Se a modificação dos habitats e a destruição de espécies de seres vivos é algo que acontece desde sempre, na história da vida na Terra, porque devemos preocupar-nos com isso? De facto, e olhando para o exemplo dos dinossauros, as espécies já vêm a desaparecer antes do Homem ter sequer chegado. Mas, apesar disso ser verdade em relação a espécies e mesmo em relação a habitats, existem fortes evidências científicas de que essa taxa de desaparecimento tem vindo a aumentar drasticamente, nas últimas décadas. E esse aumento deve-se, provavelmente, à existência do Homem; através da exploração intensiva dos recursos naturais, introdução de espécies exóticas invasoras, poluição e disseminação de doenças (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

Mas o que há de tão importante na Natureza que a torna tão imprescindível, a ela e à diversidade de vida que encerra? O que é que faz com que ela deva ser mantida o mais incólume possível, independentemente de ter algum valor intrínseco, ou de suportar a vida dos animais e das plantas? **Porque é que um homem, por mais antropocêntrico que se veja, deve preservar a Natureza e a biodiversidade?**

1. Sustentabilidade

O Homem, por mais distante que se encontre das origens, por mais evoluído, por mais moderno, continua a necessitar do meio ambiente para a sua sustentabilidade mais básica. Nesta sustentabilidade mais básica a que nos referimos estão incluídos o

substrato físico onde assenta, o ar que respira, a água que bebe, a matéria orgânica de que se alimenta, e os mecanismos naturais de filtro que transformam os seus excedentes orgânicos. Desta sustentabilidade depende a integridade do Homem, e de todas as espécies de seres, vivos e não vivos, plantas e animais, sencientes e não sencientes.

2. Equilíbrio do ecossistema

Estima-se a existência de 10 a 50 milhões de espécies de seres vivos no planeta. Cada uma delas existe integrada num ecossistema. Não existe isolada das outras espécies nem das relações entre elas e o meio ambiente. O desaparecimento de uma espécie interfere na manutenção das outras que partilham o mesmo ecossistema, incluindo o ser humano. Essa interferência pode ser de leitura fácil, e de impacto devastador; outras vezes não. Mas o que é certo é que as suas consequências são impossíveis de prever, uma vez que pressupõem um número imensurável de variáveis. Quando a espécie ameaçada se trata de uma espécie-chave, como no caso dos grandes mamíferos predadores, o impacto normalmente é maior, pois o seu papel no ecossistema encontra-se no topo de uma pirâmide alimentar (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

Assim, torna-se imperativo proteger, não só o meio ambiente, mas cada uma das espécies que o habita, pois a sua importância para o todo é imensurável e, por vezes, imprevisível (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

3. Medicina

Uma espécie de fungo, no passado, originou a penicilina, o primeiro antibiótico a ser usado e ainda uma ferramenta importante da medicina actual, humana e veterinária.

O taxol, substância extraída da cortiça de uma árvore do pacífico, possui uma estrutura química tão complexa que, provavelmente, seria impossível de ser inventada em laboratório. Hoje é usado como uma das principais drogas anti-cancerígenas, em mulheres com cancro do ovário. A preservação desta árvore, então, é primordial. Antes da descoberta do taxol, estas árvores do pacífico foram exploradas quase até à exaustão para obtenção de lenha (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

Cada espécie encerra em si um código genético diferente que é espelhado pela diversidade bioquímica que disponibiliza. O desaparecimento de uma espécie, ou de um conjunto de espécies integradas num habitat, pode implicar a destruição de uma ferramenta para a medicina do futuro tão importante como a penicilina foi na medicina do passado.

4. Agricultura

Devido aos malefícios cada vez mais conhecidos e reconhecidos de uma agricultura industrial, em que o uso e abuso de produtos químicos ameaçam por diversos caminhos a saúde do Homem, a denominação *biológico* encontra-se cada vez mais associada a métodos e produtos agrícolas do presente.

Para esta *nova* agricultura biológica, e de encontro à velha agricultura tradicional, a importância de certas espécies selvagens é vital. Como exemplo, espécies de insectos que se alimentam de parasitas das espécies cultivadas têm vindo a ser valorizadas, na prevenção de certas pragas nas explorações. Outras espécies de plantas, não agrícolas, são também produzidas junto a certas plantações, pois produzem toxinas naturais que repelem insectos nefastos. Como último exemplo, só uma pequena percentagem das espécies de cereais é usada para a alimentação. Num futuro próximo, com a escassez eminente de recursos e a crescente destruição de habitats, pode tornar-se essencial a exploração de diferentes espécies para uso alimentar (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

5. Marcadores ambientais

Certas espécies, animais ou vegetais, representam marcadores de perigo para o Homem. O declínio de populações dessas espécies pode servir de aviso sobre uma determinada ameaça ambiental que afectará o Homem em última instância. Exemplos destes marcadores ambientais são algumas espécies de aves de rapina, como o falcão peregrino, que viu o número das suas populações baixar devido a intoxicações ambientais com DDT, um pesticida usado no século passado que se acumulava nos tecidos vivos, cuja perigosidade para o Homem foi alertada pelo impacto que estava a ter naquelas espécies. Também para medir a qualidade da água servem certas espécies de moluscos, como algumas espécies de mexilhões que são as primeiras a dar sinal de presença de tóxico num determinado meio aquático, podendo prevenir intoxicações da flora e fauna relacionada, incluindo o Homem (U.S. Fish & Wildlife Service, 2005).

6. Lazer, Desporto, Estética

Consideradas muitas vezes prioridades secundárias, ou terciárias, o lazer, o desporto e a estética são cada vez mais valorizados nas sociedades ocidentais. E, apesar de surgirem cada vez mais soluções tecnológicas para estas áreas, o interesse para que

sejam associadas ao meio ambiente natural é também crescente. Assim, actividades como o ecoturismo, percursos pedestres, *birdwatching*, *rafting*, visitas a parques naturais e parques zoológicos, entre outras, são cada vez mais implementadas nos dias de hoje.

Segundo J. Baird Callicott, uma das razões principais da existência e da protecção de parques naturais e nacionais é a sua beleza.

“Grande parte das nossas decisões de conservação são motivadas pela estética em vez da ética; pela beleza em vez do dever.” (Callicott, 1993, p.170)

7. Irrecuperabilidade

Independentemente de atribuímos muito ou pouco valor à Natureza e à biodiversidade e independentemente de elas virem a ser ou não de capital importância para as gerações vindouras, deverá ser dado o benefício da dúvida. Cada espécie de animal e planta é única, pelo que, por muito que existam outras parecidas, a informação genética que encerram e o seu papel no ecossistema são específicos. Além disso, são insubstituíveis. Se se extinguirem, não poderão voltar a ser construídas, como se fossem um edifício de pedra ou betão. Se as populações de uma determinada espécie atingirem um número tão baixo que as torne incapazes de produzirem descendência viável, então a espécie diz-se tecnicamente extinta e, ainda que exista um ou dois indivíduos, constituirão apenas ruínas de uma obra irrecuperável. Mesmo com os avanços da Ciência, e com as novas perspectivas da clonagem, a extinção de uma espécie continuará a ser, provavelmente, irremediável. Pois quando uma determinada espécie desaparece, desaparece também o seu lugar no ecossistema. Por muito ou pouco dano que a sua ausência provoque no habitat, ela vai ser colmatada por outra espécie já presente ou acabada de chegar. Quando, em vez de falarmos numa espécie, falamos de uma inteira floresta virgem, contendo inúmeras espécies de animais e plantas, as dimensões deste problema da irrecuperabilidade e da irreversibilidade atingem níveis dramáticos, e deprimentes. Se destruímos um habitat virgem, que se mantenha em continuidade há milhões de anos, vai ser para sempre. Jamais se recuperará. Por muito que outro ambiente natural se constitua nesse espaço, perder-se-á para sempre toda a biodiversidade e informação contidas no habitat virgem. Por muito crescimento económico, social ou cultural que o abate de uma floresta virgem traga, e por muito que esse crescimento traga ganhos que possam render outros ganhos, proporcionais,

exponenciais, não vão poder responder à perda do meio natural, pois a perda de uma floresta virgem é irreversível (Singer, [1993] 2002).

Assim, por todos os motivos antropocêntricos enumerados, e além do valor intrínseco dos animais, da vida, da Natureza, e da biodiversidade que compreende, torna-se óbvia a necessidade de uma ética ambiental. Pelo menos uma ética que contenha uma forte componente ambiental. Então, somos da opinião de que devemos atribuir um peso moral a um determinado comportamento, consoante o impacto que ele terá na Natureza.

No que diz respeito a actividades de lazer e desporto, a sociedade deve promover aquelas que enalteçam o meio ambiente, que poluam o menos possível e que não gastem energias não renováveis. Por exemplo, o montanhismo, a natação, o surf, o atletismo, em detrimento do automobilismo ou do esqui aquático (Singer, [1993] 2002).

Quanto à alimentação, devemos procurar produtos que impliquem o menor prejuízo natural. Exemplos desta preocupação são as campanhas contra o consumo de carne de vaca provenientes de explorações intensivas. Esta crítica ao consumo exagerado de carne tem várias razões de ser. Estima-se que cerca de 38% da produção mundial de cereais serve para alimentar animais de produção. Os métodos de utilização de energia fóssil usados pelas explorações agro-pecuárias nos países desenvolvidos são responsáveis por exagerados consumos e poluição atmosférica. Os fertilizantes químicos utilizados para produção de ração libertam óxido nitroso para a atmosfera, contribuindo para o efeito estufa. Calcula-se que todo o gado mundial é responsável por 20% do metano libertado para a atmosfera, e o metano atmosférico ajuda na subida da temperatura global. Por fim, temos a quantidade abismal de floresta que é desbastada para produzir pastagens para o gado. Um trabalho de 2002 estimou que, desde 1960, mais de 25% das florestas da América Central tenham sido destruídas exclusivamente para o gado pastar. Como visto na secção anterior, não é necessário deixar de comer carne para diminuir este impacto da produção pecuária. Na verdade, seria mais frutuoso para a conservação da Natureza que as pessoas em geral passassem a consumir metade da carne que consomem, melhorando a sua saúde e diminuindo também o sofrimento animal, do que unicamente alguns de nós deixassem de comer carne de todo, tentando passar uma mensagem extrema demais para chegar às pessoas em geral (Singer, [1993] 2002).

As mesmas florestas são também, muitas vezes, avassaladas para obtenção de madeira para fábricas de papel, outro grande destino contemporâneo para as florestas virgens.

Cada vez existem mais produtos, incluindo os alimentares, que se intitulam *amigos do ambiente*, quanto mais não seja pela sua embalagem ser menos poluente, ou reciclável. Este tipo de atitudes encontra-se e deve encontrar-se cada vez mais, desde a produção ao consumo, entranhando-se no *marketing*, constituindo uma ética empresarial do ambiente. Hoje em dia cada vez deve ser mais valorizado o papel que as empresas têm na conservação da Natureza. Existe um ciclo vicioso, na actualidade, relativamente às empresas serem eticamente responsáveis. Quanto maior a empresa, mais se dedica a proteger uma causa, a tornar-se numa entidade moral. Quanto maior este reconhecimento, mais credibilidade e aceitação a empresa vai conseguir no meio comercial, pelo que mais vai crescer. Ora, sendo a preocupação pelo meio ambiente uma das prioridades éticas da actualidade, torna-se um dever e um requisito para que a empresa cresça e seja aceite pela sociedade (Singer, [1993] 2002).

A atitude pessoal, nas vivências da rotina, pode também mudar no sentido de uma ética ambiental. Exemplificando, diminuindo o número de viagens de automóvel, aproveitando mais os transportes públicos para maximizar a sua capacidade de transporte de passageiros numa só viagem, ou consumir menos produtos que não sejam considerados necessários (Singer, [1993] 2002).

C – 4 Animais selvagens de estimação e conservação da Natureza

O tráfico de animais selvagens de companhia já foi considerado o terceiro mais lucrativo, logo a seguir ao da droga e do armamento. É esta a principal forma com que a estimação destes animais ameaça a conservação da Natureza. São tantos os espécimes (parte de ou todo o animal ou planta, vivos ou mortos) (ICNB, 2008) que são retirados do meio natural, legal e ilegalmente, que muitas espécies vêem as suas populações diminuírem drasticamente. Com outras espécies, a extinção é total, deixando mesmo de existir em estado selvagem, ou, simplesmente, deixando mesmo de existir por completo. Muitas espécies que já não existem na Natureza existem ainda em reservas ou parques zoológicos, integrados em programas de recuperação, mas muitas das vezes já sem grande possibilidade de sucesso. Quando um animal começa a ser considerado raro, a sua procura aumenta, a lei diminui as possibilidades de comércio, e o tráfico ilegal aumenta drasticamente. Este, desmesurado, faz com que o animal atinja preços exorbitantes, além de passar de raro a muito raro e, eventualmente, extinto.

Uma noção importante a ter em mente é a de, se um animal selvagem ilegal chega a uma loja de animais, provavelmente 10, ou 100, ficaram pelo caminho, entre a origem e a loja. Normalmente este comércio é efectuado sem grandes considerações pelo bem-estar e sobrevivência do animal, pelo que a maioria morre durante o processo. Para os traficantes, uma perda de 90% durante o transporte é pacífica, já que a venda de um exemplar, por vezes, compensa monetariamente todo o processo (Aguilar *et al*, 2005).

Exemplificando, os primatas, de posse ilegal no nosso país, são animais muito procurados como *pets* em todo o mundo. Estima-se que 10% das populações selvagens deste grupo tenha desaparecido devido à sua procura como animal de companhia. A família dos psitacídeos é outro grande exemplo de comércio ilegal e extinção de espécies. O comércio é a principal causa do seu declínio em estado selvagem. As populações de arara jacinto (*Anodorhynchus hyacinthinus*), por exemplo, compreendiam cerca de 30 000 indivíduos, há 30 anos atrás, e no presente não chegam a 5 000 (Aguilar *et al*, 2005).

Outra implicação da estimação de animais selvagens é o problema das espécies exóticas invasoras. Certas espécies exóticas têm a capacidade de competirem com as autóctones, acabando por ameaçá-las, bem como a todo o habitat envolvente. Isto,

duplica a preocupação que deve ser prestada quanto às espécies exóticas, no que diz respeito a restrições ou normas sobre a sua posse como animal de estimação. Até porque o impacto que a perda de uma espécie, ou a introdução de outra, podem ter no equilíbrio de um ecossistema é, normalmente, imprevisível. Por exemplo, a introdução de uma espécie de peixe num curso de água, na região norte do nosso país, foi responsável pela introdução também de um vírus que levou à morte massiva de várias espécies de anfíbios locais. A tartaruga da Florida (*Trachemys scripta elegans*), um exemplo bem conhecido na Europa, constitui já um clássico. Estas tartarugas, quando se tornam incómodas para o proprietário, por crescerem muito e darem bastante trabalho a manter, são libertadas nos cursos de água mais próximos, concretizando um suposto plano idílico de libertação animal. Ora, devido ao seu carácter invasor, este réptil acaba por competir por alimento e território com as espécies de tartarugas autóctones dos nossos rios e lagos, acabando por colocá-las em perigo de extinção. Em certos locais onde dantes se viam *Mauremys leprosa* ou *Emys orbicularis*, as tartarugas da fauna portuguesa, vulgarmente conhecidas por cágados, vêem-se agora *Trachemys scripta elegans*, ou outras espécies exóticas semelhantes. Outras consequências indesejáveis incluem a hibridização de espécies e subespécies e a ruptura da estrutura social estabelecida nas populações (Diário da República I Série A, Decreto-Lei n.º 565/99; McCallum & Hockin, 2005).

Legislação

A existência de legislação referente ao comércio e à posse de animais selvagens é muito importante, mas é a sua aplicabilidade e o seu cumprimento que são, realmente, fulcrais. Parece óbvio dizê-lo, mas não nos parece demais, já que, como verificamos noutras áreas, normalmente não é a ausência de regras que permite o surgimento dos problemas, mas sim a sua desadequação ou incumprimento. Um dos principais obstáculos que esta legislação encontra é o facto de não existir uma lei internacional, mas sim uma série de documentos e directrizes, normalmente conseguidas por determinadas convenções internacionais, às quais certos países aderem e certos países não, o que dificulta em muito a sua aplicabilidade, pois os animais selvagens não se limitam nas nossas fronteiras territoriais, como fazem as leis (Aguilar *et al*, 2005).

No entanto, e ultrapassando uma série de obstáculos políticos e económicos, as leis existem, e dentro deste tema, as convenções de Berna, de Bona e de Washington, são as que mais se repercutem internacionalmente. Particularmente esta última, que remonta a 1973, também chamada de Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora – CITES*), reveste-se de principal relevo na actualidade internacional. São 172 os países que aderiram, até hoje, a esta convenção. O seu objectivo é o de controlar o comércio destas espécies de forma a que as suas populações naturais não sejam ameaçadas. Mais de 30 000 espécies estão abrangidas e distribuídas em 3 anexos diferentes correspondentes a diferentes graus de protecção, sendo o Anexo I o de maior prioridade. De uma forma resumida podemos dizer que o Anexo I abrange espécies que são ameaçadas de extinção, o Anexo II abrange espécies que estarão ameaçadas de extinção se não forem tomadas medidas rígidas de protecção, e o Anexo III abrange espécies que são protegidas em textos legais locais e que necessitam de uma cooperação internacional para funcionarem devidamente. Nem todas as partes assinantes incluem a totalidade das espécies deste Anexo III. No que diz respeito às espécies incluídas no Anexo I, a sua importação ou exportação carecem de autorização por parte da Autoridade de Gestão dos estados ou países envolvidos. No entanto, não serão permitidas para fins comerciais. Quanto às espécies dos Anexos II e III, só as exportações carecem de autorização (CITES, 2008; ICNB, 2008; Aguilar *et al*, 2005).

A nível da União Europeia as regras do comércio de espécies selvagens são mais restritivas, acrescentando a esta convenção um regulamento mais exigente que distribui as espécies em 4 anexos diferentes (A, B, C e D), que podemos analisar na Figura C1 (ICNB, 2008).

A Convenção de Bona, também conhecida por CMS (*Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animal*), debruça-se sobre a conservação das espécies migradoras pertencentes à fauna selvagem. Desde 1979 possui um cariz internacional, abrangendo países de todos os continentes. Actualmente são 108 os países assinantes. Portugal aprovou para ratificação a referida Convenção através do Decreto-Lei nº 103/80, de 11 de Outubro (CMS, 2008; ICNB, 2008).

Também de 1979, a Convenção de Berna dedica-se à conservação da vida selvagem e habitats naturais a nível europeu. 49 países assinam este documento. Em

Portugal, o texto da Convenção foi publicado pelo Decreto-Lei nº 95/81, de 23 de Julho (ICNB, 2008).

Anexo A	Espécies em perigo de extinção. O Comércio destes espécimes apenas é permitido em condições excepcionais. Corresponde, de um modo geral, ao anexo I da Convenção.
Anexo B	Inclui espécies cujo comércio deve ser controlado, apesar de não se encontrarem em perigo de extinção, de modo a evitar uma comercialização não compatível com a sua sobrevivência. Corresponde, de um modo geral, ao anexo II da Convenção.
Anexo C	Contém espécies protegidas pelo menos por uma Parte contratante, que solicitou às restantes partes o seu apoio para controlar o comércio internacional. Corresponde, de um modo geral, ao anexo III da Convenção.
Anexo D	Inclui espécies que apesar de não possuírem qualquer estatuto de protecção, apresentam um volume tal de importações comunitárias que se justifica uma vigilância.

Figura C1: Anexos da documentação da União Europeia sobre a classificação das espécies selvagens de fauna e flora, quanto à sua protecção legal. (ICNB, 2008)

Exemplos importantes de outras leis que se debruçam sobre o tema da conservação do ambiente e das espécies são o Decreto-Lei nº49/2005 (D.R. nº 39, Série I-A de 2005-02-24), **sobre as Directivas Aves e Habitats**; Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97 (D.R. nº 198, Série I-B de 1997-08-28) e a Portaria nº 829/2007 (D.R. nº 147, Série I de 2007-08-01), sobre os Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial; e o Decreto-Lei nº 565/99 – (D.R. nº 295, Série I-A de 1999-12-21), sobre as espécies exóticas (ICNB, 2008).

Todas estas leis revelam uma tomada de consciência sobre o problema da extinção das espécies selvagens e destruição de habitats. A Lei reflecte a importância de uma Ética centrada no Ambiente, e é urgente que cada vez mais países trabalhem juntos

no sentido de uma cooperação que resulte numa melhor articulação e aplicabilidade destas leis, bem como das ideias que estão por trás.

D – O HOMEM – SUA RELAÇÃO COM O ANIMAL

Desde tempos ancestrais que o Homem se relaciona com os animais. Começando por ser seu predador, ou acabando por ser sua presa, o Homem manteve vários tipos de relação com as diversas espécies animais não humanas. De entre elas, salientaremos a relação de estimação, muitas vezes atingindo o patamar da amizade.

D – 1 O HOMEM E O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO

Introdução

Sem dúvida, o cão e o gato representam a maior parte dos animais de estimação, quer no passado, tendo sido os primeiros, quer no presente, em que representam mais de metade dos animais domesticados (cerca de 60% dos animais mantidos em cativeiro, nos Estados Unidos da América, segundo um estudo da American Veterinary Medical Association, 2002). No entanto, cada vez surgem mais companhias novas dentro do reino animal, começando as aves, os répteis e outros grupos, a terem um número significativo dentro dos animais de companhia (cerca de 10% dos animais mantidos em cativeiro, segundo o mesmo estudo americano) (Irvine, 2004).

Apesar disso, e apesar de serem estas as espécies em que se debruça este trabalho, para compreendermos as motivações e os interesses do Homem em manter esta relação de estimação para com um animal, será necessário pegarmos nos exemplos mais antigos: o cão e o gato.

O **Cão**: não só o primeiro a ser *usado* como companhia, mas o primeiro a ser domesticado. Na realidade, o cão, ou os seus antepassados, terão ajudado o Homem na domesticação das outras espécies, nomeadamente as que constituiriam o gado. Existem dúvidas sobre quais os antepassados do cão dos dias de hoje, mas a unanimidade aponta para que tenha sido um canídeo o primeiro animal a ser domesticado, independentemente de ser mais ou menos próximo do cão, como o conhecemos hoje em dia (Irvine, 2004).

As motivações para adoptar um cão como animal de companhia normalmente prendem-se aos seguintes factos (Irvine, 2004, p.15):

- Serem animais de pequeno porte (na maior parte das raças são mais pequenos que um ser humano adulto);
- Possuírem uma idade juvenil relativamente grande, permitindo uma ligação muito forte no seio de uma *família humana*, até atingirem uma idade adulta e mais independente;
- A família humana poder assemelhar-se, em certa medida, à alcateia natural;
- Serem animais diurnos (ao contrário dos demais canídeos);

- Possuírem interesse natural em brincar.

O **Gato**: o segundo animal a ser domesticado. Devido à proximidade genética ao seu antecessor presumível, o gato selvagem norte-africano, *Felis sylvestris libyca*, o termo *domesticado* levanta algumas reservas. Na verdade, o gato doméstico está muito mais perto do estado selvagem do que o cão (Irvine, 2004).

Enquanto que a domesticação do cão ter-se-á associado a determinadas tarefas, como a caça e a pecuária, a domesticação do gato parece associar-se a questões de estética e presságio, já que a presença do gato relacionava-se com a presença de roedores, que proliferavam mais nas boas colheitas agrícolas, bem como a variados simbolismos, incluindo a feminilidade e a sexualidade (Irvine, 2004).

A relação do gato com o homem manteve-se trémula, porém, até finais do século IX, altura em que aquele começou a surgir como animal de companhia, conseguindo afastar ligeiramente a má fama de egoísta, traiçoeiro e independente (Irvine, 2004).

As motivações para se escolher um gato de companhia parecem ser as seguintes (Irvine, 2004, p.17):

- Serem animais de ainda mais pequeno porte que o cão;
- Possuírem também uma idade juvenil relativamente grande;
- Aprenderem facilmente a usar uma caixa-de-areia;
- Passarem muito tempo a dormir, não *exigindo* muito a presença do proprietário;
- Possuírem interesse natural em brincar.

Concluindo, o cão e o gato possuem características ancestrais que fizeram com que tivessem sido os primeiros a ser escolhidos para animais de companhia. O Homem, por sua vez, aproveitou essas características naturais e manipulou-as, seleccionando-as ao seu próprio gosto e necessidade, através do processo chamado domesticação.

Antes de avançar no texto, achamos relevante frisar que, quer para os animais de companhia vulgares, quer para os animais selvagens de estimação, a bibliografia centrada no tema da relação Homem – Animal não é muito abundante, como já notado por vários autores (Anderson, 2003; Rollin, 2001).

Motivações para ter um animal de estimação

1. Argumento da deficiência

Segundo este ponto, a razão porque o ser humano procura a companhia de um animal de estimação é a deficiência ou carência que, de alguma forma, existe nas suas relações intra-específicas, ou seja, com outros seres humanos. Este argumento, apesar de compreensível e relevante, torna-se, a nosso ver, redutor, pois assume que o facto de um ser humano gostar da companhia de um animal o torna deficiente (Irvine, 2004). Por esta ordem de ideias também poderíamos assumir que um ser humano que se interessa por e possui um ou dois automóveis sofre necessariamente de algum tipo de deficiência? E um ser humano que não procura a companhia de outros seres humanos, será menos deficiente que um ser humano que procura constantemente a presença de outros seres humanos?

Esta teoria da deficiência já ancestralmente toma proporções dramáticas, desde o tempo em que se caçavam bruxas e em que a mera companhia de animais dentro de casa significava conspiração com o Diabo. Nos dias de hoje também continua a existir muita dramatização acerca deste argumento. Existe, e em grande parte pela comunicação sensacionalista que ocorre nos *mass media*. Mas também nos pequenos meios que constituem uma vizinhança, e em que uma velha senhora que *armazene* dezenas de gatos vadios em casa é motivo suficiente para boatos e intrigas, acabando por se generalizar conceitos em que a pessoa que possui ou acolhe um animal em sua casa tem forçosamente que sofrer de algum tipo de distúrbio psíquico ou social (Irvine, 2004).

Presumivelmente, existem algumas histórias do marido que abandonou a mulher por ela gostar mais do seu cão do que do marido, mas estas não representam a maioria das relações entre seres humanos e animais de estimação, que acabam por ser distorcidas pelo poder mediático das notícias mais caricatas. Estudos científicos, de Podberscek & Gosling, do ano de 2000, não conseguiram definir diferenças de personalidade entre pessoas que têm animais e pessoas que não os têm (Irvine, 2004).

Parece-nos ainda importante salientar que, apesar de normalmente ser visto o lado pejorativo deste argumento, e de ser realmente mais usado para criticar pessoas que têm animais de estimação, existe razoabilidade para aceitá-lo. Não existe necessariamente um aspecto negativo neste argumento. O prurido virá sobretudo da noção de deficiência. Se um ser humano se sente carente e aborrecido porque passou o dia sozinho e telefona a um outro ser humano para irem jantar fora, na companhia um

do outro, poderá ser devido a uma deficiência momentânea de companhia, interação, dialéctica. Essa deficiência faz parte da normalidade, e encontra-se no dia-a-dia. É esse tipo de deficiência, que não costuma ser encarada como algo negativo, nem patológico, que leva os seres humanos a juntarem-se em grupos, em casais, com a família, com amigos, com seres humanos parecidos, com seres humanos diferentes e, com limites distintos, com animais, principalmente os de companhia.

Bernard Rollin salienta que, numa sociedade moderna onde cada um não conhece os vizinhos, tem receio de iniciar uma conversa com um estranho, passa ao lado de um sinistrado sem tentar socorrê-lo, e tenta manter-se o mais afastado possível dos outros quando dentro de um elevador, é um alívio para muitos poder chegar a casa e passar algum tempo com o seu animal de estimação, convivendo, conversando, acabando por compensar, de alguma forma, a ausência de contacto intra-específico (Rollin, 2001).

Segundo Leslie Irvine, os animais não substituem os outros seres humanos na sua relação com o Homem. Admite, de facto, que os animais ajudam a ultrapassar problemas e a colmatar deficiências mas, de uma forma única, e não em substituição de uma relação com outro ser humano. Parafraseando Aaron Katcher (1981), "...eles têm uma inata e altamente terapêutica capacidade de nos aceitar como somos." (Katcher *in* Irvine, 2004, p.22)

Resumindo, este argumento parece-nos verdadeiro quanto às motivações para ter um animal de estimação, mas não da perspectiva pejorativa e redutora que considera esta deficiência como algo patológico ou negativo. A título de exemplo, este argumento encaixa no caso de um idoso que fica viúvo e passa a sentir mais prazer e necessidade de ir passear com o seu cão, ou de brincar com o seu gato ou papagaio, porque isso o ajuda a ultrapassar a solidão ou o tédio. Ainda assim, segundo um estudo de 2002, da *American Veterinary Medical Association*, é mais comum encontrar animais de estimação em casas de família, com adultos e crianças, do que em casas de pessoas que vivem sozinhas (Irvine, 2004).

2. Argumento da abundância

Segundo este argumento, foram a prosperidade e a segurança económica, crescentes a partir dos finais do séc. XIX, que contribuíram para o aumento do número de animais de estimação. Já que as principais necessidades primárias eram satisfeitas, sobrava disponibilidade para o cuidado de um animal de estimação. Este argumento

leva a que haja forte opinião de reacção por pessoas que apontam a fome que ainda existe em muitas civilizações humanas. De certa forma, consideram injusto acolher, alimentar e cuidar de animais carenciados, quando existem tantas pessoas a morrerem à fome (Irvine, 2004). Como já referido anteriormente, essa crítica torna-se frágil se se nota que quem a faz possui muitas vezes bens secundários, como televisão, carro e anéis, não sendo capaz de prescindir deles para resolver a fome de um mendigo que encontra na rua.

3. Argumento da dominância

Este argumento defende que é uma vontade de manifestar domínio sobre a Natureza que leva o ser humano a adquirir e manter um animal de estimação. Nesse aspecto, o animal de estimação poder-se-ia comparar a um aquário, a um *bonsai*, ou até a um *bibelot* caro e ostensivo. Segundo Yi-Fu Tuan (1984), o que compõe a atitude do Homem perante o animal de estimação é uma combinação de domínio e afecto. Sem este, a relação seria simplesmente uma relação de exploração, resultando numa vítima e não num animal de estimação. Segundo este autor, o poder não tem que ser abusivo. Antes pelo contrário, se usado com afecto, pode conduzir a relações de intimidade e bem-estar muito positivas. Como exemplo fala do casamento, associação em que se podem observar desigualdades de poder temporárias (outras vezes permanentes). Estas desigualdades podem ser por exemplo a doença de um cônjuge que, acamado ou febril, vai estar dependente do poder do outro. Se este poder for usado com carinho, pode originar um *tratar bem* do outro que de abusivo não terá nada, e poderá ser um modo de fortalecer e melhorar a relação de ambos. É dessa forma que esse autor propõe a relação do Homem com o animal de estimação (Irvine, 2004).

4. Argumento da biofilia

Aqui assume-se que o Homem, de uma forma inata, possui atracção pela Natureza, incluindo os animais. Na obra de 1984 do biólogo Edward O. Wilson, intitulada *Biophilia*, o autor assente que esta atracção é inata pois estará incluída no património genético dos seres humanos, e fará parte de uma estratégia para a sobrevivência (Irvine, 2004).

Como exemplo cita o caso do medo e fascínio pelas serpentes, que se aplica bem ao contexto mais específico desta tese. Desde os nossos ancestrais parentes símios que as serpentes representam uma ameaça, graças ao potente veneno de certas espécies.

Então, a selecção natural fez-nos evoluir no sentido de ter, não só medo, como também fascínio pelas serpentes. Este fascínio pode ser refutado por aqueles que sentem aversão por estes animais, mas pode dizer-se que ninguém fica indiferente à presença de uma serpente. A maior parte dos macacos, na Natureza, se detecta uma serpente, não se limita a fugir. Em vez disso, e apesar de amedrontadamente avisar os seus congéneres, um macaco que avista uma serpente vai persegui-la e observá-la até esta desaparecer do seu território. Provavelmente esta admiração, fascínio ou como se deva chamar a esta reacção por parte do macaco, faz com que o perigo que representa o veneno da cobra seja, não só evitado, como também eliminado do território (Irvine, 2004). Ora, este tipo de reacção reflecte-se ainda nos dias de hoje. A maior parte das pessoas foge de uma serpente mas, ao mesmo tempo, estamos constantemente a ser bombardeados por programas que as incluem como atracção principal, sejam de televisão, jardins zoológicos ou circos. Provavelmente esta atracção pelo perigo faz com que o conheçamos melhor e consigamos evitá-lo com mais facilidade.

Este exemplo tenta ilustrar porque é que um impulso inato pode ser seleccionado pela evolução natural, em prol da sobrevivência das espécies. Da mesma forma, é defendido por este argumento que existe uma atracção natural do Homem pelos outros animais que faz com que aquele consiga garantir melhor a sua sobrevivência. Esta atracção pela Natureza é óbvia na maioria dos seres humanos. Seguem-se alguns exemplos disso: jardins exteriores, casas com vista para a praia ou para a montanha, molduras na parede com paisagens naturais, plantas de interior, visitas a jardins zoológicos, *birdwatching*, *walewatching*, campismo, filmes, programas de televisão e a posse de animais de estimação. Já desde a infância o ser humano parece demonstrar esta atracção pela Natureza, e em particular pelos animais. Imitam os animais, falam com os animais, brincam com bonecos e vêem desenhos animados que representam animais (Irvine, 2004).

A contrariar esta teoria estão os factos seguintes. Muita gente considera que as florestas e outros locais naturais são soturnos, desconfortáveis e indesejados. Da mesma forma vêem os animais como uma ameaça, como bichos ou bestas, com as piores conotações possíveis. Ainda, outro facto contraditório é o de esta atracção pela Natureza poder ser considerada uma característica da sociedade moderna, e não uma propriedade ancestral e inata. Realmente, as actividades de observação e estudo da Natureza, e a consciencialização e preocupação com os problemas ambientais e pelo bem-estar animal podem ser considerados itens recentes para a Humanidade (Irvine, 2004).

Parece impossível definir se o Homem sente atracção ou repulsa pela Natureza, já que em tantas vezes podemos ver o Homem demolir florestas inteiras para uma crescente urbanização do planeta. Alguns autores (*e.g.* Stephen Kellert, 1993) defendem simplesmente que a relação que o Homem mantém com a Natureza é muito forte e profunda, independentemente de usar essa relação para se aproximar e conservar, ou para se afastar e destruir (Kellert, citado por Irvine, 2004).

Esta biofilia manifesta na atracção pelos animais também é explicada por alguns autores como resultado de uma cumplicidade, entre homens e outros animais, na eminência de uma catástrofe ecológica. Ou seja, com a destruição da Natureza, ambas as partes são afectadas, pelo que o Homem pode sentir em relação ao animal algo como nostalgia ou cumplicidade, relativas a um passado remoto comum (Podberscek *et al.*, 2000).

John Berger (1980) sugere que o prazer de nos relacionarmos com os animais, ou simplesmente olhar para eles, principalmente para as espécies selvagens, tem a ver com um verificar que somos muito parecidos com eles, por um lado, e muito diferentes por outro. Provavelmente, este jogo de contraste, quase como um exercício de ilusão de óptica, é um dos motivos principais que nos faz querer tanto aproximarmo-nos e debruçarmo-nos sobre um animal selvagem, olhar para ele, compararmo-nos com ele. É como uma exercício de viagem temporal e espacial, ontogenética e filogenética. Defende Berger que, ao apreciar um animal, não estamos somente a ver aquele espécime. Estamos antes a reatar um laço perdido no tempo. Um laço que foi quebrado antes das primeiras culturas humanas em que o Homem começou a dominar a Natureza. Esse laço, também visto como uma continuidade, levará o ser humano a olhar para o animal à procura de uma origem comum, uma resposta para os mistérios da vida e da Terra. Com a superioridade humana assumida nos séculos anteriores, as respostas deixaram de ser procuradas no mundo animal. Podemos dizer que, para o Homem de hoje, olhar para um animal selvagem lhe traz sentimentos anciãos de dúvida e descoberta sobre uma origem comum. Como que se *eles soubessem alguma coisa que nós não sabemos, sobre o nosso passado*. Talvez seja por isso que os zoos são das instituições com mais visitantes de uma cidade. Talvez seja também esta uma das motivações para ter um animal selvagem em casa (Irvine, 2004).

Evolução histórica da relação Homem – animal

A maneira como o Homem vê o animal nas relações que estabelece com ele tem variado ao longo da História. Apesar de variarem muito, também, ao longo do espaço, das culturas e das pessoas, pode-se dizer que existem três formas principais do Homem *olhar* para o animal de companhia: **bicho** (criatura guiada pelo instinto), **animal de estimação** ou *pet* (brinquedo vivo, condescendente) e **companheiro** (amigo, comparável a *pessoa*). Estas três categorias devem ser entendidas como construções sociais, capazes de atenderem aos objectivos e conflitos do ser humano. Não devem ser entendidas como grupos exclusivos e concretos de relações mas antes como uma categorização abstracta, que nos ajuda a compreender melhor o nosso relacionamento com o mundo animal não humano. Na verdade, as relações pessoais entre um humano e um animal são únicas; não se limitam a estas construções, mas dependem muito delas. De qualquer forma, neste trabalho o termo animal de companhia e animal de estimação têm sido empregues com o mesmo significado.

Antropocentrismo – animais como bichos

Desde o tempo dos primeiros lavradores e pastores que existe uma visão de que o animal é algo muito distinto do Homem, e inferior. O Homem devia utilizar e criar o animal, pondo-o ao seu serviço. Porém, esta abordagem é relativamente recente, e é importante reconhecer que na pré-história havia visões diferentes, míticas, que encaravam os animais como seres superiores, Deuses ou mensageiros divinos. Os antigos egípcios enalteciam os seus animais, nomeadamente os cães, a ponto de embalsamá-los e de colocá-los em túmulos próprios (Epstein, 2001); e já os antigos Gregos e Romanos utilizavam epitáfios nas campas dos seus animais (Podberscek *et al*, 2000). Portanto, podemos constatar que a hierarquização do animal relativamente ao Homem não tem sido regular. A posição do animal, no contexto humano, às vezes tem subido, outras vezes tem descido (Irvine, 2004).

Mas na história do Homem mais recente, foi na passagem de colector-caçador para produtor (agricultor-pastor) que a mudança de atitude teve a sua expressão máxima. Com a produção, o Homem modificava as regras do jogo natural e começava a controlá-las, através de artificios cada vez mais complexos. Com esta artificialidade crescente, o Homem começou a aperceber-se que o distanciamento da Natureza lhe trazia prosperidade. Assim, progressivamente, ele foi-se colocando num patamar superior a

todos os elementos naturais, incluindo os animais. A sublinhar esta constatação pela vivência, surgem as religiões novas como o islamismo, o judaísmo e o cristianismo que possuíam como denominador comum o domínio do Homem sobre a Natureza, daí integrarem o grupo das correntes religiosas conhecido por Dominionismo (Irvine, 2004). O Homem devia utilizar e explorar o animal de uma forma desligada, sendo qualquer relação mais próxima considerada nefasta, depravada e imoral (Podberscek *et al*, 2000).

As escolas filosóficas acompanham também esta evolução. As culturas pagãs anciãs acreditavam que as diferentes espécies de animais permutavam entre si, e isso estendia-se aos humanos. Esta ideia não foi negada em absoluto pelos pitagóricos nem pelos platónicos, que acreditavam na reencarnação dos animais com almas humanas se habitassem no interior das casas com o Homem. Os cínicos chegaram mesmo a colocar os animais num patamar superior à humanidade. Mas já Aristóteles, que teve maiores repercussões no futuro, começa a impor uma fronteira mais precisa: ao contrário dos restantes animais, que apenas possuíam percepção sobre o meio, o ser humano é dotado da razão. Os estóicos, por sua vez, afirmam que os animais não podem possuir protecção legal por não terem capacidade de consentir ou recusar o que quer que seja (Irvine, 2004).

Mais recentemente, São Tomás de Aquino, apoiado pelo aristotelismo, considera que só a alma sobrevive à morte. Mesmo que um animal não humano possua capacidades mentais básicas, por não possuir alma não vai sobreviver à morte. Assim, o Homem ficaria livre de um *ajuste de contas* depois da morte, pelo que podia usar e abusar dos animais. Em 1231 o Papa Gregório IX, apoiado no aristotelismo e nas ideias de São Tomás de Aquino proíbe, não só as imagens representativas da vida santa em que participassem animais, como também, na vida terrena, veda a companhia dos animais aos cristãos (Irvine, 2004).

Novas categorias – nobreza, *status* e *pets*

Nos finais do séc. XIII e inícios do séc. XIV, dá-se uma mudança de atitude em relação aos animais. Uma mudança que continuaria a concretizar-se até aos dias de hoje (Irvine, 2004).

O clero começa a albergar alguns animais, apesar das restrições severas, nomeadamente gatos, que eram justificados pela sua capacidade de manterem as pragas de roedores longe. Mas é na Nobreza que o animal surge de uma forma mais natural e assumida. Nesta altura, a caça deixa de ser uma necessidade e passa a ser um desporto

de ricos. Para um nobre, caçar era um sinal de riqueza e *status* social; e como quem caça tem que ter cão, ter cão de caça queria dizer ser caçador. Assim, o cão de caça passou a ser símbolo de prestígio e, com a vaidade da Nobreza, esse símbolo passou a acompanhar o seu portador para todo o lado, até para dentro de casa. Quanto mais cães de caça acompanhassem o seu dono, mais rico, forte e poderoso iria parecer. Como resultado, o cão de caça passou a ser um animal bem aceite dentro de casa, e isto generalizou-se, aos poucos, para outros tipos de cães. O cão distancia-se assim do restante mundo animal: o cão era permitido junto do Homem, fazia parte do seu mundo, o resto eram bichos (Irvine, 2004).

Assim sendo, chegados ao séc. XV, os cães eram ubiqüitários nas cortes europeias. Começam a desenvolver-se raças com outros propósitos diferentes da caça, como apanha-ratos, guarda e, finalmente, companhia: nasce o conceito de *pet* – animal de companhia ou animal de estimação. Este cão de companhia era associado sempre a mulheres da Nobreza, com poucas ocupações, servindo para serem acusadas de fúteis. Este criticismo não as demoveu da estimação pelos seus cães, antes pelo contrário: uma senhora que se prezasse tinha que possuir um cão de companhia, e andar com ele para todo o lado. Em 1434 surge o primeiro retrato artístico de uma pessoa com a figura de um cão: *The Arnolfini Marriage*, de Jan Van Eyck (Irvine, 2004).

Aquele novo interesse no desenvolvimento de raças de cães foi ganhando proporções cada vez maiores e nos dias de hoje chega a limites caricatos. Muitas das raças criadas pelo Homem, até aos dias de hoje, sofrem de patologias associadas a esse apuramento, que se efectua para usufruto e regalo do ser humano. Exemplos disso são os Shar-pei, com uma grande tendência para problemas dermatológicos, ou os Doberman, com várias patologias neurológicas associadas à forte pressão selectiva de indivíduos com um porte mais imponente. Por outro lado, temos uma quantidade abismal de cães abandonados nas ruas do nosso país, de raça indefinida, completamente desconsiderados pelo Homem. Este apuramento da raça e desrespeito pelas raças não puras são muitas vezes comparados ao nazismo (Szybel, 2006).

O gato não acompanhou esta ascensão de *status* canina. Pelo contrário, cada vez foi sendo mais perseguido pela sua associação a culturas pagãs e artes do demónio. Provavelmente devido às suas características subtis, esquivas, distantes, misteriosas ou, por outra palavra, felinas, passaram de criaturas adoradas no antigo Egipto a criaturas diabólicas perseguidas até à tortura e morte na mais variada forma de rituais. O

cristianismo, sobretudo pela Inquisição, foi o pior inimigo do gato durante muitos séculos (Irvine, 2004).

No entanto, mesmo o cão, junto com todas as outras espécies animais distintas do Homem, continuava a ser considerado drasticamente inferior, e incapaz de qualquer tipo de raciocínio ou sentimento.

A evolução científica e a ilusão antropocêntrica

À medida que o Ocidente evoluiu na era moderna, as diferenças entre o Homem e os restantes animais começaram a assumir contornos diferentes. Se no passado essas diferenças foram analisadas de pontos de vista filosóficos, teológicos e sociológicos, agora começava a ser aplicado o método científico (Irvine, 2004).

No séc. XVII, René Descartes (1596-1650) debruça-se sobre trabalhos com perspectivas científicas para caracterizar os animais e diferenciar o Homem dentre todos os outros. Descartes considera que os animais são seres autómatos capazes de responder a estímulos externos mas não possuindo consciência sobre as respostas. Já os seres humanos possuíam outras habilidades, incluindo a consciência, a alma e o discurso através da linguagem. Esta distinção permitiu aos cientistas estudar sem pudor e dissecar animais de todo o tipo para diversos objectivos, sem colocarem qualquer tipo de atenção na anestesia ou qualquer outro tema relacionado com bem-estar animal. Curiosamente, esses mesmos trabalhos, que incluíram áreas distintas como a anatomia e a fisiologia vieram, ao longo do tempo, revelar as semelhanças existentes entre o ser humano e os demais animais. As ideias cartesianas começaram então a ser rebatidas, principalmente por filósofos como Voltaire (1694-1778), John Locke (1632-1704) e Henry More (1614-1687). Adicionalmente chegaram estudos de outras áreas para ajudar a quebrar essa severa fronteira. Da biologia, John Ray (1627-1705) e Linnaeus (1707-1778) desenvolvem sistemas taxonómicos que analisam todo o meio natural de uma perspectiva mais abrangente e sistemática. Da geologia surgem novas descobertas sobre a Terra já existir muito antes do Homem. A astronomia aponta para o mais infinito enquanto o microscópio revela novas formas de vida muito fora do alcance da simples visão humana (Irvine, 2004).

Enfim, todas as áreas do conhecimento avançavam no sentido de quebrar, ou pelo menos de enfraquecer, o antropocentrismo vigente. Em 1781 Jeremy Bentham formula uma célebre resposta à crueldade para com os animais, já mencionada

anteriormente nesta tese: “...a questão não é se conseguem raciocinar, nem se conseguem falar, mas sim se conseguem sofrer.” (Irvine, 2004, p.49).

Em 1822 a Inglaterra edita o *Treatment of Cattle Act*, o primeiro documento legal visando a protecção animal (Irvine, 2004).

Em 1859, Charles Darwin publica a obra crucial na luta contra o antropocentrismo que vinha a separar tanto o ser humano do resto da Natureza – *A Origem das Espécies*. Aqui, o autor não só afirma o nosso parentesco e a nossa ascendência a partir dos outros animais, como havia vindo a ser sugerido ao longo de muitos anos e várias ciências, como também propõe um modelo esclarecedor de como tudo aconteceu. Através da selecção natural, Darwin propõe uma teoria explicativa da origem de todas as espécies, incluído o Homem (Irvine, 2004).

Democratização da posse de animais de estimação

Na segunda metade do século IX, com os vários factores referidos a coalescerem, principalmente o Darwinismo e a ciência em geral, a posse de animais de estimação estava disseminada pelas culturas ocidentais (Irvine, 2004).

No final do mesmo e no início do séc. XX surgem os primeiros anúncios de criadores de raças específicas de cães, as primeiras lojas de animais e em 1920 Ralston Purina começa a comercializar a primeira ração comercial para cães. Surgem também os primeiros cemitérios para animais, manuais sobre alimentação e manejo do cão e do gato e abrigos, públicos e privados, que recolhem e recebem animais vadios. Estes constituíram uma fonte de animais de companhia para as classes sociais inferiores que não tinham oportunidade de comprar um, acabando por disseminar a posse de animais por toda a sociedade (Irvine, 2004).

Na época vitoriana, em Inglaterra, desenvolveram-se inúmeras raças caninas que sobreviveram até hoje. Cada raça correspondia a um determinado escalão social e, de certa forma, caracterizava-o, constituindo um reflexo do seu portador (Irvine, 2004).

No caso do gato, a aceitação como *pet* foi mais tardia. Durante o séc. XIX começava já a ver-se livre da reputação de criatura das trevas, mas também ainda não correspondia ao conceito de estimação criado em torno do cão, pois não representava muito bem os símbolos de afecto e fidelidade. Assim, era mais associado a pessoas do meio artístico, intelectual ou boémio, tomando quase uma posição *anti-pet*. Mas aos poucos, e ao entrar no séc. XX, acabou também por conquistar todo o tipo de ambientes. A contribuir para isso destacam-se vários factores: serem mais limpos do que os cães

(facto que se torna mais importante à medida que se vai compreendendo a importância dos agentes patogénicos e da sanidade); comecem a ser mais compreendidos e as suas atitudes esquivas e indolentes acabem por ser interpretadas de uma forma *diferente*, não necessariamente maligna; e, por último, por ser cada vez mais comum, com a modernização das sociedades, a incorporação do selvagem e do exótico nos ambientes domésticos, o que remete já, e generaliza-se, para outro tipo de animais além do gato, mais exóticos ainda (Irvine, 2004).

Companheiro animal (*companion animal*)

Na língua inglesa distingue-se muito o termo *pet* e o termo *companion animal*. Este último tem vindo a substituir o primeiro, principalmente a partir das últimas décadas do séc. XX, e reflecte o que se está a passar no mundo ocidental. Cada vez surge maior preocupação pelo bem-estar, pelos direitos, pela dignidade e pelo respeito pelos interesses dos animais. Este é o último degrau da ascensão que o animal tem feito até ao homem, desde a pré-história. Estudos de todas as áreas científicas têm mostrado o quão ténue é a barreira entre o Homem e o animal, pelo que os direitos e as atitudes morais para com os animais cada vez mais se assemelham com as relativas ao ser humano. Assim, o animal que se tem em casa deixa de ser considerado um brinquedo ou uma peça decorativa, chamada de *pet*, ou animal de estimação, para ser encarado como uma criatura com capacidades cognitivas, emocionais e de reciprocidade comparáveis às de uma pessoa, passando a chamar-se de *companion animal*, ou companheiro animal. Pensamos que o termo animal de companhia não reflecte tão bem o conceito de *companion animal*. Estes são considerados os mais próximos do Homem, os predilectos. Hoje em dia os seus estilos de vida comparam-se cada vez mais aos dos seus proprietários/amigos. Vão à praia com eles, a SPAs, partilham férias e fins-de-semana, festejam-se os seus aniversários, recebem presentes pelo Natal e, quando morrem, são enterrados em cemitérios próprios, à semelhança dos seres humanos (Epstein, 2001). Este estreitamento relacional não se limita a implicar uma modificação do estatuto destes animais de companhia. É também alargado ao estatuto de todos os animais, desde os domésticos, de produção e trabalho, até às espécies selvagens, nos seus habitats naturais. Sinais desta mudança de atitude de respeito pela vida animal são cada vez mais visíveis:

- Campanhas de esterilização gratuita de animais de rua;
- Programas de adopção de animais abandonados;

- Obrigatoriedade de uso de identificação electrónica (*microchip*);
- Proibição de cirurgias estéticas em cães (ex: corte de orelhas);
- Implantação de normas de maneio que permitam o bem-estar dos animais de zoológico. (Irvine, 2004, pp.57-58)

Adrian Franklin, em 1999, na sua obra *Animals and Modern Cultures*, salienta três dimensões que, em conjunto, criaram o ambiente propício para esta mudança de mentalidade face aos animais nos finais do séc. XX e inícios do séc. XXI. Em primeiro lugar, a insegurança ontológica, que pode ser encarada como a falta de fé ou certeza sobre o dia de amanhã. Em segundo, o risco reflexivo, que se refere à constatação de que todas as espécies de seres vivos, incluindo o ser humano, compartilham as mesmas ameaças de destruição. Por último, a crescente misantropia, que é uma antipatia geral pelo ser humano enquanto espécie. Estas três dimensões, às quais Leslie Irvine acrescenta o crescente conhecimento sobre as capacidades cognitivas dos animais, podem explicar a grande mudança de atitude. Este crescente conhecimento apontado por Irvine provém sobretudo da área da etologia cognitiva. Esta ciência cada vez mais define o animal como um ser auto-consciente, capaz de partilhar intenções e estados emocionais com o ser humano. O animal passou a ser visto como um companheiro, diferente, mas num terreno comum. No início deste século, algumas cidades norte-americanas substituíram, nos seus documentos legais, a palavra *owner* por *guardian* (Irvine, 2004).

Devido a estas propriedades cognitivas tão avançadas e tão similares, cada vez mais é atribuída uma personalidade a cada animal. Essa personalidade, e o conhecimento e a assunção da mesma, têm vindo a fortalecer as ligações entre os seres humanos e os animais que os rodeiam, principalmente os de companhia. Não só fortalecer como alterá-las. O animal é cada vez mais visto como um sujeito, que pode estabelecer uma dialéctica com o ser humano, através da sua personalidade. Não obstante, a lei continua a incluir os animais na designação de objecto, propriedade de algum sujeito (Epstein, 2001).

D – 2 Animais selvagens de estimação

Vulgarmente incluídos no grupo dos chamados animais *exóticos*, como visto na introdutória Secção A deste trabalho, este grupo dos animais selvagens de estimação é cada vez mais comum nas casas das pessoas. Esta parte do texto refere-se sobretudo aos animais pertencentes a espécies selvagens, deixando contudo a ressalva de que grande parte do que for dito, serve também para os *exóticos* domésticos, como o coelho ou a galinha.

Mas quais destes animais de companhia *novos* é que o ser humano procura mais?

Numa pesquisa que fizemos sobre estes animais de companhia que chegavam a centros veterinários que prestassem serviço na área da clínica de animais exóticos, na região Norte de Portugal, observámos que o coelho é a espécie preponderante (curiosamente, uma espécie doméstica). Seguiram-se os papagaios e as tartarugas (Figura D1). Referências de estudos norte-americanos apontam para que o papagaio seja o animal preponderante nos Estados Unidos, a seguir ao cão e ao gato (Anderson, 2003). Provavelmente esta pesquisa que fizemos reflecte, de algum modo, a distribuição destas espécies nas casas das pessoas. No entanto, devemos pensar que muitos dos animais que existem nestas casas podem não chegar a ir ao veterinário. A título de exemplo, pode ser mais provável um proprietário levar um papagaio ou um coelho ao veterinário do que um canário ou um hamster. À partida, estas duas últimas espécies possuem menor valor económico, e talvez não interajam tanto com o proprietário como as duas primeiras. É comum na prática clínica de animais exóticos um proprietário levar o coelho à vacina, à desparasitação ou a uma consulta de aconselhamento e, por acaso, referir que também possui um hamster, ou um canário, ou uma tartaruga, que nunca levou a um veterinário. Este exemplo serve para explicar que os gráficos seguintes não reflectirão com precisão a distribuição dos animais exóticos de companhia pelos vários grupos. Apenas nos dará uma ideia aproximada dessa distribuição, na região Norte de Portugal. Dar-nos-á sim, provavelmente, uma noção mais precisa das espécies a que estará associado maior interesse por parte dos proprietários. Pois se os levam ao veterinário é porque, além de os terem, se preocupam com eles. Ou seja, o gráfico apresentado, provavelmente reflecte mais o *interesse* na posse e cuidado destas espécies do que a posse das mesmas em si. Este exemplo serve ainda para uma constatação comum na prática clínica de exóticos: os animais pertencentes a espécies diferentes podem interessar de maneira diferente para os mesmos proprietários.

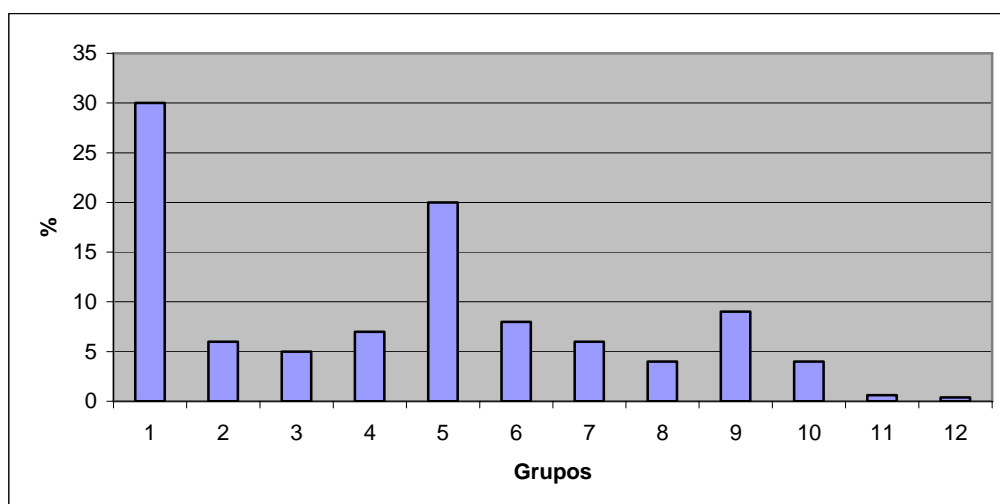


Figura D1: Distribuição dos grupos de espécies de animais exóticos na região Norte de Portugal, nos anos de 2004 a 2006. Os valores resultaram da contagem do número de consultas em cerca de 25 centros de atendimento veterinário da região Norte de Portugal

LEGENDA DA TABELA

- | | |
|------------------------------|--------------------|
| 1. Coelho | 7. Canário |
| 2. Porquinho-da-Índia | 8. Outras aves |
| 3. Hamster | 9. Tartaruga |
| 4. Outros pequenos mamíferos | 10. Iguana |
| 5. Papagaios | 11. Outros répteis |
| 6. Outros psitacídeos | 12. Outras classes |

Estudos deste tipo que se debruçam sobre a incidência de cada tipo de animais que ingressa a clínica de exóticos parecem-nos importantes na abordagem de problemas éticos relacionados com a temática deste trabalho. Bem-estar animal, problemas legais, motivações dos proprietários, impacto na conservação da Natureza, são tudo áreas que deveriam pressupor estudos neste âmbito. Eric Klaphake e Jessi Smith, apontam também a importância destes trabalhos e a escassez dos mesmos. Num levantamento demográfico parecido, num hospital de animais exóticos no Utah, Estados Unidos da América, obtiveram 39,8% de psitacídeos, 22,1 de furões, e 38,1% de outras espécies. Comparando com os nossos resultados, o coelho teve pouca expressão, o furão teve grande expressão, provavelmente por ser ilegal no nosso país, e os psitacídeos tiveram uma expressão parecida, mas maior. No trabalho destes autores, foram também

abordadas outras características importantes dos proprietários: idade média de 33,6 anos, predominância do sexo feminino, maioria das consultas por detecção de sinais de doença, maioria pretende voltar a usar os serviços do hospital e está disposta a requerer exames de diagnóstico complementares, entre outras (Klaphake & Smith, 2002).

Motivações para ter um animal selvagem de estimação (em vez de um cão ou de um gato)

Pela experiência de trabalho na área de clínica de animais exóticos e pela recolha bibliográfica, dividimos as motivações para ter um animal selvagem de estimação (em vez de um cão ou de um gato) nos pontos seguintes (Lawton, 2000).

1. Vontade de aprender mais sobre espécies selvagens

Existe um grupo de proprietários que se interessam pela Natureza e fauna selvagem, que gostam de programas relacionados (ex: ecoturismo, séries de televisão, jardins zoológicos, entre outros) e que se sentem atraídos simplesmente pelo conhecimento, mais ou menos científico, sobre as diferenças e semelhanças encontradas no reino animal.

2. Desafio de conseguir manter e/ou reproduzir espécies selvagens

Este motivo pode ser comparado a um jogo ou a um desporto. Estes proprietários encaram a posse de animais selvagens e sua reprodução como um *hobby*, intitulado-se muitas vezes de criadores, herpetólogos ou ornitólogos. Este grupo de motivações por vezes tem resultados positivos, pois muitas espécies que antigamente eram capturadas da Natureza, ameaçando as populações naturais, são hoje conseguidas pela reprodução em cativeiro, em grande parte pelo trabalho destes *hobbistas*.

3. Aparência e hábitos diferentes e atractivos das espécies selvagens

Se já se pode encontrar grande variedade nas raças de cães e de gatos, nos animais exóticos essa variedade assume uma exuberância ainda maior. Exemplos disso são as colorações das aves tropicais, o tipo de alimentação da maior parte das serpentes, que exige alimento vivo no terrário, proporcionando autênticos programas da *National Geographic*, os saltos e acrobacias de um esquilo, ou de uma chinchila, a capacidade de

imitar a linguagem humana, e de utilizá-la com alguma destreza, por parte de alguns psitacídeos, como os papagaios, entre outro sem número de aspectos e situações diferentes. Segundo um estudo norte-americano, 61% dos proprietários que optam por um psitacídeo fazem-no pela sua habilidade de falar e fazer rir (Anderson, 2003).

4. Vontade, por parte dos proprietários, de serem diferentes, estranhos ou corajosos

Ou por ser moda, ou por ser pouco usual, ou por ser signo de um determinado grupo, muitos proprietários adquirem um animal deste tipo para criar uma determinada imagem social. Exemplo comum disso é a pessoa que gosta de exhibir a sua tarântula, ou a sua iguana, para se afirmar e sobressair no seu grupo, onde é mais usual aparecer um cão ou um gato; ou a criança que tem um hamster porque todos os amigos têm um desde que começou a ser exibida na televisão uma série de desenhos animados em que o protagonista era um hamster.

5. Maior facilidade de manutenção (mais prático que um cão ou um gato)

Com a diminuição do tempo livre, nos dias de hoje, as pessoas deixam de ter tempo e disponibilidade para manterem um animal de estimação. Principalmente se estivermos a falar de um cão, que precisaria de ir à rua duas vezes por dia, ou de um gato, que largaria muito pêlo pela casa e aguçaria as unhas nos sofás e cortinados. Também a disponibilidade financeira é um factor importante nos dias de hoje, em que manter um cão de médio a grande porte a ração se torna por vezes inviável. No entanto, muitos factores apontam para a importância ou interesses em ter um animal de estimação, pelo que algumas pessoas tendem a adquirir um animal *exótico* por ser uma solução mais viável. Grande parte das vezes é mesmo. Por exemplo, um réptil num terrário não exige a presença diária do dono, podendo uma tartaruga de água ficar sem comer durante 2 ou 3 dias sem trazer grandes implicações para sua saúde. Outras vezes, esta disponibilidade maior com os animais exóticos é falaciosa, pois os proprietários por vezes adquirem animais que exigem outro tipo de atenções que são desconhecidas. Por exemplo, uma chinchila precisa de se exercitar, não podendo passar o dia inteiro dentro de uma pequena gaiola sem que isso comprometa grandemente o seu bem-estar. E um papagaio, se for habituado ao contacto com o ser humano, vai exigí-lo sempre, e mais do que muitos cães e gatos, sob pena de sofrerem de diversos distúrbios comportamentais. Além de que um papagaio exige uma disponibilidade financeira

muito maior do que o comum dos proprietários pensa (Anderson, 2003). Portanto, grande parte dos animais selvagens mantidos em cativeiro exigem uma disponibilidade ainda maior, por parte dos proprietários, do que os cães e os gatos, o que vai trazer graves problemas de bem-estar, quando a motivação para adquiri-lo é esta.

6. Longevidade

Curiosamente, este factor serve nos dois sentidos (Saunders, 2008). Há proprietários que optam por uma tartaruga, ou por uma arara, por serem animais muito longevos, podendo alcançar os 80 ou 90 anos. Outros optam por um hamster ou por um porquinho-da-Índia, precisamente por durarem pouco tempo. Pensamos que o primeiro caso esteja relacionado com a dificuldade em encarar a morte. Quanto mais tarde melhor. E “ainda vai primeiro que nós!” é uma frase corrente e demonstra um certo alívio por não ter que se encarar a perda do animal de estimação. No segundo caso, parece-nos haver também a mesma dificuldade em encarar a morte já que, se um hamster durar dois anos, não terá sido criado um laço de relação tão forte como a que se criaria com um cão, que facilmente chegaria aos treze anos, ou com um gato, que poderia chegar aos vinte. Assim, será mais fácil encarar a perda. Por outro lado, parece ser também uma maneira de evitar um planeamento do próprio estilo de vida a longo prazo. Adquirir uma tartaruga, ou uma arara, pode trazer consequências de grande responsabilidade para as próximas dezenas de anos, enquanto que um hamster só vai obrigar a planear o futuro para os próximos dois ou três anos.

7. Efeito calmante ou terapêutico

Existem vários exemplos da utilização de animais selvagens com este intuito. Outros há em que não se pode afirmar um intuito consciente mas sim um efeito, calmante ou terapêutico. Já em 1975, um estudo de Mugford e M'Comisky (1975), demonstrava que a presença de periquitos, disponibilizada pelo estudo, tinha um efeito positivo de mudança de atitude num grupo de idosos, enquanto que o grupo de controlo da experiência, que tinha sido presenteado com begónias, não apresentou qualquer alteração. Outros trabalhos de Ismail (1998) e Schuler (2001), demonstraram a influência moralmente positiva de um programa de reabilitação social que consistia na criação de aves para venda ao público, na atitude de cidadãos marginais integrados no programa (Anderson, 2003).

Outros exemplos de efeitos terapêuticos dos animais de estimação, independentemente de serem selvagens ou domésticos, são a diminuição da pressão arterial e da frequência cardíaca, aumento da quantidade de exercício físico, aumento da noção de responsabilidade e da auto-estima, entre outros.

Outras considerações sobre a relação do Homem com o animal selvagem de estimação

Independentemente da motivação, grande parte dos animais selvagens de estimação pertencem a uma criança, o que acarreta algumas complicações (Lawton, 2000). Para começar, o animal é muitas vezes encarado como mais um brinquedo que alguém ofereceu, acabando por ser esquecido ao fim de algum tempo, depois de um entusiasmo inicial. Depois, e também pelo baixo valor económico de muitas destas espécies, os próprios pais acabam por encará-los também como brinquedos dos filhos. Grande parte dos pais prefere adquirir uma tartaruga nova do que *mandar compor*, numa clínica veterinária, uma tartaruga doente. Na verdade, quando um animal deste tipo adoece, é mais frequente dirigirem-se à loja de animais onde o compraram, na expectativa de conseguir uma solução economicamente viável, seja na compra de *umas gotinhas* ou na restituição do *produto*. Além dos motivos financeiros, estes proprietários têm muitas vezes vergonha de levar um animal destes ao veterinário. A sociedade actual ridiculariza o gasto de dinheiro e a preocupação dedicada à saúde e bem-estar de um animal de estimação, principalmente se se trata de um melro, uma tartaruga, um hamster, ou qualquer outro animal de baixo valor económico. Achamos que é muito melhor aceite, por muitas pessoas, o endividamento na compra de um carro desportivo, ou numa jóia de várias centenas, ou milhares de euros, do que o gasto de umas dezenas de euros no tratamento de um animal que seja barato. Pela experiência que partilhamos com colegas médicos veterinários de gerações mais antigas, o mesmo aconteceu num passado próximo em relação aos cães e aos gatos. Em Portugal, há cerca de 30 anos, a clínica de animais de companhia era muito pouco difundida, existindo muito poucos centros clínicos para esta prática. Quando um proprietário tinha algum problema de saúde com o seu cão, principalmente em meios urbanos pequenos e em meios rurais, dirigia-se a um médico veterinário de espécies pecuárias, ou de inspecção sanitária, de preferência de noite e num local escondido, e pedia-lhe para “dar uma olhadela no bicho,

para ver se havia alguma coisa a fazer”. No final pagava, agradecia e pedia para não contar nada aos vizinhos. Estas histórias, contadas sobre o antigamente da profissão médico-veterinária, repetem-se hoje com os animais exóticos. É comum, nos dias de hoje, uma pessoa que está na recepção de uma clínica, à espera de ser atendida com o seu cão, achar cómico, se não ridículo, o facto de haver alguém ao lado com um coelho ou um porquinho-da-Índia. Mais interessante ainda, acontece por vezes um proprietário de um coelho ou de um porquinho-da-Índia achar cómico, se não ridículo, o facto de ao seu lado se encontrar um proprietário com o seu hamster.

Além destes dois motivos, financeiros e de reprovação social, outros podem ser apontados. Por exemplo, alguns destes animais são de posse ilegal, o que faz com que o proprietário tenha medo de sair de casa com ele, ser visto na rua, e levá-lo a um sítio onde, presumivelmente, estão informados dessa ilegalidade e podem denunciá-la. De outras vezes, é por acharem que os médicos veterinários não têm grandes conhecimentos sobre estas espécies que não procuram a sua ajuda quando necessário.

A relação do proprietário com o seu animal selvagem possui muitos aspectos distintos quando comparada com a mais clássica do cão e do gato. As motivações que levam à posse de um animal exótico e os motivos que impedem que se procure ajuda médico-veterinária são de fulcral importância para o seu bem-estar. Assim, qualquer esforço que seja posto em curso para melhorar o bem-estar dos animais selvagens de companhia tem que se debruçar nestes pontos, tão especiais, da relação em questão. Eles devem ser uma prioridade em mente, na prática clínica de qualquer médico veterinário que lide com estas espécies. Por exemplo, e voltando à constatação de que grande parte destes animais pertencem a crianças, durante uma consulta devem ser ensinadas maneiras de manipular estes animais, técnicas de maneo geral e nutricional, bem como alertar para a importância do bem-estar animal. Para isso ser atingido, é importante perceber as motivações do proprietário. Por exemplo, se a motivação do proprietário de um papagaio para possuí-lo é a aparência colorida e tropical da plumagem, talvez seja importante explicar que uma alimentação adequada vai melhorar bastante esse aspecto. Ou se um pai comprou uma iguana para o seu filho porque este queria mostrar-se diferente, não existindo pelos dois grande preocupação pelo bem-estar do animal, talvez sejam boas estratégias para conseguir tratá-lo, mostrar que não tratar vai levar à morte e maiores despesas na aquisição de uma outra iguana, ou mostrar que esta iguana em particular possui um bom porte, e que seria uma pena não a tratar.

Com estes exemplos não queremos dizer que o médico veterinário não tem o dever de educar os proprietários quanto à importância do bem-estar animal *per se*, e na capacidade de certos seres vivos sentirem o sofrimento e o prazer, de uma forma semelhante à sua, e quanto ao impacto negativo que a posse e a aquisição constante de animais selvagens pode ter na conservação da Natureza. Queremos sim dizer que, por vezes, para conseguir mudar uma atitude, neste caso particular, a de um proprietário para com o seu animal selvagem de estimação, somos melhor sucedidos se compreendermos e considerarmos as suas motivações, independentemente de as subscrever ou aceitar. Parafraseando Bernard Rollin, para modificar uma atitude ética, é melhor utilizarmos uma técnica de Judo do que de Sumo. No Sumo, dois adversários medem forças até um deles empurrar mais. Ganha quem tem mais força. No Judo, tenta-se usar a força do adversário para derrubá-lo. Ganha quem consegue usar melhor a força do adversário contra o próprio adversário (Rollin, 2006). Não pretendemos reduzir a discussão ética ao conceito de uma arte marcial, apenas achamos que a comparação poderá salientar alguns aspectos de argumentação interessantes.

E – TRABALHO PRÁTICO E CONCLUSÕES

E – 1 INTRODUÇÃO

Depois de nos termos inclinado com cuidado sobre os principais valores que se encontram em jogo na prática clínica da medicina veterinária de animais selvagens de estimação, sentimo-nos mais preparados para enfrentar os conflitos éticos que nos surjam nessa área. Por outro lado, ao percebermos a importância que reveste cada um desses valores, torna-se muito mais difícil dar prioridade a um, em detrimento de outros. O objectivo deste trabalho prático é ajudar-nos a lidar com esta dificuldade ou, pelo menos, saber como é que outros lidam com ela.

Pensamos que a revisão bibliográfica com que começámos a nossa tese nos serve de ferramenta para compreendermos o que é que está implicado nos problemas éticos que podem surgir na clínica dos animais em questão. Tomando outra vez o exemplo do Dr. X, de certeza que lhe teria sido útil ter lido a bibliografia na qual nos baseámos para escrever os capítulos anteriores. Mas teria sido o suficiente?

Quando surge um problema ético, na vida real, é sempre um problema ético particular. E as respostas a esse problema necessitarão sempre de uma contextualização particular. No caso do Dr. X, seria importante saber, por exemplo, em que país se encontrava, quais as leis em vigor, a que espécie pertencia a ave de rapina ou qual o seu estatuto de protecção. Também teria sido útil saber que opiniões teriam os seus colegas da área, ou as próprias autoridades que regulam a fauna selvagem; ou ainda, saber o que é que o proprietário esperaria de si. Queremos com isto dizer que os conhecimentos que podemos adquirir através de uma pesquisa bibliográfica ganharão, decerto, muito maior relevância se tiverem a hipótese de serem contextualizados. Ora, tendo como principal objectivo desta tese mostrar novas directrizes para as decisões éticas dos médicos veterinários que trabalhem com animais selvagens de estimação, decidimos utilizar uma outra ferramenta, que é este trabalho prático. Com ele pretendemos criar a tal contextualização e especificar as questões éticas mais comuns.

Como contexto geográfico, optámos por nos limitar ao território nacional. De seguida traçámos as questões que achámos mais pertinentes de serem colocadas, aquelas mesmas que achámos mais prováveis de surgir na prática clínica deste tipo de animais.

Depois tentámos encontrar a melhor forma de chegar às opiniões, sobre essas questões, que pudéssemos considerar mais valiosas para nos ajudar a resolvê-las. Optámos então por uma investigação na forma de um questionário. E a nossa população alvo consistiu em três grupos distintos: os proprietários de animais selvagens de estimação, os técnicos do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e os médicos veterinários com experiência profissional naquele tipo de animais. Achámos que cada um destes grupos poderia representar, à sua maneira, os diferentes valores que estarão em jogo nas diversas questões éticas a serem levantadas. Achámos até que poderia existir uma correspondência entre cada um dos grupos e cada um dos valores. Nesta hipótese, os proprietários conheceriam e representariam melhor o seu interesse na posse de um animal selvagem de estimação; os técnicos do ICNB conheceriam e representariam melhor o valor da Natureza; e os médicos veterinários, o valor do bem-estar animal. Claro que esta correspondência não seria obrigatória nem exclusiva, apenas pensamos que existe uma predisposição para que ela se verifique, e assim nos serviu de orientação na altura de escolhermos os grupos da nossa população alvo. A escolha da população alvo pareceu-nos de importância capital. Procurámos que fosse uma população que, de alguma forma, pudesse servir de exemplo ou de padrão, para o médico veterinário confrontado com um dilema ético; uma população que se aproximasse das ideias mais ortodoxas e correntes da actualidade do nosso país, e que as reflectisse nas suas respostas. Ou melhor, uma população que o MV creditasse e cujas opiniões considerasse válidas e representativas dessa mesma actualidade. Achámos que, muitas vezes, na decisão ética, o sujeito se preocupa tanto em escolher a atitude correcta, como em escolher a atitude mais consensual. E é neste sentido de tentar encontrar um consenso legítimo que achámos de importância capital a escolha da população alvo, bem como todo o trabalho prático em si.

Assumindo, então, que as opiniões destes três grupos seriam importantes para a resolução das questões éticas em debate, quisemos descobrir, primeiro, em que é que consistiam e, em segundo lugar, se eram diferentes umas das outras. Tivemos por hipótese que os grupos iriam responder de forma parecida, mas com algumas diferenças na hierarquização dos valores. De um modo geral, previmos que o grupo dos proprietários e dos médicos veterinários iriam salvaguardar primordialmente o bem-estar animal, ao contrário do grupo dos técnicos do ICNB, que salvaguardaria antes a Natureza.

O questionário dividiu-se em 4 sub-questionários:

A – DEFINIÇÕES DE ANIMAL SELVAGEM E DE ANIMAL EXÓTICO;

B – BEM-ESTAR ANIMAL;

C – CONSERVAÇÃO DA NATUREZA;

D – INTERESSE NA POSSE DE ANIMAIS SELVAGENS.

A parte A consiste em perguntas de opinião com o fim de esclarecer os significados da palavra *selvagem* e da palavra *exótico*. Este sub-questionário não foi tratado estatisticamente com os restantes, já que é composto exclusivamente por questões de resposta aberta.

As partes seguintes (B, C, e D) focam cada um dos principais valores em conflito na relação do médico veterinário com o proprietário de um animal selvagem de estimação. Outros valores e interesses encontram-se também em jogo, como a saúde pública ou a segurança do médico veterinário, mas no nosso trabalho apenas nos debruçamos sobre estes três que, a nosso ver, são preponderantes no conflito.

Mas antes de aplicarmos o questionário aos nossos três grupos, efectuámos um estudo de adaptação, verificando a sua aplicabilidade numa amostra parecida com a nossa população alvo.

E – 2 ESTUDO DE ADAPTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Para adaptação do questionário utilizámos um grupo de Adaptação (Adap), composta por **156** respondentes, com características parecidas com as da nossa população alvo. Esses respondentes trataram-se de pessoas relacionadas com animais na sua vida profissional ou académica – estudantes de Biologia, ou Medicina Veterinária, Biólogos, Assistentes de Medicina Veterinária, entre outros, não incluindo Médicos Veterinários nem Técnicos do ICNB. Quanto ao facto de serem proprietários de animais selvagens de estimação, não nos foi possível controlar, pois muitos dos sujeitos acabavam por ter uma tartaruga, um periquito ou um outro animal pertencente a uma espécie selvagem.

Os questionários foram distribuídos de forma irregular, em vários ambientes, desde salas de aula a clínicas veterinárias. Foi mantido o anonimato dos respondentes, cuja idade média foi de 22,28 anos, com desvio padrão de 3,88, constando de 48 indivíduos do sexo masculino e 108 indivíduos do sexo feminino.

A estatística de cada sub-questionário foi analisada separadamente. O Sub-questionário A não foi considerado para o Estudo de Adaptação, devido ao seu conteúdo de questões de resposta aberta. Os restantes sub-questionários foram analisados através do programa SPSS. Procedemos à análise factorial. Da *Principal Axis* obtivemos os resultados a seguir expostos.

Sub-questionário B – Bem-estar animal

O Sub-questionário B foi ainda dividido em duas partes diferentes, além de 2 questões separadas (B1, e B8) que não foram englobadas na análise factorial:

- Factores B.A – Atitude do proprietário
- Factores B.B – Adaptação ao cativeiro

Factores B.A – Atitude do proprietário

Medida de Adequação da Amostra KMO		0,785
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aproximado	2903,140
	df	435
	Significância	0,000

Tabela E1 – KMO e Teste de Bartlett para os Factores B.A.

O KMO encontra-se entre 0,7 e 0,8, o que implica coeficientes de correlação parciais relativamente pequenos, permitindo então prosseguir com a análise factorial, considerada de nível Médio, segundo Kaiser (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 490-1).

A significância igual a 0,000, no Teste de Bartlett, também permite prosseguir com a análise factorial.

Os itens B25 e B55 foram retirados por não se integrarem em nenhum dos 2 factores em particular.

FACTOR 1		FACTOR 2	
ITENS	SATURAÇÃO	ITENS	SATURAÇÃO
B43	0,749	B37	0,718
B54	0,742	B41	0,661
B44	0,736	B36	0,660
B34	0,708	B31	0,632
B53	0,669	B57	0,618
B58	0,663	B56	0,617
B24	0,615	B47	0,587
B52	0,607	B27	0,573
B23	0,606	B51	0,545
B33	0,556	B32	0,530
B48	0,545	B42	0,510
B38	0,525	B21	0,496
B22	0,492	B26	0,455
B28	0,427	B35	0,443
		B46	0,435
		B45	0,346

Tabela E2 – Matriz Factorial B.A, com Rotação Varimax.

A matriz factorial com rotação, representada na Tabela E2, ilustra os 30 itens da parte B.A distribuídos por 2 factores, resultantes da análise factorial. Cada um destes factores foi nomeado e interpretado da seguinte forma:

Factor B.A 1 – DEDICAÇÃO 1

Este factor mede a Dedicção (Preocupação, Disponibilidade Financeira, Disponibilidade de Tempo e Conhecimento sobre os cuidados gerais) que os Proprietários possuem em relação ao **Camaleão do Algarve** (só relativamente à Preocupação e ao Conhecimento sobre os cuidados gerais), **Papagaio Africano, Águia e Tarântula**

Factor B.A 2 – DEDICAÇÃO 2

Este factor mede a Dedicção (Preocupação, Disponibilidade Financeira, Disponibilidade de Tempo e Conhecimento sobre os cuidados gerais) que os Proprietários possuem em relação à **Tartaruga da Florida, Camaleão do Algarve** (só relativamente à Disponibilidade), **Ouriço-cacheiro, Hamster e Peixe Dourado**.

As características estatísticas destes 2 factores são mostradas na Tabela E3

Factor	Nº de Itens	Proporção das Médias	DP	Coef. Fidelidade (alfa de Cronbach)	Valores próprios	% Variância Explicada
B.A 1	14	2,93	0,81	0,903	4,051	43,932
B.A 2	16	2,35	0,81	0,880		

Tabela E3 – Características Estatísticas dos Factores B.A.

Factores B.B – Adaptação ao Cativoiro

Medida de Adequação da Amostra KMO		0,782
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aproximado	3334,286
	df	496
	Significância	0,000

Tabela E4 – KMO e Teste de Bartlett para os Factores B.B.

O KMO encontra-se entre 0,7 e 0,8, o que implica coeficientes de correlação parciais relativamente pequenos, permitindo então prosseguir com a análise factorial, considerada de nível Médio, segundo Kaiser (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 490-1).

A significância igual a 0,000, no Teste de Bartlett, também permite prosseguir com a análise factorial.

FACTOR 1		FACTOR 2		FACTOR 3	
ITENS	SATURAÇÃO	ITENS	SATURAÇÃO	ITENS	SATURAÇÃO
B92	0,899	B61	0,703	B102	0,822
B91	0,890	B68	0,671	B105	0,822
B98	0,876	B76	0,669	B108	0,773
B93	0,857	B78	0,663	B101	0,756
B95	0,846	B75	0,623	B103	0,738
B97	0,759	B62	0,615	B104	0,650
B94	0,740	B71	0,613	B106	0,633
B96	0,722	B77	0,599	B107	0,587
		B72	0,575		
		B66	0,565		
		B67	0,555		
		B65	0,540		
		B73	0,481		
		B63	0,456		
		B64	0,453		
		B74	0,352		

Tabela E5 – Matriz Factorial B.B, com Rotação Varimax.

A matriz factorial com rotação, representada na Tabela E5, ilustra os 32 itens da parte B.B distribuídos por 3 factores, resultantes da análise factorial. Cada um destes factores foi nomeado e interpretado da seguinte forma:

Factor B.B 1 – Bem-estar na Natureza

Este factor mede o bem-estar atingido pelos animais selvagens nascidos e mantidos na Natureza

Factor B.B 2 – Bem-estar em cativeiro

Este factor mede o bem-estar atingido pelos animais selvagens mantidos como animais de estimação e a sua capacidade de adaptação ao cativeiro.

Factor B.B 3 – Bem-estar pós-cativeiro

Este factor mede o bem-estar atingido pelos animais selvagens colocados no seu meio ambiente natural, após uma habituação à relação com os seres humanos

As características estatísticas destes 3 factores são mostradas na Tabela E6

Factor	Nº de Itens	Proporção das Médias	DP	Coef. Fidelidade (alfa de Cronbach)	Valores próprios	% Variância Explicada
B.B 1	8	3,87	0,80	0,942	4,497	52,752
B.B 2	16	2,55	0,60	0,880		
B.B 3	8	2,36	0,78	0,901		

Tabela E6 – Características Estatísticas dos Factores B.B.

Sub-questionário C – Conservação da Natureza

O questionário C foi também dividido em duas partes diferentes:

- Factores C – Impacto na Conservação da Natureza
- Questões C – Atitude do Médico Veterinário

Factores C – Impacto na Conservação da Natureza

Medida de Adequação da Amostra KMO		0,782
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aproximado	1175,859
	df	120
	Significância	0,000

Tabela E7 – KMO e Teste de Bartlett para os Factores C.A.

O KMO encontra-se entre 0,7 e 0,8, o que implica coeficientes de correlação parciais relativamente pequenos, permitindo então prosseguir com a análise factorial, considerada de nível Médio, segundo Kaiser (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 490-1).

A significância igual a 0,000, no Teste de Bartlett, também permite prosseguir com a análise factorial.

FACTOR 1		FACTOR 2	
ITENS	SATURAÇÃO	ITENS	SATURAÇÃO
C23	0,850	C12	0,776
C22	0,793	C13	0,742
C25	0,759	C11	0,636
C21	0,686	C14	0,622
C24	0,670	C18	0,560
C28	0,662	C15	0,499
C27	0,506	C17	0,458
C26	0,399	C16	0,426

Tabela E8 – Matriz Factorial C, com Rotação Varimax.

A matriz factorial com rotação, representada na Tabela E8, ilustra os 16 itens distribuídos por 2 factores, resultantes da análise factorial. Cada um destes factores foi nomeado e interpretado da seguinte forma:

Factor C 1 – IMPACTO NA NATUREZA

Este factor mede o impacto negativo que um aumento na posse de animais selvagens de estimação tem na conservação da Natureza

Factor C 2 – N ° DE ANIMAIS

Este factor mede o nº de animais selvagens de estimação actual, relativamente aos de há 10 anos atrás

As características estatísticas destes 2 factores são mostradas na Tabela E9.

Factor	Nº de Itens	Proporção das Médias	DP	Coef. Fidelidade (alfa de Cronbach)	Valores próprios	% Variância Explicada
C 1	8	3,07	0,82	0,850	3,344	49,321
C 2	8	3,17	0,70	0,814		

Tabela E9 – Características Estatísticas dos Factores C.

Sub-questionário D – Interesse na posse de animais selvagens

O Sub-questionário D não foi dividido, nem os seus itens se agruparam em factores. Cada questão foi analisada separadamente.

E – 3 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DO ESTUDO

Depois da validação do questionário para o nosso grupo de Adaptação, passámos à sua distribuição pelos grupos alvo do nosso estudo. Uma vez mais, os questionários foram distribuídos de forma irregular, em ambientes diversos, e foi mantido o anonimato dos respondentes.

A caracterização dos três grupos que constituíram a nossa amostra foi a seguinte:

1 – Propr – Proprietários de Animais Selvagens de Estimação (vulgarmente chamados Animais Exóticos); 13 indivíduos (6 do sexo masculino, 7 do sexo feminino); idade média de 33,08 anos +/- 11,71;

2 – ICNB – Técnicos do ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade); 8 indivíduos (8 do sexo masculino); idade média de 38,12 anos +/- 5,72;

3 – MV – Médicos Veterinários com experiência em Clínica de Animais Selvagens (Clínica de Recuperação de Fauna Selvagem, Clínica de Zoo ou Clínica de Exóticos); 10 indivíduos (6 do sexo masculino, 4 do sexo feminino); idade média de 32,90 anos +/- 6,97.

Veremos agora os resultados das respostas que cada um dos grupos obteve, relativamente a cada uma das questões e a cada um dos factores. Os resultados dos factores vêm já expressos em proporção, resultante da divisão do valor obtido para cada factor pelo número de itens que o compõe. Os resultados variam entre os valores 1 e 5, havendo a seguinte correspondência: 1- Muito Baixo; 2- Baixo; 3- Médio; 4- Alto e 5- Muito Alto.

Utilizámos o teste ANOVA para verificar se existiram diferenças entre os 4 grupos (1.Propr, 2.ICNB, 3.MV e 4.Adap), nas respostas aos vários factores e a algumas das questões não incluídas em factores, que julgámos serem mais pertinentes para o objecto desta tese. Para discriminar os grupos que explicaram essas eventuais diferenças nas médias das respostas aos factores usámos o teste Post Hoc LSD. Relativamente às questões não incluídas em factores, e nas quais era necessário o respondente atribuir um valor aos vários itens/resposta (ex: de 1 a 5; 1 para a atitude menos correcta e **5 para a**

atitude mais correcta), utilizámos o teste ANOVA para perceber se, dentro de cada um dos grupos, existiu diferença na atribuição desses valores.

Resultados A – Definições de animal selvagem e de animal exótico

Devido à natureza das respostas a este sub-questionário optámos por analisar unicamente as dos nossos grupos alvo, tendo as do grupo de Adaptação sido descartadas.

Começamos pela primeira questão: **A1. Definições de animal selvagem e de animal exótico**. Observando as respostas de cada grupo, tentámos perceber que ideias é que se repetem mais vezes, nos conceitos de cada um dos termos. As tabelas seguintes ilustram a distribuição dessas ideias pelos três diferentes grupos.

IDEIA	Propr.	ICNB	MV	Total
Liberdade/Oposição a cativo	0	2	3	5
Nascer e/ou viver no meio natural	2	2	3	7
Ausência de relação/dependência com o Homem/Oposição a doméstico	1	4	4	9
Autóctone	0	3	1	4
De posse ilegal	0	1	0	1
Inserido numa população da mesma espécie	0	1	0	1
Vive em zoológicos	1	0	0	1
Que não se reproduz em cativeiro com facilidade	1	0	0	1

Tabela E10 – Distribuição das ideias que compõem o conceito de **animal selvagem** para cada grupo.

Quanto à Questão **A2**, sobre a **designação mais correcta para a prática clínica de animais de companhia diferentes do cão e do gato**, não encontramos muitas sugestões. As únicas que achámos interessantes de referir são a **Clínica de Animais de Companhia Alternativos**, sugerida por um médico veterinário; e a de **Clínica de Aves, Clínica de Répteis, Clínica de Roedores**, etc., ou seja, em vez de tentarmos encontrar uma designação comum para estas práticas clínicas, dois respondentes (um médico

veterinário e um técnico do ICNB) sugeriram que se adoptasse uma designação individual para a prática clínica de cada grupo filogenético de animais.

IDEIA	Propr.	ICNB	MV	Total
Diferente do cão e do gato	0	0	2	2
Mais raro que o cão e o gato	1	0	0	1
Não autóctone	0	7	6	13
Selvagem mas nascido ou adaptado ao cativeiro	2	0	4	6
De posse legal	0	1	0	1
Provenientes de zonas tropicais	1	0	0	1

Tabela E11 – Distribuição das ideias que compõe o conceito de **animal exótico** para cada grupo.

Na Questão **A3**, sobre **se o coelho se pode considerar uma espécie exótica e/ou selvagem**, obtivemos as seguintes respostas.

EXÓTICO?	Propr.	ICNB	MV	Total
Sim	1	1	0	2
Não	3	3	3	9
Depende	0	3	6	9

Tabela E12 – Respostas à questão sobre o coelho ser um animal exótico.

SELVAGEM?	Propr.	ICNB	MV	Total
Sim	0	0	1	1
Não	4	3	3	10
Depende	0	4	4	8

Tabela E13 – Respostas à questão sobre o coelho ser um animal selvagem.

Julgamos interessante a diferente interpretação que estes termos podem ter. Destaquemos alguns exemplos. Os proprietários já dificilmente associam o coelho ao estado selvagem, enquanto que os outros dois grupos já deixam espaço para as várias possibilidades. Quanto à definição de animal exótico, dois dos proprietários e quatro

dos médicos veterinários consideram estar associada a animal selvagem mas nascido ou adaptado ao cativeiro, enquanto a grande maioria dos técnicos do ICNB considera estar associada à noção de não autóctone. Para uma avaliação mais cuidada destas tabelas sugerimos que o seu conteúdo seja comparado com as definições colocadas no primeiro capítulo desta tese.

Resultados B – Bem-estar animal

Questão B1

Factores mais importantes para o Bem-estar de um animal selvagem de estimação

B11. Acesso a zona de abrigo e descanso

B12. Acesso a alimentação adequada

B13. Acesso a espaço adequado para manifestar comportamento natural

B14. Acesso a cuidados de saúde (prevenção, diagnóstico, tratamento)

B15. Ausência de factores que provoquem medo

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
B11	12	3,00+/-1,21	F (4,44) =5,534	0,001*
B12	12	4,33+/-0,89		
B13	12	3,00+/-1,71		
B14	12	2,92+/-1,24		
B15	12	1,75+/-0,75		

Tabela E14 – Questão B1 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
B11	8	3,00+/-0,93	F (4,28) =0,089	0,985
B12	8	2,75+/-1,04		
B13	8	3,00+/-1,77		
B14	8	3,00+/-1,93		
B15	8	3,25+/-1,59		

Tabela E15 – Questão B1 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
B11	8	3,38+/-1,06	F (4,28) =1,889	0,140
B12	8	3,88+/-1,55		
B13	8	3,25+/-1,49		
B14	8	2,12+/-1,36		
B15	8	2,38+/-1,19		

Tabela E16 – Questão B1 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
B11	141	2,94+/-1,17	F (4,56) =4,131	0,003*
B12	141	3,29+/-1,40		
B13	141	3,20+/-1,55		
B14	141	2,97+/-1,37		
B15	141	2,60+/-1,47		

Tabela E17 – Questão B1 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os Proprietários e para a Amostra de Adaptação, o factor mais importante foi o **B12. Acesso a alimentação adequada.** E o factor menos importante foi o **B15. Ausência de factores que provoquem medo.**

Para os Técnicos do ICNB e para os Médicos Veterinários não existiram diferenças na escolha do factor mais importante.

Estes 5 factores foram adaptados das cinco liberdades e provisões, adoptadas pela UFAWC, já revistas na secção B deste trabalho. Os resultados a esta questão foram interessantes. Por um lado, temos uma opinião generalizada, por parte dos Proprietários e da Amostra de Adaptação, que considera uns factores mais importantes que outros. Mas a opinião dos peritos, os Médicos Veterinários e os Técnicos do ICNB, não propôs uma hierarquia de importância para os vários factores. Esta noção de que todos os cinco factores são igualmente relevantes parece-nos muito importante na altura de aconselhar os proprietários, já que, eles próprios poderão ter uma opinião enviesada, preocupando-se só com alguns destes factores, desleixando-se noutros também importantes para o manejo geral do seu animal.

Factores B.A – Atitude do proprietário

Factor B.A 1 – DEDICAÇÃO 1

Camaleão do Algarve (Preocupação/Conhecimento sobre cuidados gerais)

Papagaio Africano

Águia

Tarântula

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	2,78+/-0,90	F (3,183) =1,183	0,318
2.ICNB	8	2,54+/-0,81		
3.MV	9	2,56+/-0,69		
4.Adap	154	2,93+/-0,81		
Total	184	2,89+/-0,81		

Tabela E18 – Factor B.A 1.

Factor B.A 2 – DEDICAÇÃO 2

Camaleão do Algarve (Disponibilidade)

Tartaruga da Florida

Ouriço-cacheiro

Hamster

Peixe Dourado

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	2,09+/-0,90	F (3,184) =1,637	0,182
2.ICNB	8	2,06+/-0,81		
3.MV	9	2,51+/-0,69		
4.Adap	155	2,35+/-0,81		
Total	185	2,32+/-0,81		

Tabela E19 – Factor B.A 2.

Não existiram diferenças significativas nas respostas dos 4 grupos relativamente aos Factores B.A. Pelos resultados, verificamos que a população total atribuiu um nível de **Dedicação 1** de **2,89** (Camaleão do Algarve [Preocupação/Conhecimento sobre cuidados gerais], Papagaio Africano, Águia e Tarântula), e um nível de **Dedicação 2** de **2,32** (Camaleão do Algarve [Disponibilidade], Tartaruga da Florida, Ouriço-cacheiro, Hamster e Peixe Dourado).

Os 4 grupos, consideram que a Dedicação dos proprietários, relativamente aos seus animais selvagens de estimação, se encontra entre um nível Baixo (2) e um nível Médio (3).

No entanto, relativamente ao Factor Dedicação 1, obteve-se um nível muito próximo do Médio (3). Ou seja, parece existir maior dedicação relativamente ao Papagaio Africano, à Águia e à Tarântula, comparando com a Tartaruga da Florida, Ouriço-cacheiro, Hamster e Peixe Dourado. O Camaleão do Algarve parece assumir uma posição intermédia. Aparentemente, poder-se-ia pensar que as Aves e os Artrópodes são alvo de maior dedicação do que os Répteis, Mamíferos e Peixes. Um argumento que suporte esta teoria parece difícil de conceber, já que teríamos, à partida, mais razões (filogenia, respeito, empatia) para agrupar, por exemplo, as Aves com os Mamíferos, pelo menos quanto à Preocupação. Já quanto à Disponibilidade, parecer-nos-ia mais sensato agrupar a Tarântula com o Peixe Dourado, e mesmo com o Hamster. No entanto, seria importante uma investigação mais direccionada para o tema da dedicação, para atingir conclusões mais fortes. Pela segmentação encontrada nesta análise factorial, parece que a dedicação dos proprietários varia consoante a espécie. Assim sendo, e acreditando que essa mesma dedicação fará depender em muito o bem-estar das espécies mantidas como animais de estimação, julgamos que se trata de uma área de trabalho importante e que identificar os diferentes motivos que levam a uma dedicação baixa, para cada *grupo* de animais, pode resultar num melhoramento significativo do seu bem-estar.

Factores B.B – Adaptação ao Cativo

Factor B.B 1 – BEM-ESTAR NA NATUREZA

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	3,83+/-0,92	F (3,180) =1,186	0,316
2.ICNB	7	4,45+/-0,74		
3.MV	9	3,96+/-0,73		
4.Adap	152	3,87+/-0,80		
Total	181	3,89+/-0,81		

Tabela E20 – Factor B.B 1.

FACTOR B.B 2 – BEM-ESTAR EM CATIVEIRO

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	2,51+/-0,62	F (3,184) =0,533	0,660
2.ICNB	8	2,27+/-0,54		
3.MV	10	2,53+/-0,83		
4.Adap	154	2,55+/-0,60		
Total	185	2,53+/-0,61		

Tabela E21 – Factor B.B 2.

FACTOR B.B 3 – BEM-ESTAR PÓS-CATIVEIRO

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	2,38+/-0,99	F (3,182) =1,139	0,335
2.ICNB	8	2,84+/-1,07		
3.MV	9	2,60+/-0,68		
4.Adap	153	2,36+/-0,78		
Total	183	2,39+/-0,80		

Tabela E22 – Factor B.B 3.

Não existiram diferenças significativas nas respostas dos 4 grupos relativamente aos Factores B.B. Pelos resultados, verificamos que a população total atribuiu um nível de **3,89** ao bem-estar atingido pelos animais selvagens nascidos e mantidos na Natureza; **2,53** ao bem-estar atingido pelos animais selvagens mantidos como animais de estimação; e **2,39** ao bem-estar atingido pelos animais selvagens colocados no seu meio ambiente natural, após uma habituação à relação com os seres humanos.

Os 4 grupos atribuíram um nível próximo do Alto (4), ao bem-estar atingido pelos animais selvagens nascidos e mantidos na Natureza e um nível abaixo de Médio (3) para o bem-estar atingido pelos animais selvagens mantidos como animais de estimação. Isto, em conjunto com os níveis de Dedicção também abaixo de Médio (3), observados anteriormente, chama-nos à atenção para a urgência de uma mudança. E o médico veterinário encontra-se numa posição privilegiada para apoiar essa mudança. Através de uma boa relação profissional com o proprietário, pode sensibilizá-lo para a importância da sua atitude no bem-estar do seu animal de estimação.

Quanto ao Factor B.B 3, sobre o bem-estar atingido pelos animais selvagens colocados no seu meio ambiente natural, após uma habituação à relação com os seres humanos, foi também unânime um nível abaixo de Médio (3), ainda inferior ao Factor B.B 2, sobre o Bem-estar atingido pelos animais selvagens mantidos como animais de estimação, o que reflecte alguns pontos álgidos da recolocação de espécimes selvagens na Natureza, particularmente em situações em que pensamos deverem ser pesados os aspectos negativos de desfazer os laços criados entre o animal e o proprietário. Nas acções de apreensão de animais ilegais, com vista a uma eventual recolocação no habitat natural, parece-nos fulcral não descurar o impacto que as mesmas poderão ter no bem-estar do animal, apesar dos outros factores e valores em jogo, como a educação ambiental, o civismo, a legalidade e a conservação da Natureza.

Questão B8

Nível de bem-estar atingido pela maioria dos cães e gatos de estimação

Grupos	N	Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	3,46+/-0,88	F (3,178) =3,926	0,010*
2.ICNB	8	2,75+/-0,71		
3.MV	10	3,40+/-0,52		
4.Adap	148	3,59+/-0,69		
Total	179	3,54+/-0,71		

Tabela E23 – Questão B.8.

As diferenças encontram-se entre o grupo 1 e o grupo 2 (Post Hoc LSD = 0,712 e $p = 0,024$); e entre o grupo 2 e o grupo 4 (Post Hoc LSD = 0,845 e $p = 0,001$).

Aqui, os grupos 1, 3 e 4 não se mostraram diferentes nas respostas, atribuindo um nível entre o Médio (3) e o Alto (4) ao bem-estar atingido pela maioria dos cães e gatos de estimação. Esse bem-estar situa-se acima do bem-estar atingido pelos animais selvagens mantidos como animais de estimação, mas ligeiramente abaixo do bem-estar atingido pelos animais selvagens nascidos e mantidos na Natureza.

O Grupo 2, dos Técnicos do ICNB, atribuiu um nível inferior a este factor, entre o Baixo (2) e o Médio (3), significativamente diferente dos Grupos 1 e 4.

Poderíamos inferir que, segundo a opinião dos quatro grupos, onde o animal atinge o máximo de bem-estar é no seu habitat natural e que, mesmo para o cão e para o gato, espécies domésticas e por excelência habituados à relação com o Homem, os níveis de bem-estar atingidos, no meio ambiente humano, não são tão bons como os da Natureza.

Resultados C – Conservação da Natureza

Factores C – Impacto na Conservação da Natureza

Factor C 1 – IMPACTO

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	13	2,76+/-,88	F (3,180) =1,162	0,326
2.ICNB	8	3,38+/-1,04		
3.MV	9	3,28+/-,53		
4.Adap	151	3,07+/-,82		
Total	181	3,07+/-,83		

Tabela E24 – Factor C1.

Factor C 2 – N ° DE ANIMAIS

Grupos	N	Proporção das Médias e DP	F	Sig.
1.Propr	12	2,84+/-,93	F (3,177) =0,962	0,412
2.ICNB	6	3,02+/-,85		
3.MV	9	3,29+/-,33		
4.Adap	151	3,17+/-,70		
Total	178	3,15+/-,71		

Tabela E25 – Factor C2.

Não existiram diferenças significativas nas respostas dos 4 grupos relativamente aos Factores C. Pelos resultados, verificamos que a população total atribuiu um nível de **3,07** ao impacto negativo que um aumento no número de animais selvagens de estimação provoca na conservação da Natureza. E um nível de **3,15** ao número de animais selvagens de estimação actuais, quando comparado com há 10 anos atrás. Ou

seja, de uma maneira geral, os respondentes consideram que o aumento no número de animais selvagens de estimação provoca na conservação da Natureza um impacto negativo de nível superior a Médio (3), e que esse mesmo número de animais está a aumentar, apesar de esse aumento ser considerado pequeno (já que, se o Factor C2 fosse menor ou igual a 3, não teríamos um aumento), o que nos pode alertar para a importância de uma maior preocupação na forma de lidar com o comércio e a posse deste tipo de animais, não só pelo impacto negativo que estes podem ter no bem-estar animal, como visto anteriormente, mas também pelo impacto na conservação da Natureza.

Questões C – Atitude do Médico Veterinário

Questão C3

Atitude do médico veterinário perante um proprietário de um animal selvagem ilegal

C31. Denunciar sempre

C32. Incentivar a posse deste tipo de animais desde que sejam bem tratados

C33. Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e denunciar se este não o fizer

C34. Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e deixar a decisão ao seu critério

C35. Ignorar a ilegalidade

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C31	9	2,78+/-1,56	F (4,32) =9,514	0,000*
C32	9	2,67 +/-0,71		
C33	9	4,00+/-0,87		
C34	9	4,22+/-0,97		
C35	9	1,33+/-0,71		

Tabela E26 – Questão C3 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C31	8	3,75+/-0,46	F (4,28) =110,895	0,000*
C32	8	1,13+/-0,35		
C33	8	5,00+/-0,00		
C34	8	3,25+/-0,46		
C35	8	1,88+/-0,35		

Tabela E27 – Questão C3 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C31	9	2,78+/-0,83	F (4,32) =13,039	0,000*
C32	9	1,78+/-0,83		
C33	9	4,00+/-1,00		
C34	9	4,56+/-0,73		
C35	9	1,89+/-1,17		

Tabela E28 – Questão C3 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C31	145	3,06+/-1,33	F (4,576) =58,735	0,000*
C32	145	2,27+/-1,10		
C33	145	3,95+/-1,18		
C34	145	3,70+/-1,00		
C35	145	2,02+/-1,34		

Tabela E29 – Questão C3 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os Proprietários e para os Médicos Veterinários, a atitude mais correcta seria a **C34 – Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e deixar a decisão ao seu critério.**

Para os Técnicos do ICNB e para a Amostra de Adaptação, a atitude mais correcta seria a **C33 – Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e denunciar se este não o fizer.**

Os 4 grupos parecem dar preferência a uma atitude que permita o proprietário exprimir a sua decisão, após o aconselhamento no sentido da legalidade. No entanto, enquanto que o grupo dos Proprietários e o grupo dos Médicos Veterinários optam por deixar a decisão final ao critério do proprietário, o grupo dos Técnicos do ICNB e o grupo da Amostra de Adaptação optam por assegurar que o proprietário tome a decisão legal, nem que tenha que ser ultrapassada a barreira do segredo profissional, em prole de outros valores, como a conservação da Natureza.

Questão C4

Circunstância em que o médico veterinário deve prestar cuidados médicos a um animal selvagem de estimação ilegal

C41. Nunca

C42. Só em caso de consultas de aconselhamento sobre os cuidados gerais

C43. Só em caso de consultas para resolver problemas de saúde graves

C44. Só em caso de urgência

C45. Sempre

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C41	10	1,00+/-0,00	F (4,36) =29,462	0,000*
C42	10	2,60 +/-0,84		
C43	10	3,50+/-0,53		
C44	10	3,10+/-1,10		
C45	10	4,80+/-0,63		

Tabela E30 – Questão C4 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C41	7	1,57+/-0,98	F (4,24) =2,750	0,052
C42	7	2,71+/-0,95		
C43	7	3,57+/-0,54		
C44	7	3,71+/-1,38		
C45	7	3,43+/-1,99		

Tabela E31 – Questão C4 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C41	8	1,25+/-0,71	F (4,28) =4,915	0,004*
C42	8	3,13+/-0,99		
C43	8	3,38+/-0,52		
C44	8	3,38+/-1,51		
C45	8	3,88+/-1,64		

Tabela E32 – Questão C4 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C41	142	1,35+/-1,07	F (4,564) =111,175	0,000*
C42	142	2,70+/-0,81		
C43	142	3,27+/-0,75		
C44	142	3,63+/-1,02		
C45	142	4,05+/-1,50		

Tabela E33 – Questão C4 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os Proprietários, para os Médicos Veterinários e para a Amostra de Adaptação, a circunstância mais correcta seria a **C45. Sempre.**

Para os Técnicos do ICNB, não existiu diferença significativa na escolha da circunstância mais correcta.

Será que este factor se opõe, em certa medida, ao factor anterior? Parece existir uma contrariedade em aconselhar um proprietário a entregar o seu animal às autoridades, (ou a legalizá-lo), independentemente de deixar a decisão ao seu critério, e ainda assim prestar cuidados médicos veterinários a esse animal. Mas, na verdade, pensamos que o

conflito que o animal selvagem ilegal representa para o médico veterinário pode dividir-se em diferentes fases. E duas delas são a de entregar às autoridades ou não, e a de tratar ou não, podendo ser analisadas separadamente. A opinião dos respondentes do Grupo 4, a Amostra de Adaptação, é um bom exemplo disso. Este grupo considera que o médico veterinário deve ter uma atitude activa na legalização do animal ilegal ou na sua entrega às autoridades, apesar de achar que o médico veterinário deve prestar os seus cuidados ao animal ilegal em todas as circunstâncias. Esta opinião pode parecer curiosa, mas não é necessariamente contraditória.

Questão C5

Consequência mais provável de uma denúncia, por parte do médico veterinário, sobre a posse de animais selvagens ilegais, no comportamento do proprietário de tais animais

C51. Desiste de ter este tipo de animais

C52. Continua a procurar este tipo de animais e procurará apoio veterinário noutros médicos veterinários

C53. Continua a procurar este tipo de animais e procurará apoio veterinário noutras fontes (bibliografia, Internet, outros)

C54. Continua a procurar este tipo de animais e não procurará apoio veterinário quando necessário

C55. Continua a procurar este tipo de animais e só procurará apoio veterinário em caso de extrema urgência

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C51	11	1,91+/-1,64	F (4,40) =1,770	0,154
C52	11	3,27 +/-1,19		
C53	11	3,18+/-1,25		
C54	11	3,36+/-1,21		
C55	11	3,27+/-1,49		

Tabela E34 – Questão C4 – Grupo 1 – Proprietários

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C51	6	2,17+/-1,84	F (4,20) =1,338	0,290
C52	6	3,17+/-1,60		
C53	6	3,83+/-1,17		
C54	6	2,33+/-0,52		
C55	6	3,50+/-1,38		

Tabela E35 – Questão C4 – Grupo 2 – ICNB

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C51	10	1,40+/-1,27	F (4,36) =5,851	0,001*
C52	10	3,70+/-1,25		
C53	10	3,90+/-0,74		
C54	10	2,80+/-1,32		
C55	10	3,20+/-1,14		

Tabela E36 – Questão C4 – Grupo 3 – Médicos Veterinários

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
C51	143	1,87+/-1,55	F (4,568) =28,906	0,000*
C52	143	3,22+/-1,32		
C53	143	3,29+/-1,13		
C54	143	3,10+/-1,24		
C55	143	3,51+/-1,18		

Tabela E37 – Questão C4 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os Médicos Veterinários, a consequência mais provável seria a **C53. Continua a procurar este tipo de animais e procurará apoio veterinário noutras fontes (bibliografia, Internet, outros).**

Para a Amostra de Adaptação, a consequência mais provável seria a **C55. Continua a procurar este tipo de animais e só procurará apoio veterinário em caso de extrema urgência.**

Para os Proprietários e para os Técnicos do ICNB, não existiu diferença significativa na escolha da consequência mais provável.

Novamente parece surgir uma contradição: entre a questão C3, denunciar ou não, e a questão C5, a denúncia levar a algo de positivo ou não, no que respeita ao deixar de procurar este tipo de animais. Essa contradição aparente é visível no Grupo 4, a Amostra de Adaptação. Este grupo considera que o médico veterinário deve ter uma atitude activa na legalização do animal ilegal ou na sua entrega às autoridades, apesar de achar que uma denúncia não levaria o proprietário a deixar de procurar este tipo de animais, mas sim a só procurar apoio veterinário em caso de extrema urgência. Mais uma vez, poderão tratar-se de questões independentes mas, neste caso, essa independência parece-nos mais ténue.

Esta questão C5 parece-nos de extrema utilidade para compreendermos a complexidade destes conflitos éticos que estão em jogo. À primeira vista, poder-nos-ia parecer muito lógico que, se uma pessoa possui um animal ilegal, e se essa posse implica uma ameaça à conservação da Natureza, então, é dever do médico veterinário aconselhar a sua entrega às autoridades, legalizá-lo ou, em última instância, denunciar o proprietário. Ora, se concluirmos, ou formos inclinados a isso, que a denúncia não traria nada de bom para o comportamento dessa pessoa, no futuro, nem para a conservação da Natureza, e até pudesse prejudicar o bem-estar de animais selvagens que essa pessoa continuaria a adquirir, já não nos parece existir uma lógica assim tão grande e tão rápida na denúncia.

Questão C6

Nível de conhecimento, dos médicos veterinários em geral, relativamente às espécies que podem ser mantidas em cativeiro, bem como às normas legais associadas à sua posse e ao seu transporte.

Grupos	N	Médias e DP	F	Sig.
Propr	13	3,23+/-1,17	F (3,179) =10,215	0,000*
ICNB	8	1,50+/-,54		
MV	10	1,60+/-,70		
Adap	149	2,62+/-,90		
Total	180	2,56+/-,96		

Tabela E38 – Questão C6.

As diferenças encontram-se entre o grupo 1 e o grupo 2 (Post Hoc LSD = 1,731 e $p = 0,000$); entre o grupo 1 e o grupo 3, (Post Hoc LSD = 1,631 e $p = 0,000$); entre o grupo 1 e o grupo 4, (Post Hoc LSD = 0,607 e $p = 0,021$); entre o grupo 2 e o grupo 4, (Post Hoc LSD = 1,124 e $p = 0,001$); e entre o grupo 3 e o grupo 4, (Post Hoc LSD = 1,024 e $p = 0,001$).

Só o Grupo 2, dos Técnicos do ICNB e o Grupo 3, dos Médicos Veterinários, responderam de maneira semelhante, atribuindo um nível de conhecimento entre o Muito Baixo (1) e o Baixo (2). Os Proprietários atribuíram um nível entre o Médio (3) e o Alto (4) e a Amostra de Adaptação, um nível entre o Baixo (2) e o Médio (3).

Este resultado alerta para um problema grave: o da confiança depositada na classe médico-veterinária, sobre o conhecimento referido, que não é correspondida, pelo menos na opinião dos grupos mais conhecedores desta realidade, que são os próprios Médicos Veterinários e os técnicos do ICNB, que lidam directamente com as normas legais associadas à posse e ao transporte das espécies selvagens. Pensamos que este desfazamento poderia ser reparado, ou diminuído, com os esforços mútuos da classe médico-veterinária, nomeadamente através da Ordem dos Médicos Veterinários, e do próprio ICNB. Poderiam existir protocolos entre estas duas entidades que visassem uma formação dos médicos veterinários nesta área em concreto, fornecida por técnicos do ICNB, ideia já apontada pelo biólogo João Loureiro, coordenador da Unidade de Aplicação de Convenções Internacionais do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Resultados D – Interesse na posse de animais selvagens

Questão D1

Motivos principais para a aquisição de um animal selvagem como animal de estimação

D11. Vontade de aprender mais sobre espécies selvagens

D12. Desafio de conseguir manter e/ou reproduzir espécies selvagens

D13. Aparência e hábitos diferentes e atractivos das espécies selvagens

D14 Vontade, por parte dos proprietários, de serem diferentes, estranhos ou corajosos

D15. Maior facilidade de manutenção (mais prático que um cão ou gato)

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D11	8	3,13+/-1,46	F (4,28) =2,739	0,048*
D12	8	2,00 +/-0,76		
D13	8	4,13+/-1,36		
D14	8	2,38+/-1,30		
D15	8	3,38+/-1,41		

Tabela E39 – Questão D1 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D11	8	1,63+/-0,52	F (4,28) =7,359	0,000*
D12	8	3,13+/-0,64		
D13	8	4,38+/-0,74		
D14	8	3,75+/-1,04		
D15	8	2,13+/-1,81		

Tabela E40 – Questão D1 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D11	10	1,90+/-1,29	F (4,36) =5,851	0,001*
D12	10	2,60+/-1,08		
D13	10	4,10+/-0,99		
D14	10	4,00+/-1,05		
D15	10	2,40+/-1,35		

Tabela E41 – Questão D1 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D11	143	2,40+/-1,23	F (4,568) =45,286	0,000*
D12	143	3,17+/-1,10		
D13	143	3,73+/-1,12		
D14	143	3,70+/-1,35		
D15	143	2,00+/-1,31		

Tabela E42 – Questão D1 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os 4 grupos, o motivo principal é o **D13. Aparência e hábitos diferentes e atractivos das espécies selvagens**. Em seguida, veio o motivo **D14 Vontade, por parte dos proprietários, de serem diferentes, estranhos ou corajosos**, escolhido em segundo lugar pelos grupos 2, 3 e 4; e o motivo **D15. Maior facilidade de manutenção (mais prático que um cão ou gato)**, escolhido em segundo lugar pelo grupo 1, dos Proprietários.

Como observado na secção D2 desta tese, saber quais as motivações que levam um proprietário a adquirir um animal selvagem parece-nos muito importante para lidar com as temáticas de bem-estar, aconselhamento sobre que espécies escolher, aconselhamento a entregar o animal às autoridades ou denúncia, entre outras. Pelos resultados encontrados nesta questão D1 ficamos a ter uma ideia melhor do que é que leva as pessoas, em Portugal, a procurarem animais selvagens. A **Aparência e hábitos diferentes e atractivos das espécies selvagens** parece ser o factor principal. Em que medida é que sabê-lo nos vai ajudar na resolução de problemas éticos? Por exemplo, se nos depararmos com um proprietário de um animal selvagem ilegal, ou de um animal selvagem que se encontra em más situações de manejo, não atingindo níveis de bem-estar satisfatórios, podemos aconselhar o proprietário a procurar antes um outro animal selvagem que seja de posse legal, ou que seja de manejo mais fácil ou mais adequado ao seu estilo de vida, mas que seja igualmente interessante pela sua **aparência e hábitos diferentes e atractivos**. Relativamente aos outros dois factores preponderantes, devemos também considerá-los logo a seguir. Exemplo: um rapaz que chegue ao consultório com um sardão, que apanhou num monte perto de casa. O médico veterinário deve alertá-lo da ameaça que isso estará a representar para o meio ambiente mas, não deve desconsiderar o interesse que o rapaz tem, provavelmente, em mostrar-se **diferente, estranho ou corajoso**, perante os colegas

da escola. Assim, podia aconselhar o rapaz a ir rapidamente devolver o sardão ao habitat de onde havia sido retirado, ou entregá-lo às autoridades, e correr a uma loja de animais tentar adquirir um dragão barbudo, animal que, além de ser de posse legal, existe largamente no mercado procedente de reprodução em cativeiro e tem um aspecto pré-histórico e agressivo que, seguramente, causará sensação em qualquer ambiente juvenil. O simples aconselhamento de devolução à Natureza, ou a dica para tentar adquirir antes um cão ou um gato, provavelmente levaria o rapaz a manter o sardão consigo, já que o seu interesse não foi considerado, nem compreendido, nem respeitado, nem soluções alternativas que fossem ao seu encontro foram apresentadas.

Claro que o ideal é o médico veterinário estudar os motivos para ter um animal selvagem de estimação para cada caso particular, e trabalhar a sua atitude ética e o seu discurso em função de cada caso. Isso será bom, não só para os valores que estão a ser postos na balança ao longo deste trabalho, mas também para satisfação do cliente, que é uma das missões atribuídas ao médico veterinário enquanto profissional na sua área, inserido numa sociedade que reconhece o seu valor e procura os seus serviços. No entanto, ter de antemão uma noção de quais os principais motivos, na regra geral, para se procurar um animal selvagem de estimação, pode facilitar em muito esse trabalho do dia a dia para quem trabalha com proprietários desse tipo de animais.

Questão D2

Valores a que o médico veterinário deve dar prioridade na sua relação com o proprietário de um animal selvagem de estimação

D21. Interesse do proprietário na posse de um animal selvagem como animal de estimação

D22. Conservação da Natureza

D23. Bem-estar animal

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D21	9	1,44+/-0,73	F (2,16) =12,250	0,001*
D22	9	1,67+/-0,50		
D23	9	2,89+/-0,33		

Tabela E43 – Questão D2 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D21	8	1,13+/-0,35	F (2,14) =10,920	0,001*
D22	8	2,63+/-0,52		
D23	8	2,25+/-0,71		

Tabela E44 – Questão D2 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D21	10	1,00+/-0,00	F (2,18) =47,250	0,000*
D22	10	2,20+/-0,42		
D23	10	2,80+/-0,42		

Tabela E45 – Questão D2 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D21	146	1,39+/-0,68	F (2,290) =94,135	0,000*
D22	146	1,97+/-0,58		
D23	146	2,64+/-0,65		

Tabela E46 – Questão D2 – Grupo 4 – Amostra de Adaptação.

Para os Proprietários, para os Médicos Veterinários e para a Amostra de Adaptação o valor prioritário deve ser o **D23. Bem-estar animal**.

Para os Técnicos do ICNB deve ser o **D22. Conservação da Natureza**.

Para os quatro grupos, o valor menos importante será o **D21. Interesse do proprietário na posse de um animal selvagem como animal de estimação**.

A resposta a esta Questão D2 parece estar em consonância com a resposta da Questão C3, principalmente no Grupo dos Técnicos do ICNB, que considerou que o Médico Veterinário deveria ter uma atitude mais legalista, quebrando o segredo

profissional, se necessário, provavelmente por dar prioridade a outros valores, como a Conservação da Natureza. Os Grupos dos Proprietários e dos Médicos Veterinários também parecem ter respondido nesta consonância, pois valorizaram mais o bem-estar animal, que poderá muitas vezes ser posto em risco se o proprietário for obrigado a entregar o animal às autoridades. Já a Amostra de Adaptação não respondeu de acordo com esta linha de pensamento. Mas, uma vez mais, não podemos afirmar que estas questões tenham, forçosamente, uma relação directa.

Esta Questão D2 parece-nos resumir a essência deste trabalho. De facto, o que temos estado a procurar, ao longo da pesquisa bibliográfica, ao longo das interpretações das ideias, e dos resultados deste questionário, é uma resposta que equacione de forma eticamente correcta estes três valores principais. Infelizmente, é uma questão demasiado abstracta e, possivelmente, as outras questões conseguirão uma maior aplicabilidade das suas respostas, aos dilemas éticos que o médico veterinário poderá encontrar no quotidiano da sua profissão. No entanto, apesar de abstracta, não deixa de ser uma questão fundamental. E parece que a decisão maioritária foi a de valorizar em primeiro o bem-estar animal, numa situação de conflito.

Questão D4

Principais factores que levam um proprietário de um animal selvagem de estimação a não procurar apoio médico veterinário quando necessário

D41. Medo de denúncia sobre posse de animal ilegal

D42. Falta de confiança na competência do médico veterinário para dar apoio a espécies selvagens

D43. Falta de preocupação com o bem-estar do seu animal

D44. Falta de disponibilidade financeira

D45. Falta de disponibilidade de tempo

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D41	8	3,25+/-1,91	F (4,28) =1,485	0,233
D42	8	2,13+/-0,99		
D43	8	2,63+/-1,06		
D44	8	3,88+/-1,36		
D45	8	3,13+/-1,36		

Tabela E47 – Questão D4 – Grupo 1 – Proprietários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D41	8	3,13+/-1,64	F (4,28) =0,619	0,653
D42	8	3,00+/-1,41		
D43	8	3,63+/-1,77		
D44	8	2,88+/-1,25		
D45	8	2,38+/-1,06		

Tabela E48 – Questão D4 – Grupo 2 – ICNB.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D41	9	3,11+/-1,05	F (4,32) =1,878	0,138
D42	9	2,89+/-1,45		
D43	9	3,67+/-1,66		
D44	9	3,44+/-1,42		
D45	9	1,89+/-1,05		

Tabela E49 – Questão D4 – Grupo 3 – Médicos Veterinários.

Itens	N	Médias e DP	F	Sig.
D41	139	4,21+/-1,34	F (4,552) =48,846	0,000*
D42	139	2,58+/-1,35		
D43	139	3,01+/-1,22		
D44	139	3,17+/-1,14		
D45	139	2,03+/-1,03		

Tabela E50 – Questão D4 – Grupo 3 – Amostra de Adaptação.

Para os 3 primeiros grupos, não existiu diferença significativa na escolha do principal factor. Para a Amostra de Adaptação, o principal factor é o **D41. Medo de denúncia sobre posse de animal ilegal**. O factor menos importante seria o **D45. Falta de disponibilidade de tempo**.

Partindo do princípio, geralmente aceite, que a consulta médico-veterinária pode ser um apoio muito importante, se não fundamental, para o bem-estar do animal, e assumindo também que o médico veterinário pode actuar na educação e aconselhamento do cliente sobre aspectos implicados na conservação da Natureza, parece-nos de extrema importância que se conheçam os principais motivos que levam um proprietário a não levar o seu animal selvagem ao veterinário. Nesta questão D4, só o grupo da Amostra de Adaptação é que apontou um motivo como sendo o principal, e é um motivo que se relaciona com a ilegalidade. Aqui voltamos a acentuar a importância do segredo profissional e da relação de confiança que é necessário existir entre o proprietário e o médico veterinário. À semelhança do que se passa com um médico de medicina humana, com um enfermeiro ou com um psicólogo, o médico veterinário tem que conquistar a confiança dos proprietários para que não se perca a ligação com o lado de lá dos problemas éticos que tanto envolvem o bem-estar animal como a conservação da Natureza.

Da área da saúde humana podemos tirar muitos exemplos em que a quebra do segredo profissional só vai servir para deixarmos de ter acesso ao problema, e perdermos qualquer hipótese que teríamos de resolvê-lo. Um caso bem ilustrativo, do qual não conseguimos precisar a referência, relata a confissão de um jovem paciente ao seu psicólogo sobre a sua intenção de matar a namorada. O psicólogo, aflito, denunciou essa intenção, junto às autoridades, que rapidamente se puseram no terreno. Ao ser confrontado pela polícia, o jovem negou tudo, e foi libertado por falta de provas sobre o seu plano homicida. O psicólogo não voltou a vê-lo no consultório, perdendo todas as hipóteses de demovê-lo da sua intenção. Passadas umas semanas, o jovem paciente assassinou a namorada.

Extrapolando a lição para o nosso âmbito mais concreto, este trágico exemplo serve para nos mostrar a delicada e privilegiada posição em que o médico veterinário se encontra na sua relação com o proprietário de um animal selvagem de estimação.

Como deve então o médico veterinário actuar, nesta posição tão delicada e tão privilegiada em que se encontra, em pleno conflito de valores éticos?

E – 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das conclusões que fomos enunciando ao longo da interpretação dos resultados deste questionário, gostaríamos de terminar com as seguintes considerações finais.

A conclusão principal desta tese, já estava sugerida pela estrutura principal do índice. De facto, nestes conflitos éticos com que o médico veterinário se depara na sua relação com o proprietário de um animal selvagem de estimação, o mais importante é não esquecer cada um dos valores que é posto em jogo, e analisar cada um deles com a atenção que lhe é devida.

Em várias discussões em que fomos incluídos e noutras que fomos gerando em vários ambientes e contextos, nomeadamente entre médicos veterinários, sobre os conflitos éticos gerados por esta temática, reparámos que cada indivíduo se preocupa em defender afincadamente o seu ponto de vista, que normalmente recai sobre um destes valores abordados no nosso trabalho: o bem-estar animal, a conservação da Natureza ou o interesse do proprietário na posse de um animal selvagem de estimação. Reparámos também que, ao defenderem um destes valores, perdem a capacidade, ou a flexibilidade, para compreenderem a importância dos outros. Os casos mais comuns, nestas discussões, são os que defendem a conservação da Natureza e os que defendem o bem-estar animal. Os primeiros assumem uma posição severa de condenação e denúncia de todos os casos de ilegalidade, independentemente do custo que isso tenha para o proprietário e para a vida e para o bem-estar do animal, e independentemente dos resultados reais que uma denúncia poderia ter. Os segundos assumem uma atitude conivente com a ilegalidade, não dando muita importância a aspectos relacionados com a conservação da Natureza, e acreditam que o melhor para o animal é permanecer com o proprietário, já que o seu bem-estar seria gravemente comprometido se fosse entregue às autoridades. Claro que estes são os dois casos extremos, mas a verdade é que são os que mais parecem surgir. No fim de muitas destas discussões, as posições aproximam-se, indiciando a importância de usufruir de perspectivas diferentes para abordar um problema ético. Mas em muitas não, pois a convicção de que se está certo é muitas vezes sobreposta à vontade de compreender. No fundo tal facto não é mais do que a polarização típica nas dinâmicas de um grupo (Ricou, 2004).

Por isso queremos que a ideia que sobressaia nestas conclusões, seja a seguinte: quando o médico veterinário atende um animal selvagem de estimação, e respectivo proprietário, acreditamos que deva procurar perceber de que forma é que estes três valores estão a ser afectados, nesse caso particular (Webster, 2005). Aqui queremos salientar o facto de deverem ser os *três* valores e não apenas um deles, e o facto de ser *nesse caso particular*, pois em cada nova situação, os valores hão de pesar de diferente modo.

Os resultados deste questionário sugerem que o grupo dos Técnicos do ICNB assente que o médico veterinário, numa situação de conflito, deva dar prioridade à conservação da Natureza. Por outro lado, os outros dois grupos e a Amostra de Adaptação acham que a prioridade deveria ir para o bem-estar animal. O que fazer? Antes de mais, já que as opiniões dos peritos não foram unânimes, vamos considerar cada uma delas com a relevância que merecem, não permitindo que uma neutralize a outra. E depois?

Nas situações de conflito entre estes dois valores, considerados também por nós de importância superior ao interesse do proprietário, somos da opinião que deva ser tomada uma decisão baseada no utilitarismo. Pensamos que o MV deva dar prioridade ao valor bem-estar animal. Para isso, propomos que o médico veterinário considere todos os seres sencientes que poderão ser afectados pela sua decisão, directa ou indirectamente. Depois, deverá optar pela decisão que maximize a satisfação dos interesses desses seres sencientes (Singer, [1993] 2002). É de salientar que essa maximização pode passar por salvar a Conservação da Natureza, já que esta é fundamental para o bem-estar de todos os seres sencientes, incluindo o Homem. Mas pode também levar a uma decisão contrária, em que se coloque a conservação da Natureza num segundo plano, quando se verifique, por exemplo, que a denúncia da posse ilegal de um animal selvagem irrecuperável (que nunca poderá ser devolvido ao seu meio selvagem natural), pouca vantagem traria para a integridade do meio ambiente, e em muito prejudicaria o bem-estar desse animal em particular. Ou seja, em cada situação o MV deve ponderar de que forma os seres sencientes vão ser afectados e colocar em primeiro lugar os seus interesses em atingir o bem-estar, sendo eles os que chegam à clínica, como todos os outros que poderão sofrer consequências da sua decisão.

Não obstante, pensamos que os princípios deontológicos são fundamentais para sistematizar qualquer actividade profissional, e o mesmo é válido para a medicina veterinária. É aconselhável, então, que o profissional se reja pelos princípios de não compactuar com a ilegalidade, de salvaguardar o bem-estar animal, a conservação da Natureza, os interesses do proprietário, o segredo profissional, entre outros. Porém, pensamos que deva ter a destreza moral para, numa situação de sobreposição dos mesmos princípios, conseguir optar pela atitude que, de uma perspectiva utilitarista, consiga produzir maior benefício para as várias partes afectadas. Devemos possuir esquemas mentais que nos ajudem a *não deixar passar ao lado* nenhuma consideração por cada uma das partes.

Não pretendemos dar respostas concretas sobre o que o médico veterinário deve fazer. Queremos sim que este trabalho revele o quão importante é traçar um mapa do que deve ser o pensamento e a atitude do MV quando confrontado com este tipo de dilemas éticos. E que esse mapa inclua todas as coordenadas que representem cada um dos valores em jogo. Se a coordenada que representa o valor da Natureza deve ser incluída no mapa por salvaguardar um valor intrínseco ou extrínseco para todos os seres sencientes, é uma questão que não conseguimos ainda resolver. De facto, temos vindo a assumir uma atitude predominantemente utilitarista, em que valorizamos os interesses dos seres sencientes acima de tudo o resto. No entanto, não nos conseguimos destacar por completo das correntes biocêntricas e ecocêntricas com que preenchemos a secção C desta tese, e que atribuem valor primacial à vida e a toda a ecosfera, respectivamente (Taylor, 1986; Callicott, 2008; Rosa, 2004). De qualquer forma, seja porque possui valor intrínseco, ou porque é fundamental para a satisfação dos interesses dos seres sencientes, a conservação da Natureza não pode ser esquecida, nem passada para trás dos interesses do proprietário em possuir um animal selvagem de estimação. (Norton, 1991, citado por Varandas, 2004).

Voltemos ao caso do Dr. X e da ave de rapina, do texto introdutório desta tese. De que forma é que o médico poderia proteger a Natureza? Podia aconselhar o proprietário a não voltar a adquirir um animal selvagem daquele tipo que, provavelmente, teria sido furtado do meio ambiente. Devia tentar perceber quais as motivações que o levaram a adquirir aquele animal e talvez aconselhar um outro tipo de animal que se coadunasse com o seu interesse e que não ofendesse a integridade do meio natural. Devia averiguar se o animal pertencia a uma espécie em grave perigo de

extinção e, fosse esse o caso, assegurar a entrega às autoridades ou proceder a uma denúncia, já que aquele espécime em particular poderia ajudar em muito na recuperação da espécie, nomeadamente em programas de reprodução em cativeiro. Caso se tratasse de uma espécie abundante, e se o nível de domesticação não permitisse a sua recolocação na Natureza, talvez fosse mais razoável que o profissional se debruçasse mais sobre o bem-estar desse animal. Devia questionar o proprietário sobre as condições em que mantêm o animal. Devia conseguir solucionar os aspectos clínicos mais urgentes e pensar em referir o caso para algum colega com maior experiência na área. Devia insistir na educação ambiental, junto do proprietário, mas não quebrar o segredo profissional e não insistir na entrega às autoridades. E devia colocar-se questões do género “até que ponto é que o sofrimento deste animal, se for entregue às autoridades, vai ser justificado por um benefício para a conservação da Natureza?” (Kirkwood, 2000)

Enfim, estes tópicos levantados servem para ilustrar a miríade de questões que podem e devem ser levantadas pelo médico veterinário antes de tomar a sua decisão ética. À semelhança com o que se passa com os grandes dilemas bioéticos mais relacionados com a vida humana, como a interrupção voluntária da gravidez, a eutanásia, ou o segredo profissional nas doenças de declaração obrigatória, este conflito de valores não se pode resolver na base do *preto ou branco*. Ao invés, temos à nossa frente um sem número de cinzentos que, em cada caso, tomam uma tonalidade diferente. Normalmente não são casos fáceis. Mas se não nos esquecermos de atender a cada um dos valores em jogo, com a devida cautela, veremos que a ponta do novelo aparece.

F – ANEXO – QUESTIONÁRIO – ANIMAIS SELVAGENS DE ESTIMAÇÃO

Este questionário insere-se num estudo que pretende recolher a opinião de pessoas que se relacionam com animais selvagens de estimação. Pedimos que responda o mais sinceramente possível às questões que são colocadas, não deixando respostas em branco. Serão respeitadas todas as orientações éticas referentes a um estudo deste tipo, pelo que o questionário é anónimo e confidencial. Agradecemos desde já a sua colaboração.

Neste texto, o termo animal selvagem será empregue para designar o animal pertencente a qualquer espécie que não seja doméstica, independentemente de se encontrar ou não em cativeiro. Incluem-se nesta designação espécies autóctones (naturais de determinada região geográfica) e não autóctones, raras e abundantes, de posse legal e ilegal.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Idade _____

2. Sexo: _____

3. Profissão _____

4. É técnico do Instituto de Conservação da Natureza? _____

5. Habilitações literárias (ex: 5º, 12º ano de escolaridade, licenciatura, ...)

6. Possui algum animal de estimação? Qual ou quais?

7. Contacto com animais selvagens de estimação:

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

A. DEFINIÇÕES DE ANIMAL SELVAGEM E DE ANIMAL EXÓTICO

Entre médicos veterinários, vulgarmente se chama exótico a todo o animal diferente do cão e do gato que ingresse uma clínica de animais de companhia.

1. Quais as suas definições de animal selvagem e de animal exótico?

2. Na sua opinião, qual deveria ser a designação para a prática clínica de animais de companhia diferentes do cão e do gato?

3. Em Portugal, um dos animais que aparece mais frequentemente em *clínica de animais exóticos* é o coelho. Considera esta espécie exótica? E selvagem? Porquê?

B. BEM-ESTAR ANIMAL

1. Quais os factores que julga serem mais importantes para o Bem-estar de um animal selvagem de estimação? Ordene de forma crescente (1 para o factor menos importante; **5 para o factor mais importante**)

- Acesso a zona de abrigo e descanso
- Acesso a alimentação adequada
- Acesso a espaço adequado para manifestar comportamento natural
- Acesso a cuidados de saúde (prevenção, diagnóstico, tratamento)
- Ausência de factores que provoquem medo

Considera algum outro factor importante? (Especifique p.f.)

2. Para cada espécie, que nível de **preocupação** pensa que a maioria dos proprietários de animais selvagens de estimação possui relativamente ao Bem-estar do seu animal?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

3. Para cada espécie, que nível de **disponibilidade financeira** pensa que a maioria dos proprietários de animais selvagens de estimação possui relativamente ao Bem-estar do seu animal?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

4. Para cada espécie, que nível de **disponibilidade de tempo** pensa que a maioria dos proprietários de animais selvagens de estimação possui relativamente ao Bem-estar do seu animal?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

5. Para cada espécie, que nível de **conhecimento sobre os cuidados gerais** pensa que a maioria dos proprietários de animais selvagens de estimação possui relativamente ao seu animal?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

6. Para cada espécie, que nível de adaptação ao cativeiro pensa que a maioria dos animais selvagens mantidos como animais de estimação possui?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

7. Para cada espécie, que nível de Bem-estar acha que é atingido pela maior parte dos animais selvagens mantidos como animais de estimação?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

8. Que nível de Bem-estar acha que é atingido pela maior parte dos cães e gatos de estimação?

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

9. Para cada espécie, que nível de Bem-estar acha que é atingido pela maior parte dos animais selvagens nascidos e mantidos na Natureza?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

10. E se fosse agora colocada no seu meio ambiente natural, depois de habituada à relação com os seres humanos, que nível de Bem-estar acha que seria atingido pela maior parte dos animais selvagens mantidos como animais de estimação?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

C. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

1. Para cada espécie, comparando com há 10 anos atrás, como acha que é o número de animais selvagens de estimação?

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

2. Para cada espécie, a que nível acha que um aumento no número de animais selvagens de estimação prejudica a conservação do meio ambiente em geral?
(Ter em atenção que **Muito Baixo** significa prejudicar pouco e **Muito Alto** significa prejudicar muito)

	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tartaruga da Florida						Ouriço Cacheiro					
Camaleão do Algarve						Hamster					
Papagaio Africano						Peixe Dourado					
Águia						Tarântula					

3. Na sua opinião, que atitude deverá o médico veterinário tomar perante um proprietário de um animal selvagem ilegal? Ordene de forma crescente (1 para a atitude menos correcta; **5 para a atitude mais correcta**)

- Denunciar sempre
- Incentivar a posse deste tipo de animais desde que sejam bem tratados
- Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e denunciar se este não o fizer
- Aconselhar o proprietário a entregar o animal às autoridades ou a legalizá-lo e deixar a decisão ao seu critério
- Ignorar a ilegalidade

Considera alguma outra atitude correcta? (Especifique p.f.)

4. Em que circunstância pensa que o médico veterinário deve prestar cuidados médicos a um animal selvagem de estimação ilegal? Ordene de forma crescente (1 para a opção menos correcta; **5 para a opção mais correcta**)

- Nunca
- Só em caso de consultas de aconselhamento sobre os cuidados gerais
- Só em caso de consultas para resolver problemas de saúde graves
- Só em casos de urgência
- Sempre

Considera alguma outra circunstância correcta? (Especifique p.f.)

5. Qual a consequência que considera mais provável de uma denúncia, por parte do médico veterinário, sobre a posse de animais selvagens ilegais, no comportamento do proprietário de tais animais? Ordene de forma crescente (1 para a opção menos provável; **5 para a opção mais provável**)

- Desiste de ter este tipo de animais
- Continua a procurar este tipo de animais e procurará apoio veterinário noutros médicos veterinários
- Continua a procurar este tipo de animais e procurará apoio veterinário noutras fontes (bibliografia, Internet, outros)
- Continua a procurar este tipo de animais e não procurará apoio veterinário quando necessário
- Continua a procurar este tipo de animais e só procurará apoio veterinário em caso de extrema urgência

Considera alguma outra consequência provável? (Especifique p.f.)

6. Qual pensa ser o nível de conhecimento, dos médicos veterinários em geral, relativamente às espécies que podem ser mantidas em cativeiro, bem como às normas legais associadas à sua posse e ao seu transporte?

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

7. Como acha que a Ordem dos Médicos Veterinários e o Instituto de Conservação da Natureza se deveriam articular, tendo em vista a responsabilidade comum pela conservação da Natureza?

D. INTERESSE NA POSSE DE ANIMAIS SELVAGENS

1. Na sua opinião, quais os motivos principais para a aquisição de um animal selvagem como animal de estimação? Ordene de forma crescente (1 para a opção menos provável; **5 para a opção mais provável**)

- Vontade de aprender mais sobre espécies selvagens
- Desafio de conseguir manter e/ou reproduzir espécies selvagens
- Aparência e hábitos diferentes e atractivos das espécies selvagens
- Vontade, por parte dos proprietários, de serem diferentes, estranhos ou corajosos
- Maior facilidade de manutenção (mais prático que um cão ou gato)

Considera algum outro motivo importante? (Especifique p.f.)

2. A que valores deverá o médico veterinário dar prioridade na sua relação com o proprietário de um animal selvagem de estimação? Ordene de forma crescente (1 para a opção menos prioritária; **3 para a opção mais prioritária**)

- Interesse do proprietário na posse de um animal selvagem como animal de estimação
- Conservação da Natureza
- Bem-estar animal

Considera algum outro valor relevante? (Especifique p.f.)

3. Que animais selvagens deveriam ser permitidos como animal de estimação?
(Escolha 1 opção)

Nenhuns	Nascidos em cativeiro e abundantes na Natureza	Nascidos em cativeiro independentemente da abundância na Natureza	Abundantes na Natureza independentemente da proveniência	Todos

4. Quais julga serem os principais factores que levam um proprietário de um animal selvagem de estimação a não procurar apoio médico veterinário quando necessário? Ordene de forma crescente (1 para a opção menos provável; **5 para a opção mais provável**)

- Medo de denúncia sobre posse de animal ilegal
- Falta de confiança na competência do médico veterinário para dar apoio a espécies selvagens
- Falta de preocupação com o Bem-estar do seu animal
- Falta de disponibilidade financeira
- Falta de disponibilidade de tempo

Considera algum outro factor importante? (Especifique p.f.)

5. Se fosse proprietário de um animal selvagem e o entregasse à entidade legal competente (Instituto de Conservação da Natureza), qual pensa que deveria ser o destino do mesmo?

G – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, R. F. *et al* (2005) *Atlas de Medicina, Terapeutica y Patologia de Animales Exóticos*. Inter-médica Editorial, Buenos Aires, República Argentina, pp.1-26

Anderson, P. K. (2003) A Bird in the House: An Anthropological Perspective on Companion Parrots. *Society & Animals* 11:4, Koninklijke Brill NV, Leiden

Animals (Scientific Procedures) Act (1986) Acesso por (<http://www.archive.official-documents.co.uk/document/hoc/321/321-xa.htm>) a 04/07/2008

Attfield, R (2003) *Environmental Ethics: An Overview for the Twenty-First Century*. Polity-Blackwell

Beauchamp, T. L. & Childress, J. F. (2002) Tipos de Teorias Éticas, *Princípios de Ética Biomédica*, pp.44-45. Oxford University Press, USA

Behavioral Advisory Group (2008) Acesso por (<http://www.ethograms.org/>) a 12/06/2008

Bekoff, M. (2002) *Minding Animals – Awareness, Emotions, and heart*. Oxford University Press

Buckeridge, J. S. (2006) The case of mandatory inclusion of ethics within the zoological science curriculum, *Integrative Zoology*; 1: 44-47

Callicott, J. B. (1993) *The Land Aesthetic in Ecological Prospects: Scientific, Religious, and Aesthetic* (ed. Christopher Chapple). Suny Press

Callicot, J. B. (2008) A Ecologia – Comunicação oral na Fundação de Serralves, em 05/06/2008

Carruthers, P. (2006) Invertebrates minds: a challenge for ethical theory, *The Journal of Ethics* 2007, Springer

Cavalieri, P. & Singer, P. (2002) *Unsanctifying Human Life*. Wiley-Blackwell

CMS (*Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animal*) (2008) Acesso por (<http://www.cms.int/>) a 05/07/2008

Collett, T. S. & Collett, M. (2002) Memory use in insect visual navigation. *Nature Reviews Neuroscience*, July 2002, Volume 3

Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora – CITES (2008) Acesso por (<http://www.cites.org/eng/app/index.shtml>) a 15/06/2008

Crist, E. (2002) The inner life of earthworms in *The cognitive Animal, empirical and theoretical perspectives on animal cognition* (ed. Mark Bekoff *et al*). The MIT Press

De Melo, H. P. (1997) O Embrião gerado *in vitro* é sujeito de Direito?, *Ética da Vida, Vitalidade da Ética*, pp.107-134

Epstein, L. A. (2001) Resolving confusion in pet owner tort cases: recognizing pet's anthropomorphic qualities under a property classification. Board of Trustees of Southern Illinois University; Law Journal

Everett, J. (2001) Environmental ethics, animal welfarism, and the problem of predation, a bambi lovers respect for nature, *Ethics & the Environment*. Indiana University Press

Goodpaster, K. (1978) On being Morally Considerable, *The Journal of Philosophy*, N.Y. vol. 75, n°6, pp. 308-325

Gruen, L. (2002) The morals of animal minds in *The cognitive Animal, empirical and theoretical perspectives on animal cognition* (ed. Mark Bekoff *et al*). The MIT Press

- Harcourt-Brown, N. & Chitty, J. (2005) *BSAVA Manual of psittacine birds*, BSAVA
- Hawkins, R. (2002) Ethics and Evolutionary Continuity: Comments on De Waal, Lyons, Moran, and Kraemer, *Between the species, issue II*
- Hursthouse, R. [2000] 2007 *Ethics, humans and other animals, an introduction with readings*. Routledge, London and New York
- ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2008) Acesso por (<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/Homepage.htm>) a 15/06/2008
- Infopedia – Dicionários Porto Editora (2008) Acesso por (<http://www.infopedia.pt>) a 12/06/2008
- Irvine, L. (2004) *If you tame me – Understanding our connection with humans*. TempleUniversity Press, Philadelphia
- Kendrick, K. (2008) Cognitive and Behavioural Neuroscience, Acesso a (<http://www.neuroscience.cam.ac.uk/>) 2/06/2008
- Kirkwood J. K. (2000) Interventions for the conservation or welfare of wild animals, *Veterinary Ethics, an introduction – an introduction* (ed. Giles Legood). Continuum, London and New York
- Klaphake, E. A. & Jessi, L. S. (2002) An Initial Assessment of Exotic-Animal Pet Owners in Utah: A Survey With Special Emphasis on Personal Characteristics and Expenditure Tendencies, *Journal of Avian Medicine and Surgery*, 2002 Vol. 16, No. 2 pp. 115–122. Association of Avian Veterinarians
- Lawton, M. P. C. (2000) Exotic animals, *Veterinary Ethics, an introduction – an introduction* (ed. Giles Legood). Continuum, London and New York
- Mappes, T. A. & DeGrazia, D. (2001) *Biomedical Ethics*, cap. I, 7-17. McGraw-Hill Higher Education

McCallum, H. & Hocking, B. A. (2005) Reflecting on ethical and legal issues in wildlife disease, *Bioethics*, Volume 19 Number 4. Blackwell Publishing Ltd.

Mikl, A. (2007) Effects of Domestic *Versus* Exotic Animals on Stress Reduction *Journal of Student Research*

OMV – Ordem dos Médicos Veterinários, (1998) *Código Deontológico Médico-Veterinário*

Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005) *Análise de Dados para Ciências Sociais*. 4ª edição, Edições Sílabo, Portugal

Podberscek, A. L. *et al* (2000) Companion animals and us, exploring the relationships between people and pets, Cambridge University Press

Regan, T & Singer, P. (ed.) [1976] (1989) *Animal Rights and Human Obligations*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2nd Edition

Ricou, M. (2004) *Ética e Psicologia – uma prática integrada*, Coimbra: Gráfica de Coimbra

Rollin, B. E. [1996] 2006 An introduction to Veterinary Medical Ethics, Theory and cases. Blackwell Publishing

Rollin, B. E.. & Rollin, M. D. H. (2001) Dogmatism and Catechisms - Ethics and Companion Animal, *Anthrozoös*, 2001, 14(1): 4-11

Rolston, H. III, [1932] (1988) *Environmental ethics – duties and values in the natural world*. Temple University Press

Rosa, H. D. (2004) A vida no centro da ética – o biocentrismo em perspectiva, *Éticas e Políticas Ambientais*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Saint Exupéry, A. (1999), *Le Petit Prince*. Editions Flammarion

Saunders, R. A. (2008), Acção de formação em Clínica de Animais Exóticos - *Improve*, Comunicação oral, Europarque Santa Maria da Feira

Singer, P. [1993] (2002), *Ética Prática*, 2ª Ed., Gradiva, Lisboa

Singer, P. (2002) *Unsanctifying Human Life*. WileyBlackwell

Szybel, D. (2006) Can the treatment of animals be compared to the holocaust?, *Ethics & the environment*, Indiana University Press

Taylor, P. (1986) *Respect for Nature*, a theory of environmental ethics. Princeton University Press, New Jersey

U.S. Fish & Wildlife Service (2005) *Why Save Endangered Species* - The Endangered Species Program, 2005. Acesso por (http://www.fws.gov/endangered/pdfs/Why_Save_End_Species_July_2005.pdf) a 13/09/2007

Varandas, M. J. (2004) Introdução in *Éticas e Políticas Ambientais*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Webster, J. (2005) *Animal welfare – Limping towards Eden*. Blackwell Publishing, Oxford

ÍNDICE GERAL

A – INTRODUÇÃO	1
A – 1 Definições e conceitos	8
A – 2 Formação do médico veterinário em espécies selvagens	11
B – O ANIMAL –	13
INTERESSES (BEM-ESTAR) E VALOR DA VIDA.....	13
B – 1 CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES E VALOR DA VIDA	14
Introdução à igualdade	14
Introdução ao Utilitarismo.....	15
Igualdade na consideração de interesses	15
Situações práticas actuais – exemplos de <i>especismo</i>	20
Respostas de Peter Singer a objecções à sua teoria da igualdade.....	23
O Valor da Vida.....	26
Valor da vida: pessoa <i>versus</i> animal não-pessoa.....	27
Tom Regan e os direitos dos animais – Uma outra Ética Animal.....	30
Mary Midgley – entre a defesa dos animais e o <i>especismo</i>	31
B – 2 INTERESSES – O BEM-ESTAR ANIMAL.....	33
Introdução.....	33
Senciência e valor intrínseco	34
Bem-estar e outros interesses	35
Bem-estar animal e atitudes do ser humano	36
Bem-estar animal – o que é?	38
Atingir o bem-estar: As 5 liberdades e provisões.....	43
Desafio e resposta.....	45
Resposta Comportamental ao Desafio.....	49
Neurobiologia e Sofrimento	52
Fontes de Sofrimento.....	54
Animais de estimação – Um caso particular de bem-estar.....	58
C – A NATUREZA – VALOR E INTERESSES	61
C – 1 Atitudes relativas à Natureza – Origens do pensamento no Ocidente.....	62
C – 2 O Ambiente – principais correntes éticas actuais	65
Ética Humanista e Ética Animal.....	65

Ética Biocêntrica	67
Ética Ecocêntrica	72
Ecofeminismo	75
C – 3 Necessidade de uma ética ambiental.....	77
C – 4 Animais selvagens de estimação e conservação da Natureza	84
Legislação.....	85
D – O HOMEM – SUA RELAÇÃO COM O ANIMAL	89
D – 1 O HOMEM E O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO	90
Introdução.....	90
Motivações para ter um animal de estimação.....	92
Evolução histórica da relação Homem – animal	97
D – 2 Animais selvagens de estimação	104
Motivações para ter um animal selvagem de estimação (em vez de um cão ou de um gato).....	106
Outras considerações sobre a relação do Homem com o animal selvagem de estimação	109
E – TRABALHO PRÁTICO E CONCLUSÕES	112
E – 1 INTRODUÇÃO	112
E – 2 ESTUDO DE ADAPTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	115
Sub-questionário B – Bem-estar animal.....	115
Sub-questionário C – Conservação da Natureza	119
Sub-questionário D – Interesse na posse de animais selvagens	121
E – 3 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DO ESTUDO.....	122
Resultados A – Definições de animal selvagem e de animal exótico	123
Resultados B – Bem-estar animal.....	125
Resultados C – Conservação da Natureza	132
Resultados D – Interesse na posse de animais selvagens	140
E – 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
F – ANEXO – QUESTIONÁRIO – ANIMAIS SELVAGENS DE ESTIMAÇÃO	152
G – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162